

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**POLÍTICA E RELIGIÃO: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS
CATÓLICOS CARISMÁTICOS DO BRASIL**

MARCOS VINÍCIUS DE FREITAS REIS

SÃO CARLOS – SP

2016

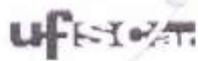
MARCOS VINÍCIUS DE FREITAS REIS

**POLÍTICA E RELIGIÃO: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS
CATÓLICOS CARISMÁTICOS DO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) como requisito obrigatório para qualificação do Doutorado em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. Paul Charles Freston.

SÃO CARLOS

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Marcos Vinícius da Freitas Reis, realizada em 30/08/2016:

Prof. Dr. Paul Charles Freston
UFSCar

Prof. Dr. André Ricardo de Souza
UFSCar

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima
UFSCar

Profa. Dra. Brenda Maribel Carranza Davila
PUCCAMP

Profa. Dra. Cecília Loreto Makz
UERJ

A Jesus Cristo, pela vida, pelo amor incondicional a mim, e à graça
da efusão do Espírito Santo sobre a minha vida todos os dias.
Amo-te Deus, você é a minha razão de viver.

À minha mãe, agora pertencente ao reino dos céus, pelo incentivo e amor.
Sempre ao meu lado, lutou por esta conquista.
Mãe, onde estiver, eu te amo.

Ao meu pai, Sebastião e à minha irmã, Gabriela,
pelo apoio nos estudos, carinho e respeito.

AGRADECIMENTOS

Durante a elaboração deste trabalho, contei com a colaboração, a boa vontade, a honestidade e o incentivo de muitas pessoas que ajudaram nesta importante conquista da minha vida e de minha família.

Aproveito essa oportunidade, então, para agradecer, em primeiro lugar, ao Prof. Dr. Paul Freston, pelo empenho nas orientações, pelo incentivo nos estudos, nas correções, e pelo carinho, respeito e honestidade.

Também aos amigos Grazi, Aryane, Marcela, Thiago, Letícia, Pedro, Alexandre, Michele, Lívia, Ianina, William Pegorine, Danilo, Leandro, Lucas, Monique, Rita, Sandra, Tanno, Rafael, Bruno, Alessandro, Marcolino, Rodolfo, Renato, Fernando, Fernanda, Silvia, Isa, vinculados ao Grupo de Oração Universitário (RCC), pelo apoio dado nos momentos difíceis da minha vida.

A toda galera da República São Lucas, pois acredito que, nesses três anos, estabeleci amizades como a do Acassio, Guilherme, André, Marcos, Alex, Thiago, Gustavo, Wilson, Glauber e William,

Aos amigos feitos na Universidade Federal do Amapá: Paulo Gustavo, Huana, Sardinha, Carmentila, Natali, Davi, Camila Lippi, Paula Bastone, Gutemberg, Tiago, Francisca, Adriana, Jodival, José Marcelo, Antônio, Cariacas, Andrius, Alexandra, Lara, Adalberto, Sidney, Leila, Superti, Marcelo, dentre outros tantos.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento político-partidário dos políticos vinculados à Renovação Carismática Católica (RCC). A escolha desse segmento religioso deve-se ao número razoável de políticos eleitos para o poder executivo e legislativo e ser a RCC um dos setores mais expressivos do catolicismo. A questão central é entender as razões pelos quais esse movimento entra no cenário político brasileiro e como é estabelecido o seu apoio para os políticos. Foram levantados material de propaganda e artigos de jornais, e realizadas entrevistas semiestruturadas com políticos, padres, coordenadores e participantes.

Palavras-chave: Renovação Carismática Católica, Partidos Políticos, Representação Política, pluralismo, Democracia.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the political and partisan behavior of politicians linked to the Catholic Charismatic Renewal (CCR). The choice of this religious segment is due to the reasonable number of politicians elected to the executive and legislature and one of the most significant Catholicism sectors. Our central question is to understand the reasons for which this movement enters the Brazilian political scene and how established your support for politicians. We raise advertising material, newspaper articles and carrying out semi-structured interviews with politicians, priests, coordinators and participants.

Keywords: Catholic Charismatic Renewal, Political Parties, Political Representation, Pluralism, Democracy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Panorama Religioso no Brasil (1872-2010).....	42
Tabela 2 - Números Absolutos do Panorama Religioso do Brasil (2010).....	47
Tabela 3 - Crescimento numérico da Renovação Carismática Católica, 1967-2000.....	53
Tabela 4 - Religiões no Brasil – População adulta.....	54
Tabela 5 - Dados da População Evangélica desde 1980	62
Tabela 6 - Desempenho Religioso das Igrejas Evangélicas entre 2000 a 2010.....	63
Tabela 7 - Tabela 5: Assinaturas do abaixo-assinado contra a Lei n. 1135/91.....	101

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Percentual dos grupos religiosos e comparação com o Censo 2000	45
Figura 2 - Concentração de católicos, evangélicos, espíritas, umbandistas e candomblecistas no Brasil (2010).....	49
Figura 3 - Figura 3 - Estrutura da Renovação Carismática Católica do Brasil.....	73
Figura 4 - Equipe Administrativa da RCC Amapá.....	75
Figura 5 – ENF 2015.....	78
Figura 6 - Congresso Nacional da RCC BR.....	79
Figura 7 - Documento para coleta de assinaturas.....	105
Figura 8 – Cartaz símbolo da campanha “Brasil sem Aborto”	108
Figura 9 - Ilustração antipetista pelo apoio do partido ao aborto.....	109
Figura 10 - Cartaz do Encontro Nacional Católico para Magistrados e Membros do Ministério Público.....	133
Figura 11 - Cartaz do Encontro Nacional de Cura e Libertação para Mandatários Católicos.....	135
Figura 12 - Carta convocatória.....	140
Figura 13 - Ficha de cadastro dos membros do grupo de oração.....	142
Figura 14 - Lançamento da sede da RCC.....	148
Figura 15 - Material de Campanha.....	150
Figura 16 - Material de Campanha.....	154
Figura 17 - Material de Campanha.....	159
Figura 18 - Campanha eleitoral.....	160

LISTA DE SIGLAS

AD - Assembleia de Deus
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DEM - Democratas
EaD – Ensino a Distância
ECC – Encontro de Casais com Cristo
ENF – Encontro Nacional de Formação
ICCRS - International Catholic Charismatic Renewal Services
IEQ – Igreja do Evangelho Quadrangular
IURD – Igreja Universal do Reino de Deus
JMJ - Jornadas Mundiais da Juventude
JOC – Juventude Operária Católica
MFP – Ministério de Fé e Política
OPBB - Ordem dos Pastores Batistas do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PV – Partido Verde
RCC – Renovação Carismática Católica
TFP - Tradição, Família e Propriedade
TL – Teologia da Libertação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	21
ANÁLISE DOS DADOS DO CENSO IBGE 2010	21
1.1 Campo religioso ocidental	22
1.3 Católicos	51
1.4 Evangélicos	57
CAPÍTULO 2	65
O ENVOLVIMENTO DOS CATÓLICOS CARISMÁTICOS NA POLÍTICA BRASILEIRA	65
2.1 Surgimento dos Católicos Carismáticos	67
2.2 A RCC e a participação política: aspectos teóricos	85
CAPÍTULO 3	92
POSICIONAMENTOS POLÍTICOS DO CARISMÁTICOS NO BRASIL	92
3.1 Laicidade no Brasil	95
3.2 Ideias defendidas pela RCC na política	100
3.3 Surgimento do Ministério de Fé e Política (MFP)	116
3.4 Estratégias de atuação do Ministério de Fé e Política	126
CAPÍTULO 4	137
CANDIDATURAS CATÓLICAS CARISMÁTICAS	137
4.1 Acompanhamento dos mandatários	137
4.2 Candidaturas carismáticas	146
REFERÊNCIAS	167
ANEXO	177

Introdução

Andando pelas ruas dos centros urbanos dos municípios brasileiros, notam-se templos evangélicos, igrejas católicas, associações islâmicas, centros esotéricos, instituições espíritas e organizações das religiões africanas repletos de pessoas que buscam respostas para suas necessidades cotidianas.

Os veículos de comunicação tornaram-se alvos prediletos das lideranças religiosas. Não são raras às vezes em que, vendo um canal de televisão, lendo um jornal, navegando na *internet* ou sintonizando uma emissora de rádio, encontra-se uma exaustiva e extensa programação religiosa com o objetivo de angariar mais fiéis. Com promessas de curas, milagres, libertações e, sobretudo, ascensão financeira e social, as programações religiosas, principalmente as pentecostais, ocupam horários até então impensáveis nos mais diversos meios de comunicação.

No campo caritativo, existem inúmeras iniciativas filantrópicas que, em nome de um *ethos* religioso, realizam obras sociais. Podem-se citar, como exemplos, o trabalho com dependentes químicos e/ou a recuperação de alcoólatras, a ajuda financeira a mendigos, famílias carentes e instituições sociais, e os trabalhos voluntários desenvolvidos em hospitais, presídios, creches e escolas, dentre outros.

O mercado editorial tem-se surpreendido com o número elevado de vendas de livros, os quais fornecem conselhos e conforto espiritual para os problemas da humanidade, a exemplo de produções no campo da autoajuda ou, até mesmo, de publicações católicas (livros do Padre Jonas) e evangélicas (livros do bispo Edir Macedo). No campo fonográfico, grupos *gospel* e padres cantores fazem *shows* pelo mundo inteiro arrebanhando milhares de fãs. Dentre eles, estão: Padre Marcelo Rossi, Padre Fábio de Mello, Diante do Trono, Oficina G3 e Toque no Altar.

Percebe-se, também, a entrada de diversas denominações religiosas no processo eleitoral brasileiro. O intuito dessas instituições religiosas em eleger seus representantes, seja para cargos executivos ou para cargos legislativos, é propor projetos de lei de acordo com seus dogmas e valores, favorecendo suas práticas religiosas, e usar a estrutura estatal para expansão de suas atividades e, conseqüentemente, obtenção de novos adeptos, dentre outras razões.

O surgimento de novos atores religiosos, no Brasil mostra que o País não é uma nação totalmente católica, e que comporta a pluralidade de identidades religiosas, apesar de, ainda, a maioria ser de vertentes cristãs.

Percebe-se que nas últimas décadas é notória a queda não apenas do número de adeptos do catolicismo, mais também, sua influência em todos os setores da sociedade brasileira. Se antes ditava as regras nas relações políticas, econômicas e de outros segmentos em função do seu monopólio no campo religioso, hoje, precisa conviver e disputar espaços de influência e de decisão com outras vertentes religiosas, a exemplo dos grupos pentecostais e neopentecostais.

De acordo com Mariano (2013) o campo religioso passa por processo de transformação nas últimas décadas. O País passa a conviver com um pluralismo religioso cada vez mais intenso, e o crescimento de outras vertentes cristãs e os sem religião. Paralelamente a isso, percebe-se o aumento de novas ofertas religiosas, denominados novos movimentos religiosos, aumento da liberdade religiosa e liberdade de culto. Nunca se vivenciou no Brasil antes o direito de o cidadão ter ou não uma religião, ou escolher como viver suas experiências com o sagrado.

Com o crescimento de outros grupos religiosos a Igreja Católica passa a dividir um espaço que antes tinha apenas a sua presença. No tocante à política, o Estado Brasileiro passa a levar em consideração o potencial eleitoral dos grupos evangélicos, os quais, por meio de partidos, igrejas e associações conseguem emplacar seus representantes. Grupos como espíritas, religiões de matrizes africanas e religiões orientais começam a adentrar aos setores dos meios de comunicação para divulgar as suas propostas religiosas, dentre outros exemplos.

Em função do contexto concorrencial a Igreja Católica se vê obrigada a redefinir as formas que se relaciona com a sociedade como um todo. Novas estratégias começam a ser desenvolvidas por padres, bispos e leigos para permanecerem atuantes junto aos fiéis e às instituições brasileiras. Contudo, é no âmbito da política partidária que se percebe uma mudança notável na presença dos setores do catolicismo.

Machado (2006) aponta que os evangélicos pentecostais têm se destacado nesta prática. Para eleger seus representantes, Igrejas como Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça e Assembleia de Deus, desde o findar da década de 1980, têm utilizado seus veículos de comunicação para expor a imagem dos candidatos, fazem propaganda política nos eventos religiosos, têm membros de suas igrejas como cabos eleitorais, investem financeiramente nas campanhas eleitorais, além de outros meios. Para a autora, essas práticas consistem no “jeito” evangélico de fazer política.

Oro (2010), percebendo o crescimento dos grupos evangélicos na política partidária, informa que essas instituições religiosas trabalham com “candidaturas oficiais”. É comum que os conselhos das igrejas escolham e apoiem, explicitamente, determinados parlamentares. Isso é uma prática recorrente na Igreja Universal do Reino de Deus e tem sido imitada por outras Igrejas a partir dos anos 2000. Com este avanço dos pentecostais evangélicos na esfera política e, conseqüentemente, a perda de influência da Igreja Católica junto ao poder público, os católicos têm se organizado e tentado eleger seus representantes na defesa dos seus interesses. Para este fim, a Renovação Carismática Católica tem se destacado neste sentido.

Os carismáticos surgem na década de 1960 nos Estados Unidos, num contexto de competição religiosa com outros movimentos religiosos buscando influenciar cada vez mais as decisões no espaço público. A partir do seu nascimento e expansão para outros países, muitos setores do catolicismo têm investido em suas dioceses para atrair novos adeptos à sua religião e evitar a fuga de católicos para outros grupos religiosos.

No Brasil desde o início das atividades, no final dos anos 1960, os carismáticos, por meio de grupos de oração, missas de cura e libertação, e com o surgimento de novas comunidades católicas de inspiração carismática, têm conseguido atrair centenas e

milhares de pessoas para seus eventos de massa e muitos têm se identificado e trabalhado para a divulgação de seus ideários.

É comum nas atividades realizadas pela RCC o uso de uma linguagem simples, objetiva e um intenso uso da emoção. Recorre-se a cantos, extensos momentos de oração, uso de expressões corporais e apresentações de teatro e dança para tornar seus eventos mais atrativos. As palestras proferidas pelas lideranças carismáticas sempre possuem uma mensagem para oferecer respostas aos problemas diários das pessoas. Isso permite que o conteúdo católico repassado possa oferecer respostas para os problemas cotidianos do público-alvo ou ajudá-lo a lidar com as dificuldades do dia a dia.

Nas atividades carismáticas é comum a ajuda comunitária. Não são raros os momentos em que os fiéis têm acesso a aconselhamentos, direcionamentos para lidarem com determinadas situações e ainda, se for necessário, receberem ajuda financeira, alimentícia ou para suprir outras necessidades básicas. O fato de a RCC poder contar com muitos ajudantes permite a ela desenvolver trabalhos mais específicos com determinados segmentos da sociedade. Por exemplo, no estado de São Paulo é normal existirem trabalhos com famílias, universitários, crianças, jovens e seminaristas. Dito de outra forma, em razão da sua estrutura burocrática, do apoio de setores do clero, dos muitos militantes, do acesso a veículos de comunicação, dentre outros fatores, os carismáticos do Brasil conseguem desenvolver muitas atividades ao mesmo tempo com grupos diferentes, e assim ramificar suas ações em diversos lugares.

Por outro lado, nem todos os setores da Igreja Católica apoiam a existência dos carismáticos. Setores mais conservadores, a exemplo dos tridentinos, criticam o carismatismo católico e o fato de o movimento ser muito parecido com os pentecostais - e assim ter o objetivo de mudar a tradição da Igreja Católica ou mesmo se emancipar e criar uma instituição religiosa autônoma.

Outro grupo católico muito crítico dos carismáticos é a ala progressista. Liderada pelas comunidades eclesiais de base (CEBs) e as pastorais sociais, esta ala reforça a ideia de que os carismáticos são caracterizados por uma religiosidade intimista, emocionalista, alienante e apenas oracional, não preocupada com as questões socioeconômicas do Brasil, lutas de classe ou com os problemas trazidos pelo capitalismo. Logo, haveria uma não

preocupação por parte dos carismáticos em modificar as mazelas sociais do Brasil, já que o máximo de social exercido por eles é no campo do assistencialismo.

Os carismáticos e os pentecostais são muito parecidos. Ambos possuem o fundamento dos dons do Espírito Santo, que seriam o uso das orações em línguas (glossolália), espontaneidade nas orações, recorrentes orações por busca de curas físicas e emocionais, milagres, exorcismo, uso de instrumentos musicais, uso de aspectos culturais locais em suas atividades e atuação política em torno de temáticas conservadoras. Porém, o fato de ambos serem de instituições religiosas diferentes acaba gerando uma competição acirrada.

No campo político, os católicos carismáticos têm conseguido eleger vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, deputados estaduais, deputados federais e, em outros momentos, apoiar candidatos a governos de estados, ao senado e à presidência da república, sendo o político mais expressivo o atual Deputado Federal Gabriel Chalita. Além disso, oficialmente, a RCC tem se posicionado, claramente, quanto às questões relativas ao aborto, casamento *gay*, eutanásia, partidos de esquerda, sensibilizado seus membros a votarem em candidatos apoiados oficialmente e tentado influenciar juízes para deliberar favoravelmente sobre seus interesses.

A motivação para a escolha do tema desta tese deve-se à importância da RCC para a arena política brasileira. Apesar de, na esfera federal, o movimento carismático conseguir eleger poucos representantes a cada legislatura, mais internamente possui articulações que permitem compreender como um movimento religioso se organiza para ter representantes tanto no campo legislativo como no campo executivo. Percebe-se que a cada nova eleição membros da RCC trabalham por meio de estratégias para tentar eleger seus representantes e assim reforçar os setores conservadores no Congresso Nacional. O interesse é que a participação política se dê principalmente pela via partidária. Juntamente com outros segmentos católicos e outros grupos religiosos existem outras formas de interferência nas questões políticas do Brasil. São realizadas passeatas, comunicados oficiais, distribuição de panfletos, e formações políticas para ressaltar os posicionamentos dos carismáticos sobre a política no País.

Perceber essa movimentação dos grupos de oração, as novas comunidades, os posicionamentos públicos de padres e bispos em torno de candidaturas e contrários a partidos e determinados políticos, as posições claras em torno de algumas demandas e a criação de estruturas burocráticas, a exemplo do Ministério de Fé e Política, que tem por finalidade maior ajudar a eleger políticos, permite entender como a RCC se organiza para entrar no campo político.

Outra questão que motiva a pesquisar a ação dos carismáticos na política é a pouca literatura sobre o tema. Quando se fala na intersecção entre religião e política no Brasil, muitos pesquisadores preocupam-se com a questão da laicidade e da secularização no País, e são inúmeros os trabalhos que dissertam sobre a relação dos evangélicos com o poder político. Quando se fala no catolicismo muitos trabalhos tratam da atuação política da esquerda católica ou outras formas de envolvimento da Igreja Católica com o Estado Brasileiro; mas há pouca menção ao envolvimento político dos carismáticos.

A escolha da Igreja Católica pela RCC para ajudar na inserção dos católicos na arena política deve-se ao fato da alta expressividade das atividades dos carismáticos no Brasil. Anualmente, como já dito, são realizados eventos de massa em estádios de futebol e ginásios esportivos e há alguns canais de TV e emissoras de rádio, católicos ou não, que permitem a ampliação dos seus projetos proselitistas (CARRANZA, 2000).

Outra razão que justifica a escolha desse tema para minha tese de doutorado é o meu envolvimento com o movimento carismático. Iniciei a minha participação nos grupos de oração, retiros e encontros vocacionais em uma nova comunidade de inspiração carismática enquanto era discente do curso de História, da Universidade Federal do Amapá.

Desde o primeiro ano de faculdade me identifiquei com a proposta religiosa dos carismáticos e inicialmente tive envolvimento com o grupo de oração universitário (GOU), participando ativamente dos encontros de formação promovidos pela Renovação Carismática Católica da Diocese de Uberlândia.

No ano de 2008 fui convidado pela coordenadora diocesana para ser o coordenador diocesano (regional) do Ministério de Fé e Política. Tal setor, como já foi mencionado

anteriormente, tem por finalidade elaborar estratégias eleitorais para eleger representantes para cargos como vereador, prefeito, deputados estaduais, deputados federais, governadores e senadores; além disso, posicionar-se oficialmente sobre assuntos que envolvam o mundo político, a exemplo das questões do aborto, eutanásia, casamento homoafetivo, segurança pública, ensino religioso público, e outros temas. Nesse ano montou-se um conselho de mandatários para apoiar a candidatura do carismático Walquir.

Tentaram-se alianças com padres, outras pastorais e movimentos católicos para ampliar o apoio ao candidato Walquir e desenvolver maneiras de levantar recursos financeiros para financiar a sua campanha. Buscou-se espaço nos meios de comunicação para exposição midiática, além da implantação do partido PHS na cidade de Uberlândia para sustentar sua campanha, e ser o partido “carismático”. O projeto foi incentivado pelo deputado federal Miguel Martini.

Percebendo os problemas dessa experiência de mesclar religião e política no campo católico carismático, decidi problematizar estas iniciativas no mestrado em Ciência Política. Em 2009 iniciei os estudos na Universidade Federal de São Carlos, e tive por objetivo analisar a atuação parlamentar dos católicos carismáticos. Para isso, foi feito um levantamento biográfico de políticos que foram eleitos para cargos legislativos e executivos para se conhecer o perfil desses representantes, conseguindo-se informações como: partido, nome completo, idade, cargo ocupado na RCC, se foi reeleito ou não, estado, cidade onde nasceu, profissão e nível de escolaridade.

Além disso, estudaram-se os projetos de lei dos deputados. Foram analisados mais de mil projetos de lei, para saber até que ponto estes buscavam benefícios para setores dos carismáticos católicos, e para a Igreja Católica como um todo. Descobriu-se que houve projetos destinados a buscar investimentos públicos para obras sociais de instituições católicas, concessão de rádio e TV, obtenção do título de utilidade pública para empreendimentos católicos-carismáticos e outras pastorais católicas, incentivo ao turismo católico, defesa do ensino religioso confessional, criação de novos feriados católicos, e projetos contrários ao aborto e à legalização das drogas, dentre outros interesses.

Terminado o mestrado, percebeu-se que a interação entre a RCC e política precisava ainda ser mais bem problematizada devido à complexidade do campo de estudo.

Sendo assim, a nossa proposta no doutorado foi fazer uma análise interna do movimento carismático e sua relação com a arena política brasileira. Por isso, tentou-se entender como a RCC e outros organismos de inspiração carismática nos últimos anos se organizam internamente para tentar eleger seus representantes, quais as estratégias desenvolvidas, analisar os posicionamentos oficiais a respeito de temas de interesse nacional, formas de participação política no qual os leigos carismáticos se inserem, o envolvimento do clero com as questões políticas, e sobretudo a relação na participação política partidária com os evangélicos pentecostais e neopentecostais.

Essa análise nos permite inferir que as relações entre política e religião no Brasil passam por um processo de remodelagem. Novos atores religiosos e não religiosos na política brasileira forçam a Igreja Católica a adotar novas formas de participação política. O envolvimento dos carismáticos mostra uma das novas formas que a Igreja Católica encontrou para se relacionar com a esfera política do Brasil. Para que consiga ter voz e influência nas questões nacionais, a Igreja Católica precisa eleger representantes e utilizar toda a sua influência sobre seus fiéis e setores da sociedade para tentar intervir nesses processos. Isto é, apesar de a maioria dos brasileiros se identificar com a fé católica, percebeu-se que tal matriz religiosa não consegue mais ser a única instituição religiosa a receber benefícios públicos.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em investigar como se dá a inserção dos políticos apoiados pela RCC durante o período das eleições e suas formas de participação política. Nesta direção, pretende-se responder às seguintes questões: Quais são as razões que têm levado a Renovação Carismática Católica a se empenhar no campo político? Como é feito o acompanhamento dos políticos apoiados? Como é o envolvimento dos padres e bispos nas candidaturas católico-carismáticas?

A partir desses questionamentos, levantam-se as seguintes hipóteses:

Hipótese I: A Renovação Carismática Católica tem utilizado a estratégia de “candidaturas oficiais” para eleger seus candidatos aos cargos executivos e legislativos, buscando sua profissionalização. Porém, percebe-se que o processo de acompanhamento e apoio as candidaturas muda suas estratégias de diocese para diocese, de estado para estado, e também a forma como as novas comunidades

participam da política partidária e de outras formas de participação política.

Hipótese II: Dado o crescimento da participação político-partidária dos católicos carismáticos, padres e bispos não exercem controle nas estratégias adotadas para eleger os representantes. Isto em função da autonomia da RCC como movimento comandado por leigos e com uma estrutura independente e uma burocracia paralela em relação às paróquias, dioceses e à CNBB.

Neste estudo, desenvolveram-se os procedimentos metodológicos descritos a seguir.

Utilizou-se a revisão bibliográfica ao longo de todo o estudo com o objetivo de identificar as referências teórico-metodológicas que auxiliassem no curso da pesquisa. Além da literatura que se volta para a questão da RCC, recorreu-se à literatura sobre secularização, participação de outros grupos religiosos na política, a exemplo dos evangélicos, e alguns trabalhos que dissertam sobre a relação entre política e religião nas democracias da América Latina. Autores como Paul Freston, Peter Berger, Ricardo Mariano, Emerson Sena, Antônio Ozaí, Brenda Carranza, Marcelo Camurça, Anna Carletti, Carlos Procópio, Vinicius Manduca, Marcos Vinicius de Freitas Reis, Maria das Dores Machado, Cecilia Mariz, Alexandre Brasil Fonseca e José Casanova ajudam a entender a problemática.

Outro procedimento de pesquisa empregado foi o levantamento documental, que compôs um banco de dados concernente aos propósitos do estudo. Foram levantados como evidências prospectos de propaganda política de candidatos, fotografias e outros instrumentos de campanha política produzidos pelo Ministério Fé e Política e, também, pelos candidatos. Muitas dessas fontes foram disponibilizadas pelas famílias ou pelos eleitores, assim como foram coletados artigos da imprensa escrita (revistas e jornais), da *internet* e outras mídias e, quando possível, gravações de programas políticos de rádio e TV, que foram tomados como referência para uma análise crítica do processo eleitoral; além de documentos oficiais emitidos pela RCC.

Realizaram-se entrevistas semiestruturadas com pessoas que foram apoiadas pela RCC (algumas ganharam eleições e concluíram seus mandatos, outras estão em período de vigência dos seus respectivos cargos e outros não obtiveram vitória), pessoas que ajudaram

na campanha política, fiéis que votaram nos candidatos, coordenadores do Ministério Fé e Política e coordenadores gerais da RCC. Foram entrevistados coordenadores de grupos de oração, coordenadores diocesanos, coordenadores do ministério de fé e política, políticos eleitos e não eleitos e assessores dos políticos. Essas entrevistas foram coletadas em dois eventos. O primeiro foi o Encontro Estadual da RCC SP ocorrido em 2011 na cidade de Sorocaba; e o segundo foi o Encontro Nacional de Formação (ENF) em 2013, realizado na cidade de Aparecida, no interior do estado de São Paulo.

A presente tese está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, abordam-se aspectos teóricos sobre a questão da secularização e analisam-se os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 para entender a dinâmica do campo religioso Brasileiro, e como esses dados influenciam no contexto católico-carismático. No segundo, faz-se uma exposição dos principais estudos que descortinaram as relações entre religião e política e as relações históricas entre Igreja Católica e o Estado do Brasil e o surgimento e desenvolvimento da RCC no Brasil. No terceiro capítulo, aborda-se a inserção dos evangélicos e católicos carismáticos na política, traçando historicamente suas formas de envolvimento nessa arena. No quarto e quinto capítulos analisam-se as entrevistas, o material de campanha e alguns periódicos sobre a participação da RCC na política.

Capítulo 1

Análise dos Dados do Censo IBGE 2010

Desde os séculos anteriores, pesquisadores das Ciências Humanas e de outras áreas do conhecimento têm-se interessado pela temática da religião. A procura pelo debate sobre esse tema deve-se à grande influência que ele ainda exerce na sociedade. Pode-se perceber que segmentos religiosos estão presentes na política, economia e educação, e também nos meios de comunicação, além de outras áreas da esfera pública. Os debates travados no meio acadêmico tentam entender as transformações das religiões e religiosidades no contexto da secularização nas diversas sociedades, isto é, se as diversas identidades religiosas permanecem influenciando nas transformações que ocorrem em diversos contextos sócio-históricos.

Percebe-se que as religiões estão em constante mutação, pois a cada década desenvolvem novos mecanismos de sobrevivência e adaptação frente às nuances trazidas pela modernização, sobretudo no mundo ocidental (CASANOVA 1994). Para conseguir compreender a dinâmica do campo religioso no contexto global e nas realidades internas dos países, institutos de pesquisas, governos locais e meios acadêmicos têm investido em pesquisas para conseguir decifrar o perfil dos grupos religiosos.

Com o advento da secularização no mundo ocidental, o seu campo religioso tem se modificado, rapidamente. Nota-se o surgimento de novos movimentos religiosos, o declínio da influência da Igreja Católica na conjuntura da política internacional e nos assuntos internos de centenas de países e o reforço da possibilidade de o indivíduo ter a

prerrogativa de escolher se deseja seguir ou não alguma identidade religiosa (HERVIEU-LÉGER 2008).

Neste capítulo, inicialmente, analisam-se os dados do campo religioso ocidental, e, na segunda parte, analisam-se os dados produzidos pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010 sobre a realidade do campo religioso brasileiro. Diante dessa realidade, tentar-se-á entender a inserção dos católicos carismáticos no contexto concorrencial que se consolida no século XX.

1.1 Campo religioso ocidental

A relação de religião e modernidade é um tema que tem despertado atenção de muitos estudiosos. Isto em razão das mudanças que o mundo vem passando nos últimos séculos. Percebe-se uma realidade cada vez mais plural e diferentes propostas religiosas surgem para atender as necessidades do público almejado. Pensar em uma sociedade dominada apenas por uma instituição religiosa já não é mais a realidade dos dias atuais (MARIANO, 2013).

O Catolicismo no período medieval conseguia ditar regras e normas do funcionamento da sociedade. Não eram raras as circunstâncias que decisões políticas eram tomadas baseadas nos interesses do episcopado católico. Combatia-se com a violência e intolerância grupos religiosos e não religiosos que não concordavam com as diretrizes impostas pelo catolicismo, reis e senhores feudais que tinham muita proximidade com essa instituição religiosa. Isto é, muito do que se conhece do funcionamento da Idade Média foi criado e constituído por bases católicas do mundo ocidental.

Com o advento da modernidade e alguns episódios históricos, a exemplo da reforma protestante, revolução científica, renascimento, revolução industrial e as revoluções burguesas, o monopólio católico foi questionado e ameaçado por outras propostas religiosas e não religiosas que apresentavam outras visões de mundo e outras formas de organização de questões políticas, econômicas e sociais.

A cada século que se passava surgia contexto plural na Europa que obrigava o catolicismo a tomar providencias para permanecer pelo menos influenciando no contexto internacional e na política interna dos países, conseguindo assim, manter seus privilégios que historicamente foram conquistados. Neste contexto, com o surgimento de outros grupos religiosos é natural que haja dispersão do número de adeptos por religião.

A cada década, o número de cristãos, islâmicos e outras expressões religiosas muda consideravelmente. Os relatórios produzidos pelo instituto *Pew Research Center*, em 2012, mostram uma radiografia das religiões no mundo. Segundo os dados publicados, o cristianismo ainda é a maior expressão religiosa em escala global, abarcando 31,5 % da população do mundo, com cerca de 2,2 bilhões de adeptos¹. O islamismo vem em segundo lugar, envolvendo 23,2 % da população geral, com cerca de 1,6 bilhão de adeptos. Em terceiro lugar, os sem-religião, abrangendo 16,3% da população mundial, com aproximadamente 1,1 bilhão de seguidores. Na sequência vem o hinduísmo (15 % da população, contabilizando 1 bilhão de fiéis), o budismo (7,1% - 488 milhões), as religiões étnicas (5,9 % - 400 milhões), outras religiões (0,8% - 58 milhões) e o Judaísmo com 0,2 % (14 milhões).

De acordo com Meneses e Teixeira (2013), quanto à distribuição geográfica dos cristãos, verificam-se as maiores presenças no continente Europeu (25,7% - 558.260.000), na América Latina e Caribe (24,4% - 531.280.000) e na África Subsaariana (23,8 % - 517.340.000). No tocante aos mulçumanos, se encontram em maior concentração na região da Ásia-Pacífico (61,7% - 985.530.000), no Oriente Médio da África (19,8% - 317.070.000), na África Subsaariana (15,5% - 248.110.000) e na Europa (2,7 % - 43.490.000). Os sem-religião se encontram, em sua maioria, na Ásia-Pacífico (76,2% - 858.580.000), na Europa (12% - 134.820.000), na América do Norte (5,2% - 59.040.000) e na América Latina e Caribe (4 % - 45.390.000).

Esses dados mostram novas características do campo religioso mundial. De acordo com Prandi (1996), o contexto global revela uma intensa competição entre os grupos religiosos, pluralismo e diversificação religiosa, quebra do monopólio de algumas

¹ Neste segmento, os católicos ocupam a primeira posição com 50% de adeptos, seguidos pela tradição protestante com 37 %.

instituições religiosas, em alguns contextos, e surgimento de novas identidades religiosas e de novos movimentos religiosos², dentre outras mudanças.

O estudioso Peter Berger (2001) refuta a ideia de que as religiões estariam fadadas ao seu fim³ em função do processo de secularização⁴. Para esse autor, o que vem ocorrendo em escala mundial é um revigoramento das religiões, ou seja, novos surtos religiosos que ganham novas feições e atuam de forma incisiva no ambiente em que estão imersos. Pode-se observar isso pelo surgimento de novas expressões religiosas e pela expansão de grupos pentecostais, de grupos islâmicos (sobretudo na Europa em função do processo de migração) e do fundamentalismo religioso, dentre outros exemplos (MENESES; TEIXEIRA 2013).

Berger afirma ainda que esse ressurgimento das religiões no contexto mundial é visível no tocante à política internacional, a exemplo da Guerra Fria, em que surgiram conflitos armados por questões religiosas; e mesmo o fim de guerras pode ser resultado da

² De acordo com Campos (2003), os novos movimentos religiosos (NMR) podem ser definidos por: possuírem líder carismático e paternalista que gera nas pessoas confiança e submissão. Os grupos, em geral, são conduzidos de forma vertical e totalitária, sob explicações simplistas e reducionistas do mundo a partir de uma visão literal da bíblia ou do livro sagrado, com difícil diálogo ecumênico, e uso da emoção em suas atividades proselitistas. OS NMR se utilizam de técnicas com a finalidade de conquistar e manter adeptos. As formas de cooptação de novos adeptos são realizadas a partir de um guia espiritual que exerce influência sobre o fiel, tirando dúvidas e ajudando na internalização da doutrina defendida pela instituição seguida. Em geral, nesses ambientes, as pessoas são bem acolhidas e isso gera sentimento de pertença, reforçado com o testemunho de pessoas sobre a eficácia daquele discurso religioso, uso de induções psicológicas feitas, às vezes, por meio da música (pode ser alguma substância) para indução de estado de transe; e criam inimigos associando-os a algo ruim e maligno (RODRIGUES, 2011). Além dessas técnicas, existe uma série de motivações que explicam a adesão dessas pessoas aos Novos Movimentos Religiosos. Em geral, tais instituições oferecem, de alguma forma, satisfação para seus seguidores. A adesão deve-se a essas características: problemas pessoais que levam a uma angústia na vida das pessoas, recuperação da magia para resolver os problemas pessoais e lhes atribuir certezas sobre o mundo, descontentamento com a realidade e as instituições tradicionais, valorização pessoal, busca por novas experiências com o sagrado, dentre outras razões (CAMPOS, 2003).

³ Peirucci (1998) ressalta a linha de pensamento que pensadores/religiosos/defendiam em um possível “fim da religião”, tendo interpretado, erroneamente, a teoria da secularização em Max Weber. Diziam que, com o avanço da secularização, a religião estaria com o seu fim decretado, no pensamento *weberiano*, isto é, à medida que o processo de racionalização e do progresso técnico científico da sociedade se consolidava, estes substituiriam as funções que as religiões exercem na vida das pessoas, e, por isso, estavam aquelas fadadas a acabarem. Logo, Weber era visto como teleológico, evolucionista e positivista. No entanto, o que o autor mostra é como o aparato jurídico-burocrático foi-se emancipando, ao longo da História, da influência religiosa.

⁴ Para Fonseca (2002), na modernidade, não são mais as religiões que ditam as regras e condutas de vida das pessoas. O sentido da vida e a organização social são regidos por outras regras e por outras instituições, diferentes das que ocorriam na Idade Média, ou seja, as instituições religiosas não têm mais a hegemonia definidora de como deverá ser o campo cultural, as artes, a Filosofia, as universidades, o Direito, dentre outros setores.

mediação de líderes religiosos, pois a ética religiosa influencia nas questões de mercado (no estímulo ao consumo e na disciplina no trabalho), além do intenso envolvimento de setores religiosos nos assuntos relacionados a direitos humanos e justiça social (BERGER 2001).

Essas novas formas de atuação da religião, no mundo secularizado, de acordo com a perspectiva liberal, ficam comprometidas na relação entre religião e política (BURITY 2001), pois, em alguns contextos, assuntos ou algo relativo à religião ou religiosidade que deveriam ser vivenciados na esfera privada nem sempre ficam restritos apenas a esta esfera. O Estado não consegue manter-se neutro na regulação entre as instituições religiosas, portanto, aquelas que possuem maior grau de mobilização e atuação na sociedade têm privilégios em relação a outros grupos religiosos. Em suma, o mundo atual apresenta novas nuances nas fronteiras entre o religioso e o político, esferas estas que a todo o momento se relacionam, negociam, duelam ou atuam de forma conjunta (BURITY 2001).

Diante dessa nova realidade das religiões, no mundo moderno, Hervieu-Léger (2008) discorre que, com o crescimento da sociedade capitalista-industrial, a religião passa ser uma escolha pessoal, e não mais herdada pela família ou imposta pelo Estado. Cabe, agora, ao indivíduo vincular-se à instituição religiosa que melhor se adéqua às suas realidades, caso o queira fazer. A influência ou não das diretrizes religiosas na vida dos seres humanos é de escolha íntima. A autora acrescenta:

O que é especificamente “moderno” não é o fato de os homens ora se aterem ora abandonarem a religião, mas é o fato de que a pretensão que a religião tem de reger a sociedade inteira e governar toda a vida de cada indivíduo foi-se tornando ilegítima, mesmo aos olhos dos crentes mais convictos e mais fiéis. Nas sociedades modernas, a crença e a participação religiosa são ‘assuntos de opção pessoal’: são assuntos particulares que dependem da consciência individual e que nenhuma instituição religiosa ou política pode impor a quem quer que seja (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 34).

Nesse contexto, a Igreja Católica possui, em relação à modernidade, diversos desafios. A cada década, o catolicismo perde, facilmente, adeptos e influência política em países que, tradicionalmente, dominava nas tomadas de decisões, a partir de seus códigos normativos, morais e tradicionais. Para estancar essa destradicionalização da matriz

católica cristã do mundo ocidental, a escolha do papa é de suma importância; e isso pode ser percebido pelos papas que foram escolhidos após a realização do Concílio Vaticano II⁵.

Na perspectiva de Berger (2001), o Papa João Paulo II⁶ tinha uma posição ambígua a respeito de suas atitudes em relação à modernidade. A sua rejeição dava-se em não aceitar a relativização da moralidade sexual, além de condenar regimes políticos que não tinham a base cristã católica em seus espaços decisórios, a exemplo dos países comunistas. E seu avanço dava-se no diálogo com a modernidade, no momento em que utilizou os meios de comunicação para divulgação da fé católica e se posicionou a respeito de problemas mundiais; avançou no ecumenismo e no diálogo inter-religioso, incentivou a participação do leigo na Igreja, viajou para vários países tentando aproximação com a realidade de outros povos. De acordo com Carletti (2012), o Papado de João Paulo II representou uma restauração conservadora dentro do seio da Igreja Católica, e pode-se exemplificar isso pela censura de lideranças ligadas à teologia da libertação, a exemplo do frei Leonardo Boff.

Como foi dito, neste Papado houve maior envolvimento dos leigos nas atividades católicas. Percebeu-se que o clero católico precisaria ter uma relação mais próxima com sua base para o desenvolvimento de atividades proselitistas, formação de mentalidade e, por meio desses atores, manter sua influência decisória sobre as realidades internas das sociedades (REIS 2011). Assim, a partir dos anos 80 surgem novas organizações católicas ou antigos setores católicos são incentivados e consolidados com o intuito de serem ramificações da Santa Sé no mundo.

⁵ Se a História da Igreja Católica for analisada por meio das decisões deliberadas pelos concílios realizados, percebe-se que haverá rejeição aos valores da modernidade. Sempre reafirmam a infabilidade papal, a concepção da virgindade de Maria, o monopólio religioso da Igreja Católica por ser a única fundada por Jesus Cristo, a centralidade do poder do clero sobre o leigo, dentre outras decisões. O catolicismo criticou o iluminismo pela sua concepção atea da sociedade, na qual a razão substituiria a moralidade católica nas instâncias públicas, e, também, critica o comunismo por entender que ele dissemina a ideia do fim da liberdade religiosa, incentivo à vida material e não à espiritual, associando-o a uma prática herética e demoníaca.

⁶ Uma das preocupações do Papa João Paulo II era com a juventude. Com o intuito de fortalecer as bases católicas entre os jovens do mundo criou-se o evento denominado Jornada Mundial da Juventude. A programação contém missas, *shows* musicais e formações catequéticas. Este evento é presidido pelo próprio Papa e ocorre de três em três anos em um local escolhido pelo Vaticano. Interessante analisar a escolha das cidades sedes do evento. A última Jornada ocorreu no Rio de Janeiro no ano passado.

Nesta estratégia do Papa João Paulo II os carismáticos católicos ganham destaque. A atuação desse segmento católico, sobretudo na América Latina, é incentivada por meio de pronunciamentos oficiais, visitas papais a eventos carismáticos, recebimento de lideranças mundiais da RCC no Vaticano, e até mesmo a participação desses leigos em atividades burocráticas no Vaticano, mostrando a abertura da Igreja Católica às atividades dos carismáticos. Abaixo apresenta-se um dos discursos do Papa João Paulo II em apoio às ações dos carismáticos no mundo:

Caríssimos Irmãos e Irmãs!

1. Ao saudar a Conferência Internacional para os Responsáveis do Movimento Carismático Católico, "dou graças ao meu Deus por meio de Jesus Cristo, a respeito de vós, pois a fama da vossa fé espalhou-se pelo mundo inteiro" (Rm 1, 8).

A Renovação Carismática Católica ajudou muitos cristãos a redescobrir a presença e a força do Espírito Santo na sua vida, na vida da Igreja e no mundo. Esta redescoberta despertou neles uma fé em Cristo repleta de alegria, um grande amor pela Igreja e uma generosa dedicação à sua missão evangelizadora. Neste ano dedicado ao Espírito Santo, uno-me a vós ao louvar Deus pelos frutos preciosos que quis fazer maturar nas vossas comunidades e, através delas, nas Igrejas particulares.

2. Como responsáveis da Renovação Carismática Católica, uma das vossas tarefas consiste em tutelar a identidade católica das comunidades carismáticas difundidas em todo o mundo, estimulando-as sempre a manter um vínculo hierárquico e estreito com os Bispos e o Papa. Pertenceis a um movimento eclesial e a palavra «eclesial» obriga a uma preciosa tarefa de formação cristã, que requer uma profunda convergência entre fé e vida. A fé entusiasta que reaviva as vossas comunidades deve ser acompanhada por uma formação cristã adequada e fiel ao ensinamento eclesial. Com efeito, de uma sólida formação derivar a uma espiritualidade profundamente radicada nas fontes da vida cristã e capaz de responder aos interrogativos cruciais apresentados pela cultura de hoje.

Na minha recente Carta Encíclica *Fides et ratio* adverti contra um fideísmo que não reconhece a importância da obra da razão, não só para uma compreensão da fé, mas também para o próprio ato de fé.

3. O tema da vossa Conferência, «Let the fire fall again!», recorda as palavras de Cristo: «Vim para lançar fogo sobre a terra; e como gostaria que já estivesse aceso!» (Lc 12, 49). Olhando para o Grande Jubileu, estas palavras ecoam com todo o seu vigor. O Verbo de Deus fez-se homem e trouxe-nos o fogo de amor e a verdade que salva. No limiar do Terceiro Milênio da era cristã, é grande o desafio evangélico: «vai hoje trabalhar para a vinha» (Mt 21, 28)!

Acompanho a vossa Conferência com as minhas orações, convicto de que isto dará ricos frutos espirituais à Renovação Carismática Católica em todo o mundo. Maria, Esposa do Espírito e Mãe de Cristo, vigie sobre quanto fazeis em nome

do seu Filho! Concedo de coração a minha Bênção apostólica a todos vós, às vossas comunidades e entes queridos.⁷

O discurso acima mostra claramente o apoio institucional do Vaticano aos diversos segmentos católicos carismáticos que existem no mundo. Isto pode ser explicado pela forma de atuação dos carismáticos. Nas dioceses que estes têm desenvolvido atividades, têm ajudado padres e bispos na inserção do discurso católicos nos meios de comunicação, utilizando linguagens e metodologias acessíveis ao público almejado. Com isso, muitos católicos que até então não frequentavam as atividades da Igreja, passaram a frequentar as missas, casamentos, batizados e eventos católicos, o que evitou, assim, a sua dispersão para outros grupos religiosos, e ainda, o movimento conseguiu que muitos leigos católicos introduzissem uma identidade católica conservadora, sobretudo em temas morais, e defendessem publicamente esses posicionamentos.

A partir dos movimentos carismáticos nascem muitas vocações religiosas. Padres, seminaristas, diáconos, freiras, leigos consagrados surgem a partir de suas vivências na espiritualidade carismática com o desejo de fazer parte da hierarquia católica. Na América Latina não são poucos os padres, e até mesmo alguns bispos, a exemplo do Dom Alberto Taveira e Dom Azcona, identificados com as bases de atuação da RCC e que percorrem vários países em atividades missionárias.

No Papado de Bento XVI, percebeu-se uma oposição forte a diversos aspectos da modernidade. Em diversos pronunciamentos ele criticou o casamento *gay*, legalização do aborto, eutanásia e legalização das drogas. No plano político, reatualizou a crítica ao comunismo e reafirmou que as democracias deveriam ser gerenciadas pela identidade cristã. Alertou os bispos acerca da formulação do que considera uma mentalidade disseminada pela ditadura do relativismo e afirmou que vários países são influenciados pelo marxismo na cultura do povo. Sempre se posicionou favorável ao celibato, centralização do poder em Roma, e não aceitou que mulheres fossem ordenadas para cargos eclesiais.

⁷ Disponível em: <<http://www.rccbrasil.org.br/institucional/component/content/article/15-paginas-internas/919-discurso-do-papa-joao-paulo-ii-aos-responsaveis-do-movimento-carismatico-catolico-.html>>. Acesso em: 05 set. 2014.

No quesito liturgia, Bento XVI incentivou a celebração da missa em latim e o uso do véu pelas mulheres, e aceitou que o padre celebrasse a missa de costas para o público. Aceitou a volta ao catolicismo de alguns padres excomungados por outros Papas em função de posições contrárias ao Vaticano II. Ele possuía relações conturbadas com países islâmicos e com países socialistas, a exemplo da Coreia do Norte, Cuba e China. A partir de suas ações, conseguiu fortalecer as bases conservadoras no catolicismo. Com a sua renúncia, em 2013, assumiu o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio, o primeiro papa latino-americano a ser eleito.

No tocante à relação do Papa Bento XVI com o movimento carismático, as relações foram ora conflituosas e em outros momentos harmônicas. As críticas do Papa Bento XVI à forma de atuação dos carismáticos era no tocante a questões litúrgicas e à aproximação com os evangélicos pentecostais e neopentecostais. A liturgia católica sempre foi um espaço que a RCC utilizou para dar visibilidade à sua “forma de vivenciar o catolicismo”. As missas são sempre muito animadas, utilizando instrumentos musicais como baterias, guitarras, violões, vários músicos, e também estilos musicais bem diferentes dos cantos gregorianos que marcam a liturgia tridentina defendida pelo Papa Bento XVI como o padrão a ser seguido ou tomado como referência para a celebrações das missas nas dioceses. Abaixo apresenta-se o discurso do Papa no qual ele chama a atenção dos adeptos dos carismáticos católicos no mundo:

Essas comunidades são um fenômeno global, em todos os continentes. Naturalmente, elas estão presentes sobretudo, de formas diferentes, na América Latina e na África. Diria que seus elementos característicos são muito pouca “institucionalidade” e poucas instituições, dando pouco peso a instituições; uma mensagem que é simples, fácil e compreensível, e aparentemente concreta; e, como você disse, uma liturgia participativa expressando os sentimentos da cultura local, com uma abordagem da religião um tanto sincretista. Tudo isso lhes garante, por um lado, algum sucesso, mas também implica uma falta de estabilidade. Sabemos que alguns [seguidores desses grupos] voltam à Igreja Católica, ou se mudam de uma dessas comunidades para outra. Então, **nós não precisamos imitar essas comunidades**, mas devemos nos perguntar o que podemos fazer para dar nova vida à fé Católica. Eu sugeriria, como um primeiro ponto, uma mensagem que é simples e compreensível, mas também profunda. [...] Segundo, é importante que nossas instituições não sejam pesadas. O que deve predominar é a iniciativa da comunidade e da pessoa. Finalmente, eu diria que **uma liturgia participativa é importante, mas uma que não seja sentimental. A liturgia não deve ser simplesmente uma expressão de sentimentos**, mas deve emergir a presença e o mistério de Deus no qual ele entra e pelo qual nós nos permitimos ser formados. Por último, com relação à inculturação, diria que é importante **não perdermos a universalidade. Eu**

preferiria falar de “inter-culturação”, não tanto inculturação. É uma questão de um encontro entre culturas na verdade comum de nossos seres enquanto humanos, em nosso tempo. Então, crescemos numa fraternidade universal. **Não devemos perder essa grande coisa que é a catolicidade**, de que em todas as partes do mundo somos irmãos e irmãs, somos uma família, onde conhecemos cada um e colaboramos num espírito de fraternidade.⁸

Como se pode perceber acima, o Papa pede que se evite uso de técnicas emocionais, sentimentais e intimistas (marcas do movimento carismático) e se privilegie aspectos tradicionais das celebrações católicas; que se evite orar em outras línguas dentro das celebrações da missa, ou que se introduzam atividades oracionais que não estejam previstas dentro do missal (livro que dita às regras e os passos que o padre precisa desenvolver na condução da missa).

Outro ponto polêmico refere-se à catolicidade. Pede-se que as palestras, pronunciamentos oficiais e as pregações de padre católicos carismáticos nas celebrações das missas estejam em consonância com a doutrina católica; e que se privilegiem elementos catequéticos e dogmáticos, mais do que interpretações das passagens bíblicas para questões de foro íntimo, e assim evitar interpretações ou pensamentos divergentes da doutrina católica.

Como ver-se-á no capítulo 2, a espiritualidade carismática nasce a partir de uma experiência com pastores pentecostais. Ou seja, desde o seu início há uma influência forte do protestantismo na constituição da forma de atuação dos segmentos da RCC (REIS 2011). Um dos pontos que mais influenciam é o contato direto com a bíblia a partir da sua interpretação de mundo. Abre-se a possibilidade de outras interpretações de mundo por parte de leigos e clérigos que podem destoar do pensamento católico, algo muito recorrente no meio pentecostal. É normal a divergência de interpretação entre pastores leigos protestantes que discordam entre si em diversos aspectos baseados na leitura da bíblia. Na prática isso possibilita o surgimento de novas igrejas, novas associações ou movimentos com novas propostas religiosas. Para evitar rupturas dentro do catolicismo, o Papa Bento XVI pedia fidelidade catequética nas pregações católicas para evitar dissidências.

⁸ Disponível em: <<https://fratresinunum.com/2011/11/18/bento-xvi-nao-precisamos-imitar-os-pentecostais-uma-liturgia-participativa-e-importante-mas-uma-que-nao-seja-sentimental/>>. Acesso em: 05 set. 2014.

Por outro lado, há uma aproximação da RCC com o Papa Emérito nos posicionamentos políticos e morais. Durante suas viagens pelo mundo Bento XVI, como já foi dito, sempre se posicionou em seus discursos reforçando aspectos morais da doutrina católica e deixando claro que a visão de mundo do catolicismo é a correta e deveria ser seguida por todos; apenas assim, a sociedade conseguiria superar seus problemas políticos, econômicos e sociais. Para este líder religioso, o caos que o mundo vive deve-se ao fato de a sociedade estar cada vez mais distante das bases cristãs (REIS 2011). Estes discursos influenciaram muitas lideranças católicas carismáticas.

Segundo Sofiati (2009) iniciou-se uma tendência no movimento carismático a utilizar os pronunciamentos do Papa Bento XVI em questões de fé, moral e política para embasar suas pregações e desenvolver suas atividades. Não são poucos os momentos em que os eventos da RCC insistem contra o aborto, casamento gay e eutanásia, dentre outros assuntos. No tocante à política, reforçam posicionamentos contrários e intolerantes a governos de esquerda, e críticas ao pensamento marxista, além de atacar as “falsas doutrinas” de grupos religiosos não católicos.

As orações e cânticos proferidos nos grupos de oração, retiros de conversão, festivais de musicais, missas de cura e libertação e programas de rádio e TV reforçam a não adesão do católico à proposta da modernidade de vida, e pede-se que este mantenha incluída na vida cotidiana aspectos tradicionais e conservadores defendidos pelo universo católico.

O maior atrito do Papa Bento XVI com setores do catolicismo carismático foi relativo ao Padre Marcelo Rossi. Tal padre ficou conhecido mundialmente pela sua exposição midiática, suas canções e missas para milhões de pessoas. Durante dez anos foi investigado pela Congregação da Doutrina da Fé. Um líder religioso denunciou ao Vaticano que nas celebrações da missa e atividades desenvolvidas por este sacerdote haveria muito personalismo e desvirtuamento das práticas católicas na sua exposição nos meios de comunicação. Na ocasião da visita do Papa Bento XVI ao Brasil em 2007, a Diocese de São Paulo, organizadora do evento, proibiu que o Padre Marcelo Rossi se aproximasse do Bento XVI. Isto abriu especulação na mídia sobre relações conturbadas do Vaticano com o Padre.

A motivação da investigação é a concepção de catolicismo e perfil de sacerdote defendidos pela gestão de Bento XVI: padres usando batina, com discursos focados na moralidade e assuntos da fé católica, priorizando a celebração de sacramentos e não exposições midiáticas fazendo uso de uma linguagem sentimental e intimista, e utilizando instrumentos eletrônicos e ritmos musicais distantes do canto gregoriano. Por anos, o Vaticano recebeu vídeos do Padre Marcelo para análise das suas atividades sacerdotais.

Contudo, a polêmica foi encerrada quando Bento XVI em 2010 recebeu na Santa Sé o Padre Marcelo Rossi e concedeu-lhe o prêmio de comunicador moderno. Isto foi feito depois que a Congregação da Doutrina da Fé constatou que não havia irregularidades nas suas atividades católicas carismáticas. Pode-se perceber melhor isso no fragmento abaixo:

[...] A investigação, que durou quase 10 anos, foi provocada por uma denúncia feita por um religioso brasileiro, que acusou o padre de culto ao personalismo, exibicionismo por ir demais às TVs, de desvirtuar as práticas católicas e de transformar a missa em uma espécie de "circo". A investigação foi comandada pela Congregação para a Doutrina da Fé, liderada pelo cardeal Joseph Ratzinger, que mais tarde se tornaria o papa Bento 16. A *Congregatio pro Doctrina Fidei* é o novo nome que o Vaticano dá para a assassina Inquisição. [...] A *Cogregatio* matou na fogueira, por asfixia ou afogamento centenas de milhares de pessoas no mínimo entre os séculos 12 e século 19 (mas há relatos de incipientes matanças já no século 10). A Inquisição também calou, excomungou ou proibiu de ensinar milhares de padres e freiras ao redor do mundo até o presente. Procurada, a assessoria do padre Marcelo e do bispo dom Fernando, da Mitra de Santo Amaro, superior direto do padre, disseram desconhecer a investigação. A assessoria do padre afirma que, "se isso realmente ocorreu, trata-se de um fato do passado." O Vaticano, por meio de sua embaixada no Brasil, se recusou a se manifestar a respeito. Procurada por telefone e por e-mail durante vários dias, a CNBB também se calou sobre o fato. A investigação foi feita no Vaticano ao mesmo tempo em que ocorriam outras centenas de investigações a respeito de outros padres, freiras e bispos ao redor do mundo. [...] Em 2007, padre Marcelo tentou se reunir com o papa Bento 16 durante a visita deste ao Brasil. No entanto, o padre foi impedido de se encontrar com Bento 16. Segundo dados obtidos pelo **UOL**, quem impediu o papa de aceitar o encontro foram funcionários da Congregação que estavam presentes na comitiva de Bento 16. Segundo eles, não cairia bem ao papa receber um religioso que estava "sob investigação". Bento 16 concordou e se recusou a receber Marcelo Rossi no mosteiro de São Bento. O padre o aguardara desde as 5h e mal havia dormido, de tão ansioso que estava pelo encontro. Dois anos atrás, porém, em entrevista à revista "Veja", o padre se retratou e confirmou que a reportagem estava correta e que, sim, fora barrado pela comitiva de Bento 16. O que o padre não sabia era que o veto se devia à investigação a que ele estava sendo submetido pelo

Vaticano. No final de 2009, a Congregação decidiu encerrar as investigações sobre padre Marcelo. Ele foi inocentado de todas as falsas "acusações".⁹

Na gestão de Bergoglio, mudou-se a temática política da Igreja Católica. Com o objetivo de mudar a opinião pública negativa, construída nos últimos papados (em função dos casos de pedofilia envolvendo o clero e escândalos de corrupção nas finanças da Igreja), seus pronunciamentos e atitudes relacionam-se à preocupação central do catolicismo com a situação da população pobre do mundo. O próprio nome escolhido, Papa Francisco, revela a preocupação central com a caridade¹⁰. Dito de outra forma: sem promover reformas doutrinárias, o Papa Francisco tem tentado focar seus discursos na tolerância com o outro, na reforma administrativa na cúpula no Vaticano, no incentivo a práticas sociais e no diálogo com outras expressões religiosas. Essas mudanças possuem a finalidade de recolocar a Igreja Católica como mediadora dos conflitos internacionais e a instituição como referência moral para a resolução dos problemas internacionais.

Em seu Papado, Francisco tem dado mais autonomia às confederações de bispos de cada país e às conferências por continente para pensar estratégias específicas e formas de linguagem de acordo com as realidades locais. Ele tem nomeado cardeais de vários lugares do mundo para retirar um pouco o caráter eurocêntrico da cúpula de poder do Vaticano, e permitir que bispos de outros continentes possam participar dos espaços decisórios, e assim, dar uma característica mais global para o catolicismo. Além disso, tem defendido maior participação das mulheres nas atividades diretivas nas pastorais, movimentos e até mesmo dentro da burocracia e administração de segmentos católicos; tem demonstrado maior acolhimento para pessoas homossexuais, mendigos e pessoas de outras religiões; e tem visitado templos de outras religiões e recebido lideranças de outras religiões para buscar um melhor diálogo com outras confissões religiosas.

⁹ Disponível em: <<http://celebridades.uol.com.br/oops/ultimas-noticias/2014/09/30/vaticano-investigou-padre-marcelo-por-quase-10-anos.htm>>. Acesso em: 05 set. 2014.

¹⁰ Diferente do Bento XVI, o Papa Francisco tem procurado melhorar o diálogo com outros grupos religiosos. Tem criticado clero e leigos que focam nos discursos sobre aborto e casamento *gay* e não nas questões sociais. Tem procurado punir pedófilos, além fazer reformas estruturais, administrativas e financeiras dos patrimônios católicos.

Porém a relação do Papa Francisco com os ultraconservadores não tem sido nada boa, por causa dos seus posicionamentos mais progressistas na crítica ao capitalismo, na defesa do acesso à comunhão dos casais de segunda união, na relutância em posicionar-se publicamente sobre questões como ideologia de gênero ou avanço dos direitos da comunidade LGBT, e no seu pedido para que os bispos não interfiram nas realidades políticas internas dos países. Por tudo isso, ele tem desenvolvido relações conflituosas com alguns segmentos católicos, a exemplo da centenária Ordem de Malta.

No tocante à relação do Papa Francisco com o movimento carismático, percebe-se seu apoio às atividades. Antes de se tornar Papa, o então cardeal Bergoglio, bispo da diocese de Buenos Aires, assessorava pessoalmente as atividades dos carismáticos na Argentina. Incentivou a presença de novas comunidades, por meio de trabalhos sociais em cidades na Argentina e nas atividades missionárias, e pouco interferiu nas missas de cura e libertação desenvolvidas naquele país.

Desde que assumiu o Papado, uma vez ao ano está presente no congresso internacional organizado pela RCC internacional que acontece em Roma. No evento, permite o uso dos dons do Espírito Santo na sua presença, sempre fazendo ressalvas que a caridade deve ser central nas atividades missionárias dos carismáticos. Abaixo, reproduzem-se partes de um pronunciamento do Papa Francisco aos carismáticos:

Queridos irmãos e irmãs!

Muito obrigado pela vossa acolhida. Certamente alguém falou para os organizadores que eu realmente gosto dessa música, "Vive o Senhor Jesus" [...] Quando eu celebrava na catedral de Buenos Aires a Missa com a Renovação Carismática, após a consagração e depois de alguns segundos de adoração em línguas, cantávamos esta canção com tanta alegria e com tanta força, como vocês fizeram hoje. Obrigado! Senti-me em casa!

Agradeço à Renovação no Espírito, ao ICCRS e à Fraternidade Católica por este encontro com vocês, que me dá tanta alegria [...].

Como vocês devem saber – porque saiu nas notícias - nos primeiros anos da Renovação Carismática, em Buenos Aires, eu não gostava muito dos carismáticos. E eu disse-lhes: "Eles se parecem com uma escola de samba". Eu não partilhava da sua maneira de rezar e tantas coisas novas que estavam acontecendo na Igreja. Depois disso, eu comecei a conhecê-los e eu finalmente entendi bem que a Renovação Carismática é a Igreja. E essa história, que vai desde "escola de samba" adiante, termina de uma forma especial: alguns meses antes de participar no Conclave, fui nomeado assessor espiritual da Conferência Episcopal da Renovação Carismática na Argentina [...].

Vocês, o povo de Deus, o povo da Renovação Carismática, tenham cuidado para não perder a liberdade que o Espírito Santo nos deu! O perigo para a Renovação [...] é a organização excessiva: o perigo de organização excessiva. Sim, vocês precisam de organização, mas não percam a graça de deixar Deus ser Deus! ...

Outro perigo é tornarem-se "controladores" da graça de Deus. Muitas vezes, os coordenadores (eu gosto mais da denominação "servos") de algum grupo ou algumas comunidades tornam-se, talvez inconscientemente, os administradores da graça, decidindo quem pode receber o derramamento de oração ou batismo no Espírito, e aqueles que não podem. Se alguns fazem isso, por favor, não façam mais, não façam mais isso! Vocês são dispensadores da graça de Deus e não controladores! Não sejam alfândega ao Espírito Santo!

Este é vosso percurso: a evangelização, o ecumenismo espiritual, cuidado com os pobres e necessitados e o acolhimento dos marginalizados. E tudo isso com base na adoração! O fundamento da Renovação é adorar a Deus!

Eles me pediram para dizer à Renovação o que o Papa espera de vocês. A primeira coisa é a conversão ao amor de Jesus que transforma vidas e faz do cristão uma testemunha do amor de Deus. ...

Espero de vocês uma evangelização com a Palavra de Deus que anuncia que Jesus está vivo e ama todas as pessoas. Que vocês deem um testemunho de ecumenismo espiritual com todos os irmãos e irmãs de outras Igrejas e comunidades cristãs que creem em Jesus como Senhor e Salvador. Que vocês permaneçam unidos no amor que o Senhor Jesus pede a todos os homens e na oração do Espírito Santo para chegar a esta unidade, que é necessária para a evangelização, em nome de Jesus. Lembre-se de que a "Renovação Carismática é por sua própria natureza ecumênica [...]. A Renovação Católica se alegra por aquilo que o Espírito Santo realiza em outras Igrejas" (1 Malines 5,3).

Aproximem-se dos pobres, dos necessitados, para tocar em sua carne, a carne ferida de Jesus. Aproximem-se, por favor! Procurem a unidade da Renovação, porque a unidade vem do Espírito Santo e nasceu da Trindade. ...

Saiam às ruas para evangelizar, anunciando o Evangelho. Lembrem-se de que a Igreja nasceu em "saída" naquela manhã de Pentecostes. Aproximem-se dos pobres e toquem em sua carne, na carne ferida de Jesus. Deixemo-nos guiar pelo Espírito Santo, com essa liberdade; e, por favor, não enjaulem o Espírito Santo!!¹¹

Essa aproximação é pensada de forma estratégica. De acordo com Carranza (2000), os carismáticos sempre conseguiram desenvolver uma linguagem acessível, simples, direta, e utilizar metodologias de evangelização que conseguiam atingir diversas camadas da sociedade, principalmente na América Latina, onde nas últimas décadas está caindo consideravelmente o número de católicos. Além dessas, incentivam práticas de caridade, incentivam também a participação dos leigos carismáticos na condução das atividades

¹¹ Disponível em: <<http://www.rccbrasil.org.br/espiritualidade-e-formacao/palavra-do-papa/1232-papa-francisco-a-renovacao-carismatica-e-uma-corrente-de-graca-para-a-igreja.html/>>. Acesso em: 05 set. 2014.

missionárias dentro do Vaticano, a exemplo do fundador da Comunidade Católica Shalom, Moisés, e do fundador da Comunidade Católica Obra de Maria, Gilberto, que participam do Conselho Internacional para Leigos (organismo que pensa junto a cardeais, bispos e ao Papa as diretrizes de atuação da Santa Sé em assuntos de evangelização), e fortalecem as associações internacionais das novas comunidades e o conselho internacional da RCC.

Dito de outra forma, o Papa Francisco percebe nas atividades carismática formas modernas e inovadoras para manter o catolicismo nas várias ramificações das sociedades, e tentar estancar sua perda de influência. Tentando influenciar suas atividades por meio de discursos e espaço nas decisões nas atividades missionárias do Vaticano, os segmentos carismáticos passam a estar em consonância com o pensamento do atual papa, e assim adaptam o catolicismo ao contexto concorrencial e às transformações mundiais dos últimos anos.

Para Casanova (1994), as religiões estariam cada vez mais globalizadas e vivenciando o processo de “desprivatização da religião”. A atuação e a influência das instituições religiosas e das novas formas de religiosidades não ficam restritas apenas à esfera privada das pessoas. Elas adentram no espaço público, debatem e disputam com outros segmentos da sociedade a prerrogativa de deliberação sobre determinados assuntos, ou seja, nos espaços de debate para definição de políticas públicas em determinados setores, na representação política e em outros lugares decisórios, as religiões fazem-se presentes com propostas bem definidas e estratégias para aprovar seus interesses. Exemplos disso são a Igreja Católica posicionando-se sobre a questão dos refugiados e os seus pronunciamentos no Conselho de Segurança da ONU em torno de temáticas relacionadas ao meio ambiente; e os grupos evangélicos posicionando-se em torno de questões sobre o controle de natalidade, aborto, casamento *gay*, segurança internacional, dentre outros temas (BURITY, 2001).

Na ótica de Gruman (2005), uma forma de atuação das instituições religiosas é pela prática da cidadania das pessoas, que está vinculada às suas identidades particulares. Os indivíduos agem, politicamente, influenciados pelas normativas religiosas. Segundo o autor, esse é um problema sério para as democracias no mundo ocidental, pois a luta pelos direitos sociais, civis e políticos não beneficiaria a totalidade da população, e sim a

instituição religiosa a qual o sujeito pertence. Ainda, a consolidação da laicidade do estado passa, necessariamente, pela redefinição da fronteira do público ser gerida pelo Estado e o privado ser normatizado pelas instituições religiosas. O Estado deve garantir a liberdade religiosa e a liberdade de culto, porém, as políticas públicas não devem ser orientadas ou influenciadas por diretrizes religiosas.

No tocante à sua realidade, a América Latina é um continente pluralista em função da quebra do monopólio do catolicismo, porém, essa instituição ainda preserva certos privilégios, a exemplo de feriados nacionais, investimento público em suas obras de caridade e acordos com o Estado¹² (FRESTON, 2010).

Em cada país varia, para mais ou para menos, o número de católicos, pentecostais, espíritas, sem-religião e outras denominações religiosas, contudo, as realidades são as mesmas para a maior parte dos países da América Latina: a maioria das pessoas se identifica com a fé católica, seguida por um crescente número de evangélicos (pentecostais ou não) e um crescente número de sem-religião. Em cada país, ao se olhar para seus processos históricos, ver-se-ão explicações específicas sobre as transformações dos seus campos religiosos.

A partir dessa nova realidade religiosa da América Latina, Freston (2010) relata que existem duas grandes tradições: uma, católica, e outra, protestante, nas quais as relações entre religião, Estado e sociedade estão em constantes transformações, isto é, quando o autor propõe a noção de tradição, o que ele pretende é analisar o comportamento dessas instituições religiosas no contexto pluralista e competitivo da América Latina e os possíveis prognósticos sobre o que ocorrerá com católicos e protestantes nas próximas décadas.

Freston (2010) informa que a transição protestante chegará a um limite de crescimento daqui a duas ou três décadas. Enumera, ainda, duas razões para esse limite: a primeira, chegará a um limite a queda do número de católicos; e a segunda, o

¹² Essa realidade varia de país para país. À medida que os grupos pentecostais conseguem ocupar espaços decisórios do Estado, privilégios vão sendo adquiridos e até mesmo igualados aos católicos. Em alguns Estados do Brasil há feriados evangélicos, investimentos públicos para obras sociais, e existe um projeto de lei para equiparação de todas as religiões aos benefícios concedidos à Igreja Católica em 2008, após a assinatura do termo entre Brasil e Vaticano, que concede a opção pelo ensino religioso confessional, presença religiosa em estabelecimentos públicos, feriados religiosos e liberdade religiosa.

protestantismo receberá uma a cada duas pessoas que saem do catolicismo. Na visão do autor, o protestantismo nunca será maior que o catolicismo, na América Latina. E ele esclarece:

Primeiro, o declínio católico terá um limite; há um núcleo sólido que não vai desaparecer, e no Brasil esse núcleo constitui mais ou menos 25% a 30% da população. Em segundo lugar, o protestantismo atualmente recebe pouco mais de uma em cada duas pessoas que abandonam o catolicismo. Em outras palavras, pelas tendências atuais, nunca haverá uma maioria protestante no Brasil. Além disso, a Igreja Católica está aprendendo (lentamente, é verdade) a competir melhor e a diversificar o seu apelo. Com isso, é difícil imaginar que a população que se declara católica caia abaixo, digamos, de uns 40%, o que colocaria um teto de mais ou menos 35% nas aspirações protestantes (FREESTON, 2010, p. 24).

No tocante à transição católica, nas próximas décadas haverá um catolicismo menor, porém mais atuante e comprometido com os interesses dessa instituição. Percebe-se também que, lentamente, a Igreja Católica aprende a competir por fiéis no mercado religioso. O próprio Papa Bento XVI, em seus discursos, mostrou preferência por uma Igreja menor em número de seguidores, porém mais praticante dos valores católicos. Nessa linha de raciocínio Freston complementa:

Teríamos, nesse caso, um teto protestante em algum ponto entre 20% e 35%. Podemos antever, então, um futuro religioso brasileiro com um catolicismo menor (talvez um pouco menos da metade da população), mas revitalizado e mais praticante e comprometido, e um protestantismo grande, mas estabilizado (e muito fragmentado), e um setor considerável de religiões não cristãs e de “sem-religião” (FREESTON, 2010, p 25).

Mesmo se mantendo como a maior denominação religiosa da América Latina, a Igreja Católica tem alguns desafios a serem enfrentados. Segundo Hagopian (2009), para melhor inserir-se neste novo contexto, ela adotou de forma oficial, em 1992, o projeto denominado Nova Evangelização, que consiste em uma nova catequização não por meio da relação com o Estado, mas, sim, pela entrada na sociedade civil, ou seja, a Igreja Católica, por meio da mobilização de seus fiéis na sociedade e no clero católico pretende manter seus interesses institucionais junto ao Estado, fazer com que a democracia esteja pautada em sua agenda moral e seus fiéis mais identificados com a doutrina católica (FREESTON, 2010).

Acredita-se que o estudo de Freston sobre o panorama religioso na América Latina contribui para melhor entender o protestantismo e o catolicismo na relação com o Estado e a sociedade no tempo presente¹³. Quanto aos prognósticos feitos para as duas ou três próximas décadas, entende-se que são apenas possibilidades de novas realidades do campo religioso. Infelizmente, o autor não traz ao texto outras tradições religiosas, a exemplo dos espíritas¹⁴ e das religiões afro-brasileiras¹⁵.

Independentemente do panorama religioso nos países da América Latina para os próximos anos, o catolicismo tem visto nas atividades dos carismáticos uma forma de conter o avanço de outros grupos religiosos e não religiosos. Cada vez mais bispos e padres têm incentivado as atividades carismáticas nos meios de comunicação, eventos de massa, sobretudo em festivais musicais e voltados para o público jovem, e não são poucos os empreendimentos caritativos nos quais são permitidas as suas ações. Padres e diáconos celebram missas de cura e libertação com uso dos dons do Espírito Santo e conseguem atingir centenas e até milhares de pessoas, a exemplo das missas do Padre Marcelo Rossi.

Este incentivo é uma forma do catolicismo se manter forte na disputa com outros grupos religiosos que têm se fortalecido nas últimas décadas, a exemplo dos evangélicos e dos sem religião. Práticas proselitistas têm sido aceitas com o intuito de atrair mais fiéis e influenciar a sociedade conforme sua visão de mundo.

¹³ Percebe-se que os trabalhos desenvolvidos no campo das Ciências Humanas e nos eventos científicos organizados por essas áreas destacam muito a realidade da Igreja Católica, das Igrejas Protestantes e das Religiões Afro-Brasileiras. Estudos sobre judeus, sem-religião, ateus, islâmicos, religiões indígenas, religiões orientais não têm tido o mesmo espaço que os outros credos supracitados. Isto pode ser explicado, em primeiro lugar, pelo fato de muitos desses estudos serem desenvolvidos por intelectuais ligados a essas correntes religiosas; em segundo, o fato da força que o cristianismo exerce no Brasil desde a colonização; e, por último, certo preconceito dos pesquisadores para com outras denominações religiosas. Acredita-se que a abordagem da diversidade religiosa precisa avançar nos estudos acadêmicos brasileiros.

¹⁴ No contexto brasileiro, os espíritas têm crescido, timidamente. Isso se deve ao fato de as pessoas se assumirem processantes da fé espírita (as lideranças espíritas têm incentivado os fiéis a se verem como espíritas), e a própria presença nos meios de comunicação, cinema e no mercado editorial, que têm divulgado mais o pensamento espírita, atraindo mais adeptos. Paralelo a isso, percebe-se a exportação do espiritismo para outros países.

¹⁵ No contexto brasileiro, as religiões afro-brasileiras têm sofrido com a discriminação e perseguição de grupos pentecostais e católicos. Por outro lado, já têm conseguido alguns benefícios junto ao poder público de tombamento de alguns centros, valorização da sua cultura e, na política, recentemente, criou-se a bancada em defesa dos interesses das religiões afros e povos tradicionais.

A partir dessas discussões, faz-se necessário entender a realidade do campo religioso brasileiro à luz dos dados do Censo do IBGE de 2010 e das principais características das religiões e religiosidades do País.

Os dados do Censo IBGE 2010 mostraram novas perspectivas do quadro social brasileiro, principalmente se considerado o fator religião. O panorama religioso do País trouxe confirmações e surpresas em relação às expectativas criadas a partir das análises da pesquisa anterior, de 2000. E essas mudanças impactam diretamente a influência da atuação do catolicismo no Brasil.

De acordo com Mafra (2013), os dados fornecidos pelo IBGE sobre o perfil religioso do Brasil têm ajudado pesquisadores a entenderem as mutações das religiões e religiosidades. Além disso, a coleta das informações acumula uma série histórica iniciada no século XIX, ajudando, assim, a compreender como que as instituições religiosas vieram se comportando ao longo dos últimos séculos. Mafra (2013) elogia o trabalho desenvolvido pelo IBGE:

Os profissionais do IBGE desenvolveram uma metodologia de ponta e de qualidade internacional. Enquanto vários institutos de estatística dos outros países tendem a apresentar uma grade fechada de alternativas religiosas para o respondente – em leques de diversidade compostos a partir de dados históricos e do reconhecimento de fluxos migratórios –, o IBGE permite que o respondente indique de forma livre o nome da religião ou culto de que faz parte. Isto, em um levantamento censitário – ainda que realizado apenas em um plano amostral –, envolve um trabalho monumental, pois o número de declarações sempre será mais amplo e surpreendente que o esperado (MAFRA, 2013, p. 24).

Embora Mafra evidencie aspectos positivos do Censo, a autora também apresenta algumas falhas na metodologia adotada. Uma delas é sobre a pergunta que é feita aos entrevistados. A única questão que é colocada para os fiéis é “Qual é a sua religião ou culto?” (MARIZ, 2013). O recenseador não pode explicar o significado da pergunta ou mesmo questionar sobre outras realidades religiosas vivenciadas pelo entrevistado, a exemplo do seu duplo pertencimento, sincretismo religioso, a frequência ao templo religioso, e até mesmo outras formas de vivenciar sua relação com o sagrado. Isto é, apenas

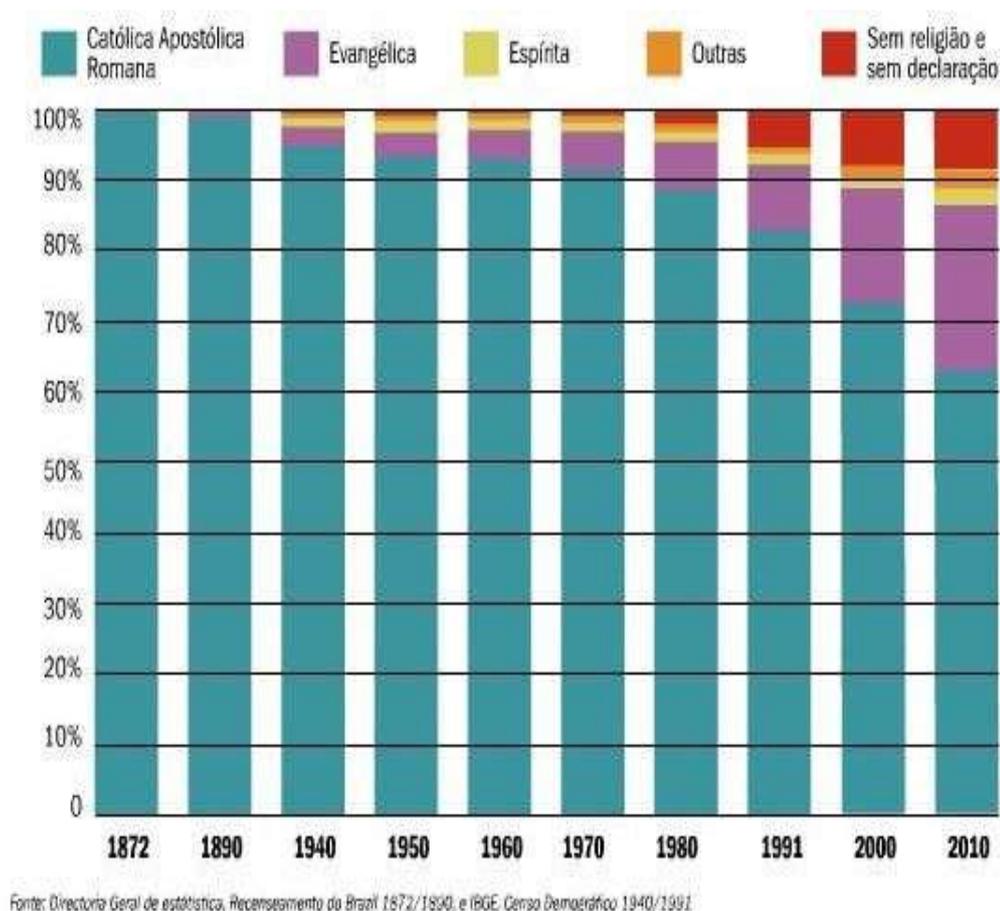
tal pergunta não consegue captar, de forma mais precisa, as diversas identidades religiosas brasileiras (MAFRA, 2013)¹⁶.

Outra falha a ser considerada é sobre a categorização adotada pelos recenseadores para definir o número de adeptos das instituições religiosas (MAFRA, 2013). Baseados nas informações obtidas pelas respostas dos entrevistados, muitos setores religiosos não possuem suas especificidades contempladas. Por exemplo, no universo católico não são inseridas as ramificações internas do catolicismo (carismáticos, tridentinos, progressistas, popular, dentre outros); e no campo evangélico, são listadas algumas instituições (MENESES; TEIXEIRA 2013). Na prática não conseguimos compreender a diversificação interna de cada segmento religioso.

Na Tabela 1, apresenta-se o panorama religioso do Brasil entre 1872 a 2010. O interessante nesses dados é que mostram o desempenho das principais instituições religiosas ao longo de várias décadas. Percebe-se que, a partir da década de 1970, ocorre uma maior diversificação de filiações religiosas no Brasil.

¹⁶ Mafra salienta que os dados do IBGE demoraram a ser divulgados (apenas em 2012) e que a grande imprensa, e não os pesquisadores que ajudaram na tabulação dos dados, foi a primeira a ter acesso às informações, o que demonstra falta de ética com os profissionais.

Tabela 1 – Panorama Religioso no Brasil (1872-2010)



Considerando a variação entre os anos de 2000 e 2010, o catolicismo prosseguiu minguante. Os católicos caíram de 73,8% em 2000 para 64,6% em 2010. Porém, como também se verifica na tabela, o decréscimo católico não é um fato novo. Como religião maioritária do País, é ela quem sofre a perda de pontos percentuais quando outras vertentes também ganham o seu destaque, além de ser a que mais cede fiéis para outras vertentes, como aponta Faustino Teixeira: o catolicismo é o “doador universal” de fiéis (MENESES; TEIXEIRA, 2013).

O segmento evangélico é o que apresenta o maior crescimento no intervalo de dez anos entre as duas pesquisas, de 15,4% para 22,2%, um aumento de 6,8 pontos percentuais. Esse crescimento foi alavancado, sobretudo, pelas denominações pentecostais, que

representam 13,3% do total religioso do País e aproximadamente 60% do contingente evangélico.

Esses números demonstram que, apesar de haver um aumento no número de denominações religiosas é, de certa forma, errôneo apontar um pluralismo religioso no País. Tal como aponta Souza (2011), no Brasil, existe um pluralismo cristão. O contingente de católicos e evangélicos soma 86,8% da população e, se somado aos outros grupos cristãos (espíritas e testemunhas de jeová), chega a praticamente 90% da população (SOUZA, 2011).

O terceiro grupo de maior destaque no Censo de 2010 foi o dos sem-religião, número insignificante até 1980, mas que abarcou 7,3% da população no ano 2000 e, em 2010, chegou a 8%, mesmo que entre 2000 e 2010 houvesse um ritmo menor de crescimento em relação às outras décadas: de 1990 para 2000 foi de aproximadamente 52,67%, passando de 4,8% para 7,28% do contingente nacional.

O crescimento geográfico se deu de forma parecida ao dos evangélicos, ou seja, com destaque para as metrópoles e as fronteiras de ocupação do Norte e Centro-Oeste do País. O destaque é o estado do Rio de Janeiro, que registra o índice de 16% de sua população que não possui uma religião (CAMURÇA, 2001).

O termo “sem-religião” não implica, necessariamente, crescimento do ateísmo no Brasil, e sim a desfiliação religiosa (NOVAES, 2013). Os sem-religião são pessoas que não apresentam filiação institucional religiosa, podendo ser ateus, agnósticos ou vivenciar uma relação com o sagrado sem frequentar algum estabelecimento religioso (TEIXEIRA; MENESES, 2013). O Censo de 2010, porém, teve um destaque em relação a essa categoria, pois pela primeira vez ela foi subdividida tal qual as categorias de católicos e evangélicos. A partir da última pesquisa o termo sem-religião foi desmembrado entre ateus, agnósticos e propriamente sem-religião (sem um pertencimento religioso específico).

Quando olhados os dados mais de perto do grupo alguns mitos presentes no imaginário popular se confirmam, ao passo que outros são desmentidos. Como aponta Regina Novaes, os sem-religião têm, em média 26 anos, já que a média do contingente

entre os jovens de 19 a 29 anos é de 9,5%, maior que a média nacional de 8% (NOVAES, 2013, p. 175). São em sua maioria homens, 9,7% de seu total não possuem uma religiosidade enquanto 6,4% se enquadram nessa categoria. Sua concentração é maior nos centros urbanos, apesar de marcarem também presença no campo (NOVAES, 2013).

Em relação a seu recorte social quase a metade de seu contingente é parda (47,1%). Sua maioria se encontra nas classes mais baixas já que 59,2% de seu contingente possuiu uma renda *per capita* de apenas um salário mínimo, enquanto os 40% de seu grupo se distribui entre as outras camadas. Essa proporção só é superada pelas evangélicos pentecostais, com 63,7%. Tais dados tiveram seus relativos já em 2004, na pesquisa Projeto Juventude (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006), que demonstrou que a presença religiosa é maior em grupos de menor formação intelectual.

Os dados do Censo de 2010 apontam também um crescimento do número de espíritas, pois mostram que 2% da população identificam-se com alguma ramificação do espiritismo; antes eram 1,3% no Censo de 2000. O aumento desses números pode ser explicado pela divulgação da doutrina espírita nos meios de comunicação, no mercado editorial e até mesmo pelo apelo das lideranças espíritas para que seus seguidores respondam ao Censo com sua identificação ao espiritismo e não a outro credo religioso. Além disso, o espiritismo no Brasil tem passado por mudanças, nas últimas décadas. Por meio de cirurgias espirituais, possessões, cartas psicografadas, aconselhamentos e ações proselitistas, esse grupo religioso tem oferecido respostas aos problemas cotidianos do público que busca seus serviços. Os espíritas também têm atraído adeptos pela tentativa de explicação do mundo unindo artefatos científicos e religiosos (TEIXEIRA; MENESES, 2013).

Quanto às religiões afro-brasileiras, tanto a umbanda como o candomblé mantiveram-se no eixo de 0,3% de declaração de crença no Censo de 2010. Pode-se perceber que, de 2000 (107 mil pessoas) para 2010 (180 mil pessoas) houve crescimento de 70% dos adeptos do Candomblé (TEIXEIRA; MENESES, 2013).

Na Umbanda, houve queda do número de adeptos, que totalizam atualmente apenas 407 mil. Esses baixos números podem ser explicados, pois muitas pessoas têm preconceito de assumir a sua vinculação com essa religião. Outra explicação seria o ataque de religiões

pentecostais a essa religião, culminando inclusive, na conversão de alguns terreiros (PRANDI, 1996).

No tocante às outras religiões, os dados mostram pequena representatividade no campo religioso brasileiro. Somadas, no geral, não ultrapassam a 3,2 % do total das respostas de declaração da crença. No entanto, mesmo tendo elas pouco crescimento em relação a outras expressões religiosas, não deixam de ter um caráter importante para o aumento da diversidade e da concorrência religiosa. Nos gráficos da Figura 1 pode-se ver o desempenho das religiões entre os anos 2000 e 2010:

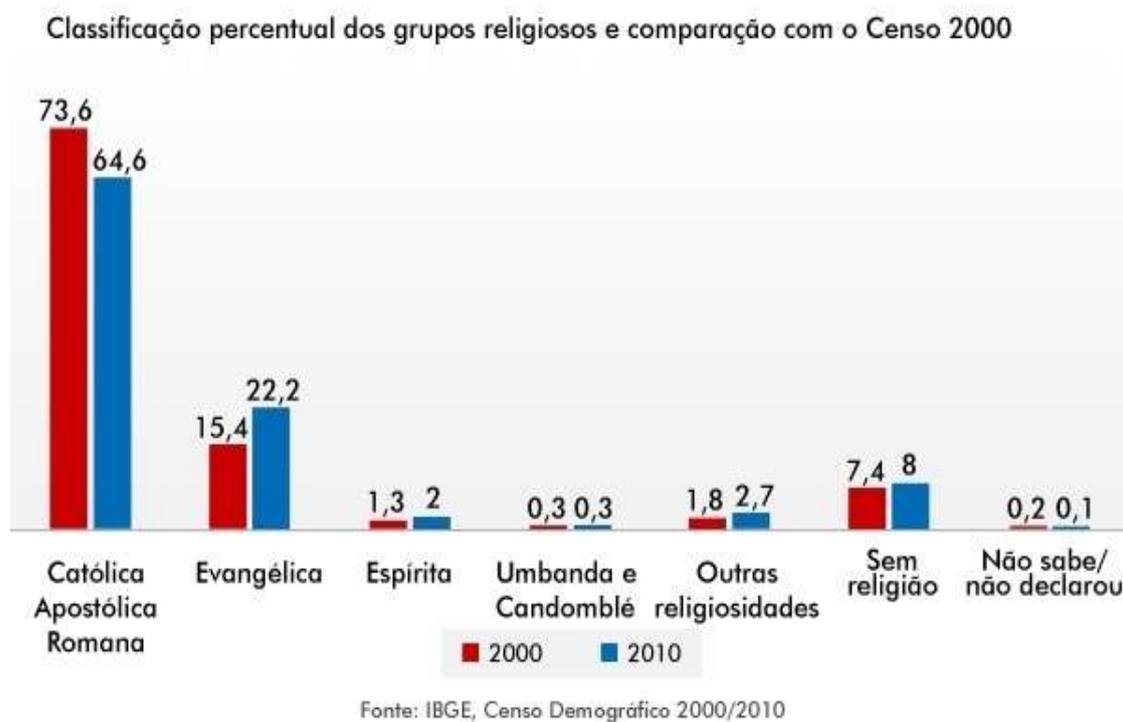


Figura 1- Percentual dos grupos religiosos e comparação com o Censo 2000
Fonte: IBGE (2010)

De acordo com Mariano (2003), o processo de secularização no Brasil deu maior liberdade para que o indivíduo professasse sua fé e para que outros grupos pudessem surgir e se organizar. A ampla liberdade religiosa resultante da secularização do Estado e a expansão do pluralismo religioso romperam definitivamente o monopólio católico, abrindo caminho para que outros grupos religiosos pudessem ingressar e se formar no País,

disputar e conquistar novos espaços na sociedade, adquirir legitimidade social e consolidar sua presença institucional. Pode-se citar o exemplo do acirramento pelo mercado religioso entre católicos e evangélicos, ou seja, até o final do século XX, uma das características do brasileiro era a sua identificação religiosa católica. A nação brasileira era essencialmente católica. Os políticos falavam diretamente para essa instituição religiosa no tocante aos assuntos relacionados à fé e à política.

Mariano acredita que o mercado religioso brasileiro se constitui da “venda” simbólica, ou seja, da comercialização de bens espirituais nos programas religiosos, dando-se ênfase aos métodos ritualísticos e práticas da doutrina que, em cada denominação, apresentam-se nos espaços midiáticos ocupados. Esse modelo empresarial se constitui pela divisão social do trabalho religioso e administrativo, e chama atenção tanto para os mecanismos de prestação de serviço quanto para a adoção de sistemas de arrecadação de recursos (MARIANO, 2003).

Tabela 2 – Números Absolutos do Panorama Religioso do Brasil (2010)

Religião	Pessoas	%
Católica Apostólica Romana	123.280.172	64,63
Evangélicas	42.275.440	22,16
Sem religião	15.335.510	8,04
Espírita	3.848.876	2,02
Outras religiosidades cristãs	1.461.495	0,77
Testemunhas de Jeová	1.393.208	0,73
Não determinada e múltiplo pertencimento	643.598	0,34
Umbanda e Candomblé	588.797	0,31
Católica Apostólica Brasileira	560.781	0,29
Budismo	243.966	0,13
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	226.509	0,12
Não sabe	196.099	0,10
Novas religiões orientais	155.951	0,08
Católica Ortodoxa	131.571	0,07
Judaísmo	107.329	0,06
Tradições esotéricas	74.013	0,04
Tradições indígenas	63.082	0,03
Espiritualista	61.739	0,03
Sem declaração	45.839	0,02
Islamismo	35.167	0,02
Outras religiosidades	11.306	0,01
Hinduismo	5.675	0,00

Fonte: IBGE

A Tabela 2 mostra, em termos absolutos, o número de adeptos das principais religiões do Brasil, em 2010. O Catolicismo agrega 123.280.172 pessoas, constituindo, assim, a religião com mais fiéis no País. Muitos deles não são frequentadores assíduos das missas e eventos católicos, e são conhecidos como “católicos não praticantes”. O catolicismo passou da “religião dos brasileiros” para a “religião da maioria dos brasileiros” (MARIANO, 2013). Apesar da maioria numérica dos católicos, percebe-se que outros grupos religiosos são mais organizados, estratégicos e atuantes na esfera pública.

Mostrando ainda a realidade de outras instituições religiosas, encontram-se na tabela 42.275.440 evangélicos, 3.848.876 fiéis espíritas, outras realidades cristãs com 1.461.495 seguidores e os Testemunha de Jeová com 1.393.208 membros. As religiões afro apresentam números razoáveis: a Umbanda e o Candomblé juntas somam 588.797 membros. E 15.335.510 pessoas declararam não estarem filiadas a nenhuma instituição

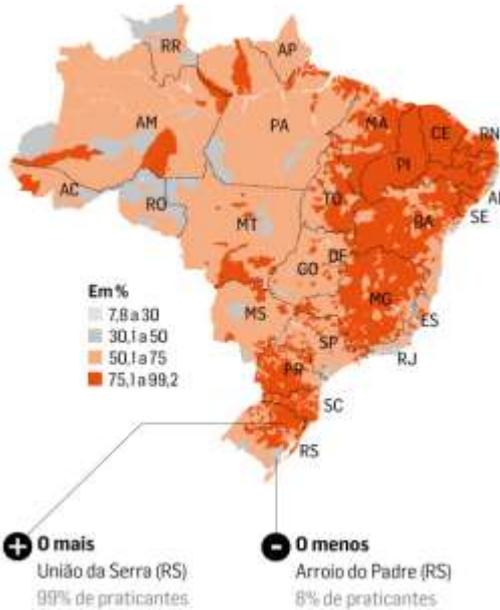
religiosa. As religiões orientais, esotéricas e outras formas de religiosidade possuem números inexpressivos na composição religiosa nacional¹⁷.

Na Figura 2, os dados revelam maior ou menor concentração de católicos, evangélicos, espíritas, umbandistas e candomblecistas no Brasil. Percebe-se que os católicos têm maior presença nos estados do Nordeste, Minas Gerais e na região Sul, sendo a cidade da União da Serra (RS) a que tem o maior número de católicos do Brasil, 99% da população, e a cidade de Arroio do Padre (RS) a que tem o menor número de católicos do Brasil, 8% de praticantes no total da população. Já os Evangélicos estão concentrados em sua maioria nas Regiões Norte e Centro-Oeste, maiores que a média nacional. A cidade que tem o maior número de praticantes da fé evangélica é Arroio do Padre (RS), com 86% de praticantes no total da população, e a que tem o menor índice de praticantes protestantes é Coronel Pilar (RS), com 0,4% do total de habitantes.

¹⁷ Mesmo as outras religiões não tendo expressividade do ponto de vista numérico, conseguem influenciar e muito na cultura brasileira. É normal milhões de brasileiros acreditarem na reencarnação ou procurar terreiros para resolver seus problemas pessoais, assim como muitas pessoas recorrerem ao budismo em busca de terapias para cura da depressão ou de técnicas para relaxamento.

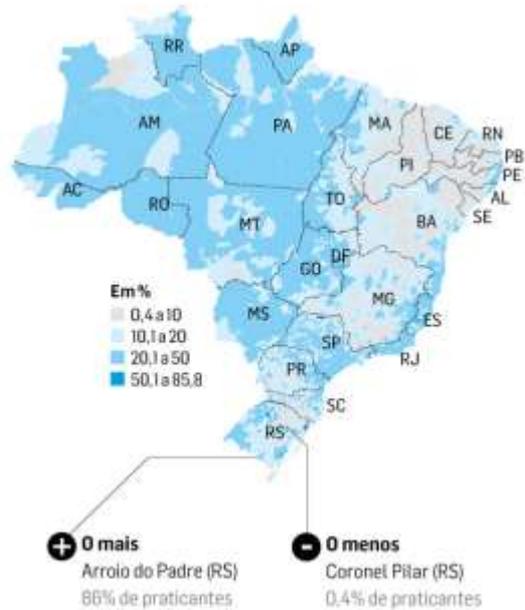
Católicos

Os estados do Nordeste, Minas Gerais e a região Sul têm o maior percentual de católicos



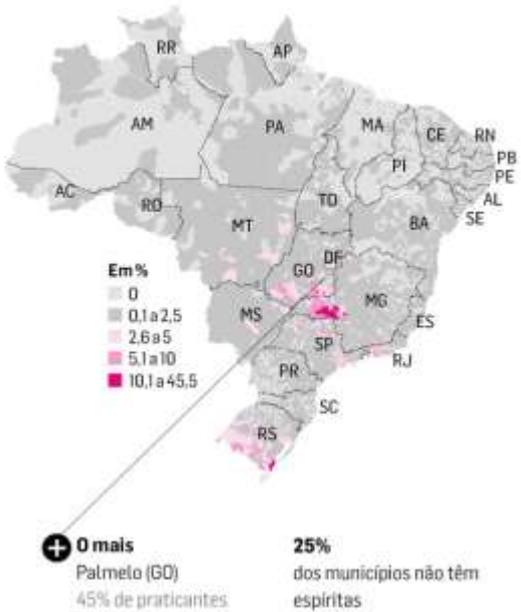
Evangélicos

Nas regiões Norte e Centro-Oeste, o percentual de evangélicos é maior que a média nacional



Espíritas

A maior concentração de espíritas é no Triângulo Mineiro, ao redor de Uberaba, cidade onde morreu Chico Xavier



Umbandistas e candomblecistas

O extremo Sul do Rio Grande do Sul tem um maior percentual de praticantes de religiões afrobrasileiras. Rio de Janeiro e Salvador também têm taxas elevadas

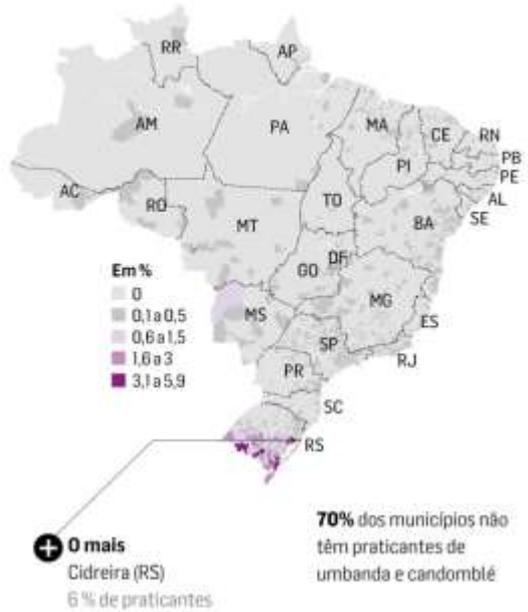


Figura 2: Concentração de católicos, evangélicos, espíritas, umbandistas e candomblecistas no Brasil (2010)

Fonte: IBGE

No que diz respeito aos Espíritas, a maior concentração está na cidade de Uberaba, situada na região do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais. O destaque dessa região deve-se ao fato de ser a cidade berço do maior expoente do espiritismo no Brasil, o médium Chico Xavier. Contudo, a cidade que mais possui seguidores do espiritismo é Palmelo (GO), correspondentes a 45% da população total; e em 25% dos municípios brasileiros não se encontram espíritas (MENESES; TEIXEIRA, 2013).

O espiritismo no Brasil, nas últimas décadas, passa por mudanças. A exposição midiática tem sido uma característica desse grupo religioso. Não são raros os filmes que passam a mensagem para que seus adeptos reforcem sua identidade espírita, e cresce o número de programas de rádio e TV com discursos proselitistas. Em geral, os espíritas do Brasil recorrem a curas divinas, possessões, cirurgias espirituais, regressão, e explicações “científicas” para compor o seu universo religioso. O interessante de observar é que na coleta do IBGE para compor os dados de 2010, a Federação Espírita Brasileira (FEB), pela primeira vez, pediu para que seus adeptos dissessem aos pesquisadores que são espíritas e não ofuscassem sua identidade religiosa (MENESES; TEIXEIRA, 2013). Apesar da diversidade interna no campo espírita brasileiro, a FEB tem-se posicionado como a maior instituição reguladora da identidade espírita.

No tocante à Umbanda e ao Candomblé, o extremo Sul do estado do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Salvador possuem taxas elevadas de pessoas que se identificam com essas instituições religiosas. A cidade que mais possui adeptos é Cidreira, com 6% da população total.

Não consta na Figura, mas merece destaque, o grupo dos sem-religião também teve seu crescimento em relação ao Censo anterior, passando de 7,28% para 8%. Em números absolutos, o aumento é de aproximadamente 3 milhões de pessoas, passando de 12,5 milhões para 15,3 milhões. O crescimento, porém, é menor do que o esperado, já que o crescimento de 1990 para 2000 foi de aproximadamente 52,67%, passando de 4,8% para 7,28% do contingente nacional.

O crescimento geográfico deu-se de forma parecida ao dos evangélicos, ou seja, nas metrópoles e nas fronteiras de ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste do País. O destaque é o estado do Rio de Janeiro, que registra o índice de 16% de sua população total

sem religião, e também os estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Goiás e a fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai (CAMURÇA, 2013).

O Censo de 2010, porém, teve um destaque em relação a essa categoria, pois pela primeira vez ela foi subdividida, tal qual as categorias de católicos e evangélicos. A partir da última pesquisa, o termo sem-religião foi desmembrado entre ateus, agnósticos e propriamente sem religião (sem um pertencimento religioso específico).

Quando olhados mais de perto os dados do grupo dos sem-religião, alguns mitos presentes no imaginário popular confirmam-se, ao passo que outros são desmentidos. Como aponta Regina Novaes, a média do contingente entre os jovens de 19 a 29 anos é 9,5%, maior que a média nacional, 8%. São em sua maioria homens e sua concentração é maior nos centros urbanos (NOVAES, 2013).

Em relação ao recorte por cor, quase a metade do contingente dos sem-religião é parda (47,1%). A maioria encontra-se nas classes mais baixas, já que 59,2% de seu contingente possuiu uma renda *per capita* de apenas um salário mínimo, enquanto os 40,8% restantes de seu grupo foram distribuídos entre as outras camadas. Essa proporção só é superada pelos evangélicos pentecostais, com 63,7%.

Portanto, é interessante notar que, apesar de no imaginário popular os sem-religião ainda possuírem a imagem de indivíduo urbano, letrado e jovem, essa categoria está diversificando-se cada vez mais, sendo expressiva também em outros recortes sociais.

1.3 Católicos

O declínio do contingente católico no País é constante desde a primeira constituição republicana, em 1891, pela qual, com a laicidade do Estado, permitiu-se a pluralidade religiosa. Sendo o catolicismo a religião oficial do Estado, como tal, única, foi a que passou a ceder fiéis e espaços para as outras vertentes. Em 1940, o catolicismo representava 95,2% da população total do País, caindo, em 1950, para 93,7%. Na década de 1960, a Igreja Católica representava 93,1%. Em 1970, caiu para 91,1%. A partir da década de 1980, os índices estão abaixo da casa dos 90%, aparecendo já na marca de

89,2%. Em 1991, o índice chegou a 83,3%, em 2000, a surpreendentes 73,8%, e em 2010 chegou aos 64,6%. Percebe-se que, desde a década de 1872, o número de católicos não para de cair no Brasil. Por mais que seja ainda a religião majoritária, os católicos já não se mantêm em uma posição confortável; e isso tem sido uma preocupação constante do episcopado dessa religião. Uma característica que chama a atenção é que, pela primeira vez, os católicos não diminuíram apenas em porcentagens, mas também em números absolutos, caindo de 124,9 milhões de fiéis, em 2000, para 123,2 milhões de fiéis, em 2010, ou seja, a religião perdeu, em média, 465 fiéis por dia (CAMURÇA, 2001).

Para tentar estancar a perda de fiéis, a Igreja Católica, desde o século passado, vem passando por transformações. De acordo com Oro (1996), o clero católico tem incentivado novas ações na sociedade brasileira. A primeira delas é o retorno das práticas devocionais. Não são raras as cidades que apresentam eventos em templos católicos como rezas, terços, festas de santos, romarias, promessas, dentre outras práticas. A festa devocional mais conhecida no Brasil é o Círio de Nazaré, que, todos os anos, na cidade de Belém (PA), reúne mais de dois milhões de pessoas do mundo todo em busca de curas, milagres e pagamento de suas “promessas” (MAUES; PANTOJA, 2008).

A segunda ação detectada por Oro (1996) é o investimento em meios de comunicação. No Brasil, existem dezenas de emissoras de rádio de inspiração católica. O conteúdo dos seus programas é de ensinamentos da doutrina católica, posicionamentos desse segmento religioso a respeito da questão moral, sexualidade, e posicionamentos políticos e econômicos. Além das emissoras de rádio, é cada vez maior o número de *blogs*, *sites* e redes sociais que têm por objetivo criar uma identidade católica (REIS, 2011).

Contudo, é no meio televisivo que o catolicismo tem demonstrado considerável crescimento. Atualmente, a Igreja Católica apresenta as seguintes emissoras: TV 3º Milênio (Maringá - PR), TV Aparecida (Aparecida - SP), TV Canção Nova (Cachoeira Paulista - SP), TV Diocese (Rio Branco - AC), TV Fraternidade - RS, TV Horizonte (Belo Horizonte - MG), TV Imaculada Conceição (Campo Grande - MS), TV Nazaré (Belém - PA), TV Século 21 (Valinhos - SP), Rede Vida (São José do Rio Preto - SP), UCG TV (Goiânia - GO) e TV Evangelizar (Curitiba - PR). O conteúdo veiculado nessas emissoras assemelha-se muito ao transmitido pelas rádios. Diariamente são transmitidos

missas, terços, novenas, aconselhamentos, programas musicais, ensinamentos da doutrina católica por padres e leigos, entrevistas e novelas (CARRANZA, 2000).

E, por fim, o apoio de alguns setores do clero ao movimento da Renovação Carismática Católica (RCC). Por meio de ações proselitistas, esse segmento católico tem realizado eventos de massa (como missas, *shows*, congressos e retiros) e marca presença nos meios de comunicação e sociais no intuito de buscar novas “conversões” ao meio católico. Em um contexto de concorrência religiosa, a RCC tem ajudado o catolicismo a se fazer presente em diversos setores da sociedade brasileira, na política e nas instituições caritativas, incentivando o surgimento de novos padres e organizações laicais com projetos que trabalham com jovens, crianças, universitários e famílias (REIS, 2011).

O movimento carismático, nascido na década de 1960 nos Estados Unidos, rapidamente se espalhou para outras regiões do mundo. Carranza (2000) afirma que no início da década de 1970 percebia-se a existência de grupos de oração e comunidades de inspiração carismática em países europeus e na América Latina. Abaixo, a Tabela 3 mostra o crescimento da RCC nos Estados Unidos e em outras regiões.

Tabela 3. Crescimento numérico da Renovação Carismática Católica, 1967-2000.

Ano	Participantes							%
	Grupo de Oração	Semanal	Mensal	Anual	Envolvidos	Famílias	Comunidade	Cat.
1967		Primeiros Grupos de Oração Carismáticos formados nos Estados Unidos						0,0
1970	2.1185	238.500	500.000	1.000.000	1.600.000	2.000.000	2.000.000	0,3
1973	3.000	900.000	2.000.000	3.500.000	5.000.000	7.000.000	8.000.000	1,1
1975	4.000	1.995.730	3.000.000	6.000.000	9.000.000	11.000.000	15.000.000	2,7
1980	12.000	3.000.000	4.771.390	7.700.000	16.000.000	30.000.000	40.000.000	5,0
1985	60.000	4.200.000	7.547.050	12.000.000	22.000.000	40.100.000	63.500.000	7,3
1990	90.000	7.000.000	10.100.000	17.000.000	30.000.000	45.000.000	85.000.000	9,2
1995	127.000	11.000.000	14.000.000	20.000.000	34.000.000	60.000.000	104.900.000	10,4
2000	148.000	13.400.000	19.300.000	28.700.000	44.300.000	71.300.000	119.900.000	11,3

Fonte: Site oficial da RCC Brasil

Foi na América Latina, especialmente no Brasil e no México, que o movimento carismático se destacou em termos de adesão de pessoas à sua proposta religiosa. No final dos anos 1980 e início dos anos de 1990 era natural a organização de eventos de massa nas

dioceses do Brasil, e gradativamente houve o apoio de setores do clero e muitos padres aderiram à participação na RCC.

Prandi e Peirucci (1996) realizaram um levantamento quantitativo do crescimento da RCC no Brasil. Esse mapeamento foi feito para suprir uma lacuna deixada pela pesquisa realizada pelo IBGE, que não distingue os segmentos internos de cada confissão religiosa. No tocante ao catolicismo, foi indagado se a pessoa participava dos movimentos carismáticos, comunidades eclesiais de base, pastorais ou movimentos tradicionais do universo católico. Na Tabela 4 pode-se perceber tais dados.

Tabela 4. Religiões no Brasil – População adulta

Religião	N. total de fiéis (milhões)
Católicos: Tradicionais	61,4
Carismáticos	3,8
CEBs	1,8
Outros	7,9
Evangélicos: Históricos	3,4
Pentecostais	9,9
Kardecistas	3,5
Afro-brasileiros: Umbanda	0,9
Candomblé	0,4
Outras	2,0

Fonte: Site oficial da RCC Brasil

Essa pesquisa foi realizada em 1994 em pleno período eleitoral para presidente, no qual houve a atuação de vários candidatos da RCC a cargos para vereador, deputado estadual e deputado federal e também apoio à candidatura de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) para a presidência do Brasil (REIS 2011). Percebe-se nos dados acima que 3,8 milhões dos católicos participavam de algum movimento ou organização católico-carismática no Brasil, número maior que o número de evangélicos históricos e espíritas.

Esse crescimento segundo Carranza (2000) pode ser explicado pela proposta religiosa do movimento. Não dando ênfase a questões de luta social, ou questões socioeconômicas, a prioridade é trabalhar questões intimistas, subjetivas e emocionais de cada pessoa. A partir dos cânticos, orações, aconselhamentos, contato com outras pessoas,

setores da classe média encontram uma linguagem religiosa para obter resolução dos seus problemas ou conviver com as aflições emocionais trazidas pela vida cotidiana.

Outro dado interessante na tabela é que o número de carismáticos supera o número de participantes das comunidades eclesiais de base (CEBs). Esse segmento católico é entendido como abrangendo as pastorais e movimentos sociais do catolicismo surgidos e consolidados a partir da década de 1960. Por muitos anos padres e bispos investiram nas atividades das CEBs como uma forma de inserção do catolicismo na sociedade brasileira, sobretudo nos setores mais pobres, acreditando que a religião possuía um papel de mudança nas estruturas sociais do País. Havia um entendimento de que o papel da atuação religiosa não era apenas o contato com o sagrado por meio de orações e exercício da vida sacramental, mas o combate à pobreza, às desigualdades sociais, a melhoria na saúde pública, a educação, a reforma agrária e outras reformas (PRANDI 1996).

No decorrer dos anos 1980 muitas pessoas abraçaram a proposta das comunidades eclesiais de base e desenvolveram ações no campo social para a melhoria de suas realidades cotidianas. A queda do número de participantes das CEBs pode ser explicada a partir do número de pentecostais. Como os dados mostram (retomaremos este assunto no próximo tópico deste trabalho) a maioria dos evangélicos do Brasil advém da população carente do Brasil. Possivelmente muitas pessoas que participavam das pastorais e movimentos sociais da Igreja Católica migraram para Igrejas Pentecostais e Neopentecostais.

Neste contexto de esvaziamento das CEBs, a RCC populariza-se por meio dos meios de comunicação, e com maior aceitação do clero há incentivo para suas atividades nas dioceses do Brasil. De acordo com as informações abaixo:

O resultado apresenta três milhões e oitocentos mil como o número de católicos carismáticos no conjunto da população brasileira adulta, sendo que 70% deles são mulheres; a maioria possui um expressivo contingente de donas de casa (24%), a maior parte dos que estão ocupados são funcionários públicos (22%). Trata-se de um número muito elevado, pois era praticamente igual ao total de evangélicos que seguem as denominações protestantes históricas; sendo menos de um terço dos evangélicos pentecostais; o dobro dos católicos das comunidades eclesiais de base (CEBs); número similar ao de espíritas kardecistas; e quase três vezes o total dos adeptos das religiões afro-brasileiras. Estudos mais recentes, contrariando alguns prognósticos da não expansão da base social da Renovação para além da classe média, indicam que o movimento também chegou às camadas trabalhadoras dos bairros populares, onde há uma

tendência ao crescimento acelerado. Atualmente, a Renovação Carismática encontra-se presente em todos os Estados e também no Distrito Federal, com 285 coordenações (arqui)diocesanas organizadas e cadastradas junto ao Escritório Nacional. Em estimativa feita no final deste ano de 2005, junto às coordenações estaduais da RCC, contabilizou-se como aproximadamente 20.000 o número de grupos de oração em todo o Brasil, isto sem contar as comunidades de vida, de aliança, associações e inumeráveis outras atividades de apostolado, ligadas à RCC.¹⁸

De acordo com Camurça, no Brasil, o catolicismo tem investido em projetos de *marketing* em suas paróquias e dioceses, e a confirmação disso dá-se na realização da *expo* católica, na cidade de São Paulo, todos os anos. No ano de 2013, foi organizada, na cidade do Rio de Janeiro, a Jornada Mundial da Juventude com a presença do Papa Francisco e de milhões de pessoas.

No tocante à participação política, a Igreja Católica tem incentivado seus fiéis a concorrerem às eleições para cargos legislativos e executivos com o objetivo de defender os seus interesses institucionais na arena política (REIS, 2011). Além disso, grupos ligados ao movimento pró-vida organizam passeatas, manifestações, posicionando-se contra o governo petista e na defesa dos valores da família e contra o aborto. Mas verifica-se também a presença de grupos ligados à esquerda católica que têm lutado pelos direitos dos índios, dos sem-terra e dos povos tradicionais.

No turismo, tem-se buscado a profissionalização da sua prática. Todos os anos organizam-se viagens ao exterior para conhecer os templos marianos, fazer visitas à Terra Santa e ao Vaticano. Nacionalmente, o destaque é para a região do interior do estado de São Paulo, no Vale do Paraíba, onde se localiza a Basílica de Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Aparecida do Norte; a Basílica do primeiro santo brasileiro “São Frei Galvão”, na cidade de Guaratinguetá; e em Cachoeira Paulista localiza-se a sede da Comunidade Canção Nova, que, semanalmente, realiza um acampamento para milhares de pessoas.

Nos meios de comunicação seculares, percebe-se a presença de padres cantores contratados por gravadoras tradicionais brasileiras, como Fábio de Melo, Marcelo Rossi, Alessandro Campos, Reginaldo Manzotti, Antonio Maria, e Joarez, os quais não raras

¹⁸ Disponível em: <<http://www.rccbrasil.org.br/institucional/a-rcc-do-brasil.html>>. Acesso em: 05 set. 2014.

vezes se apresentam em programas de grande audiência para exibir suas canções e mensagens católicas.

Todas essas ações mostram as mudanças que vêm ocorrendo no catolicismo brasileiro, na tentativa de permanecer como hegemônico na esfera pública do País.

1.4 Evangélicos

Nesta sessão discutir-se-á a presença dos evangélicos no Brasil à luz dos dados do IBGE, principalmente de 2010. Essa discussão se faz importante pela proximidade que este grupo religioso possui com os carismáticos.

Conforme já foi mencionado, a RCC nasce nos Estados Unidos a partir da experiência de religiosa espiritual com intensa participação de evangélicos pentecostais (CARRANZA 2000). Isto permitiu que a “identidade” dos carismáticos católicos fosse influenciada pelos evangélicos. Isto é, o jeito de ser religioso teve como referencia a vivencia religiosa de muitos pentecostais que a muitos anos crescia significativamente na América Latina. Podemos exemplificar isso pelos cânticos, orações espontâneas, exorcismo, introdução de novos ritmos musicais e instrumentos eletrônicos, mensagem forte proselitista e inserção nos meios de comunicação.

Segundo Prandi os primeiros congressos internacionais eram organizados entre os carismáticos e pentecostais conjuntamente. Até hoje é comum que em eventos da RCC e nos eventos de padres cantores, a exemplo do Padre Marcelo, seja recitadas músicas do meio pentecostal (PRANDI 1996). Porém, com o passar do tempo os dois grupos foram distanciando em função das propostas religiosas serem diferentes e o acirramento da concorrência religiosa entre Igreja Católica e Igreja Evangélica, a medida que este último crescia em termos percentuais e quantitativos e impondo ao catolicismo concorrência por espaços de hegemonia, principalmente no Brasil.

Ainda de acordo com a Tabela 1, existe uma curva ascendente do número de adeptos das Igrejas Evangélicas. Entre 1872 a 1940, o número de evangélicos era extremamente baixo no Brasil, não havendo concorrência religiosa com a Igreja Católica. Em 1940, tal grupo

representava 2,6%, subindo para 3,4% em 1950, 4% em 1960, 5,8% e 6,6%, respectivamente, nas décadas de 1970 e 1980. Em 1990, alcançou 9%, em 2000, chegou aos expressivos 15,4%; e em 2010, chegou a 22,2% da população total.

Nos últimos dez anos, os evangélicos aumentaram em 44,2% o seu contingente, o que se traduz em aproximadamente 16 milhões de pessoas, já que eram 26 milhões, em 2000 e passaram a ser 42,2 milhões, em 2010, com uma média de crescimento de 4.383 fiéis por dia. Diferentemente, porém, dos católicos, que possuem diversos movimentos dentro de uma mesma Igreja, o rebanho evangélico é diversificado, já que a categoria engloba várias filiações religiosas.

No início do século XX aportou em terras brasileiras o pentecostalismo¹⁹, tendo os sido os seus primeiros representantes duas Igrejas pioneiras: a Congregação Cristã²⁰ do Brasil e a Assembleia de Deus²¹, movimentos que tiveram sua eclosão no segmento pentecostal dos Estados Unidos (CAMPOS, 1995). Esse segmento religioso teve como centro irradiador da mensagem pentecostal para o mundo a Rua Azusa, em Los Angeles, no Estado da Califórnia (EUA), local organizado pelo líder Seymour, de onde se espalhou rapidamente (MARIANO, 1999). Após iniciar-se no período de 1901 – 1906, o pentecostalismo deu origem à Assembleia de Deus (AD), que se organizou em 1919 sobre o nome de General Council. O nome Assembleia de Deus só foi adotado posteriormente (CAMPOS, 1995).

A teologia pentecostal caracteriza-se, historicamente, pelo batismo no Espírito Santo, que se configura como eixo central. Para Seymour, havia três estágios na “vida espiritual” do pentecostal: a conversão, também definida como regeneração; a santificação,

¹⁹ A palavra pentecostal vem de pentecostes, evento marcado pela efusão do Espírito Santo, cinquenta dias após a ascensão de Cristo. Pode-se considerar que a semente do pentecostalismo já estava plantada no protestantismo norte-americano por meio dos movimentos avivalistas dos séculos XVIII e XIX. O pentecostalismo teve origem nas doutrinas de John Wesley. O fundador do metodismo acreditava que o homem devia, após a justificação, dedicar-se à santificação. Desta concepção apropriaram-se os evangelistas e teólogos que faziam parte do movimento de santificação (*holiness*), surgido nos EUA em meados do século XX. Esse movimento separou-se dos metodistas carismáticos, distinguindo conversão de santificação e denominando esta última de “batismo do Espírito Santo”. (Ver: *Pentecostalismo Sentidos da Palavra divina, de Luís de Castro Campos Jr. 1995*).

²⁰ O surgimento da Congregação Cristã dá-se juntamente com o da AD, tendo como fundador Luigi Francescon.

²¹ O pentecostalismo não ficou centrado apenas nos EUA, pois muitos missionários foram enviados a diversas partes do mundo.

que era necessária para “purificar o coração”; e o batismo do Espírito Santo²², tendo como sinal o dom de línguas (Glossolália ou Xenoglossia) (CAMPOS, 1995). Esse impulso missionário era fortemente revigorado pela expectativa da iminente volta de Cristo ao mundo e alimentado pelas rápidas transformações que a sociedade passava naquele período (PASSOS, 2005).

Na tentativa de indicar o processo de formação do pentecostalismo no Brasil, Paul Freston (1993) propõe uma tipologia clássica para averiguar as três distintas fases que contribuíram para alavancá-lo. No Brasil, Freston foi o primeiro a tipificar o movimento pentecostal a partir de um recorte histórico-institucional e da análise da dinâmica interna do pentecostalismo brasileiro (MARIANO 1999, p. 28). Para este autor, o pentecostalismo tem início com a AD e a Congregação Cristã no Brasil, que chegam quase que simultaneamente ao País, sendo a primeira fundada em 1911 e a segunda em 1910. Elas foram hegemônicas, nos primeiros quarenta anos do pentecostalismo no Brasil. Por conseguinte, essa fase inicial de implantação de igrejas também recebe o nome de *pentecostalismo clássico*²³ (FRESTON, 1993).

A segunda onda pentecostal inicia-se nos anos 50 e início de 60, momento em que o campo pentecostal fragmenta-se e, nas análises de Freston, a relação com a sociedade dinamiza-se. Três grandes grupos surgem em meio a muitos outros menores: Igreja

²² No pentecostalismo, o batismo no Espírito é para todos os que professam sua fé em Cristo; que nasceram de novo, e assim receberam o Espírito Santo para neles habitar. O batismo no Espírito Santo é uma obra distinta e à parte da regeneração, também por Ele efetuada. Assim como a obra santificadora do Espírito é distinta e completiva em relação à obra regeneradora do mesmo Espírito, assim também o batismo no Espírito complementa a obra regeneradora e santificadora do Espírito.

²³ No livro *NeoPentecostais - A Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil*, Mariano (1999) escreve: “Antes, porém, cabe dizer algo sobre o pentecostalismo clássico. Ele reina absoluto de 1910 a 1950, período que vai da implantação desta realidade no país, com a fundação da Congregação Cristã do Brasil (São Paulo, 1910) e da Assembleia de Deus (Belém, 1911), até a sua difusão para todo o território nacional. No início, compostas majoritariamente por pessoas pobres e de pouca escolaridade, discriminadas por protestantes históricos e perseguidas pela Igreja Católica, ambas se caracterizam por um ferrenho anticatolicismo, por enfatizar o dom de línguas, a crença iminente de Cristo na Salvação paradisíaca e pelo comportamento radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo exterior. Hoje, em seu perfil social, pobres e poucos escolarizados, também contam com setores de classe média, profissionais liberais e empresários”. (MARIANO, 1999, p. 29).

Quadrangular (1951), Brasil Para Cristo²⁴ (1955) e Deus é Amor (1962). Esta última denominação é marcada pelo rigor nas condutas comportamentais.

Essa fase é marcada por renovações no ascetismo pentecostal, que procurou enfatizar a cura divina, menor exigência nas questões comportamentais, a falar da Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Brasil para Cristo, a realização de grandes eventos nos estádios do País, construção de templos gigantescos, participação na política partidária, utilização da mídia que objetivava fins evangélicos (FRESTON, 1993).

A terceira onda começa no final dos anos 70 e ganha força nos anos 80. Seus principais representantes são a Igreja Universal do Reino de Deus (1997) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980) (FRESTON, 1993). Além dessas duas, Freston aponta ainda a Igreja de Nova Vida, fundada em 1960, no Rio de Janeiro, pelo missionário canadense Robert McAlister. Estas três, ao lado de comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (Goiás, 1976), Comunidade da Graça (São Paulo, 1979), Renascer em Cristo (São Paulo, 1986) e Igreja do Senhor Jesus Cristo (São Paulo, 1994), constam entre as principais surgidas nesse período (MARIANO, 1999). Essa fase é marcada por práticas que podem ser consideradas contraditórias ao nascimento do pentecostalismo; e isso é sentido tanto pelos evangélicos como pelos não evangélicos. As instituições dessa fase investiram num proselitismo voltado para o televangelismo, na mudança de costumes e na política, aspectos que serão discutidos no decorrer deste trabalho.

Com o passar dos anos, as mudanças ocorridas na sociedade levaram as instituições do pentecostalismo a adotar novas formas de evangelização para poderem se acomodar aos novos contextos exigidos pela sociedade. É o caso da AD, que, com o passar do tempo, vem mudando o seu *ethos* frente às novas configurações sociais, ou seja, substituindo um *ethos* marcado pela ascese sectária por uma afirmação de mundo. Isso implica a participação e representação política da AD, que atua de forma bastante expressiva no cenário político nacional, como já foi explicitado: diversas personalidades políticas são da

²⁴ Seu líder, o pernambucano Manoel de Melo, começou como evangelista da Assembleia de Deus, assimilando a dinâmica do trabalho pentecostal. Depois, frequentou a Igreja do Evangelho Quadrangular, onde aprendeu a usar as estratégias para evangelização, como a montagem de enormes tendas. Com isso, Melo iniciou seu trabalho de proselitismo junto aos segmentos populares utilizando-se do rádio. (CAMPOS, 1995).

AD ou possuem algum tipo de relação com ela. Nesse segmento, a religião é uma categoria que influi na estrutura social, responsável por estabelecer e conservar significados gerais, pelos quais o indivíduo interpreta sua experiência e se conduz na sociedade. Esses significados se expressam, no entanto, por meio de símbolos que, no caso da religião, são símbolos sagrados que fornecem um sentido ao real (PANTOJA, 2013).

Entende-se, também, que com as mudanças nas estruturas da sociedade, os pentecostais que aqui chegaram precisaram moldar-se às novas configurações dos espaços urbanos. O que o pentecostalismo traz consigo e ajuda nessa adaptação às grandes cidades é o que Berger (1985) chama de modelo interdenominacional de concorrência religiosa, como é o caso do pentecostalismo Americano, o qual conseguiu penetrar em diversas partes do mundo abrindo um modelo concorrencial com outras religiões.

As fases do pentecostalismo brasileiro baseiam-se não apenas em um recorte histórico-instrucional dessas denominações no território nacional, mas tratam também das particularidades apresentadas por cada onda, marcadas pelas inovações e transformações em suas estratégias proselitistas, guiadas pelo processo de adaptação às situações sociais, históricas e políticas do País (FREESTON, 1993).

O fator principal para o crescimento dos evangélicos é a atuação dos grupos pentecostais, que compõem 60% dos que se declararam evangélicos (no Censo anterior, o peso decisivo no crescimento do número dos evangélicos, em 15,44% da declaração de crença, foi dado também pelos pentecostais, que sozinhos mantinham 10,43% do índice geral evangélico). Os evangélicos neopentecostais não registram esse crescimento expressivo, firmando-se em 18,5% da declaração de crença evangélica.

Os dados da Tabela 5 mostram o desempenho dos evangélicos de 1890 até 2010, em números absolutos e crescimento em porcentagem. Percebe-se que, em cada década, os evangélicos cresceram em adeptos no Brasil. Eram 26.166.930, em 2000 e, em 2010, passaram a ser 42.275.437, um aumento de 4,91% anuais ao longo de 10 anos, isto é, 16.684.564 tornaram-se evangélicos na última década. O maior crescimento que esse segmento teve em termos absolutos foi entre 2000 a 2010, de 7,92%.

Tabela 5: Dados da População Evangélica desde 1980

DADOS DA POPULAÇÃO EVANGÉLICA DESDE 1890						
Período	Brasil ¹	AV-% ²	Evangélicos	AH-% ³	AV-%	Taxa a. %
1890	14.333.915	-	143.743	1	-	-
1940	41.236.315	287,68	1.074.857	2,61	647,76	3,81
1950	51.944.397	25,97	1.741.430	3,35	62,02	4,94
1960	70.191.370	35,13	2.824.775	4,02	62,21	4,96
1970	93.139.037	32,69	4.814.728	5,17	70,45	5,48
1980	119.002.706	27,77	7.885.846	6,63	63,79	5,06
1991	146.825.425	23,38	13.189.284	8,98	67,25	4,79
2000	169.779.170	15,63	26.184.941	15,42	98,53	7,92
2010	190.958.404	12,47	42.275.437	22,14	61,45	4,91

Tabela de João Cruzé

Fonte: IBGE

A Tabela 6 fornece informações a respeito do desempenho das Igrejas evangélicas entre os anos 2000 a 2010 em termos numéricos. É interessante notar, nos dados, o perfil da concorrência religiosa no universo evangélico, no Brasil. Percebe-se que as Igrejas pentecostais, a exemplo da Igreja Assembleia de Deus (AD), conseguem atrair o maior número de adeptos.

As instituições Assembleia de Deus, Evangélica Batista, Igreja Evangelho Quadrangular, Igreja Evangélica Adventista, Igreja Deus é Amor, Igreja Maranató e Igreja Brasil para Cristo, aumentaram o número de fiéis, nos últimos dez anos, enquanto as Igrejas Congregação do Brasil, Universal do Reino de Deus (IURS), Evangélica Luterana, Evangélica Presbiteriana, Evangélica Metodista, Casa da Bênção, Evangélica Congregacional e Nova Vida diminuíram, no mesmo período, o número de adeptos. No

campo evangélico são centenas de Igrejas existentes, e os dados trazem apenas as principais instituições desse segmento religioso.

Tabela 6: Desempenho Religioso das Igrejas Evangélicas entre 2000 a 2010

C	DENOMINAÇÕES	2010	AV-%	2000	Cresceram	Diminuíram
1	Igreja Assembleia de Deus	12.314.410	29,13	8.418.140	3.896.270	
2	Igreja Evangélica Batista	3.723.853	8,81	3.162.691	561.162	
3	Igreja Congregação Cristã no Brasil	2.289.634	5,42	2.489.113		- 199.479
4	Igreja Universal do Reino de Deus	1.873.243	4,43	2.101.187		- 227.944
5	Igreja Evangelho Quadrangular	1.808.389	4,28	1.318.805	489.584	
6	Igreja Adventista	1.561.071	3,69	1.209.842	351.229	
7	Igreja Evangélica Luterana	999.498	2,36	1.062.145		- 62.647
8	Igreja Evangélica Presbiteriana	921.209	2,18	981.064		- 59.855
9	Igreja Deus é Amor	845.383	2,00	774.830	70.553	
10	Igreja Maranata	356.021	0,84	277.342	78.679	
11	Igreja Evangélica Metodista	340.938	0,81	340.961		- 23
12	Igreja o Brasil para Cristo	196.005	0,47	175.618	21.047	
14	Igreja Casa da Bênção	125.550	0,30	128.676		- 3.126
15	Igreja Evangélica Congregacional	109.591	0,26	148.836		- 39.245
16	Igreja Nova Vida	90.568	0,21	92.315		- 1.747
x	Outras	14.719.417	34,82	3.503.376	11.216.041	
	TOTAL	42.275.440	100,00	28.184.941	16.684.565	- 594.066

FONTE: IREGE

Outras informações pertinentes à Tabela 6 mostram que a Assembleia de Deus constitui a maior Igreja evangélica do Brasil. De 2000 a 2010, houve aumento de 29,1% de fiéis, o que corresponde a 3.818.140 novas pessoas. Esse crescimento pode ser explicado pelo televangelismo de seus pastores nos meios de comunicação, pela presença nos partidos políticos e por ser a AD uma das instituições evangélicas mais antigas do Brasil.

Além disso, o modelo descentralizador permite a expansão fácil de novos templos da AD. Atualmente, no Brasil, existem vários segmentos assembleianos que surgiram em consequência de dissidências. Cada segmento adapta sua estrutura jurídico-burocrática e doutrinária ao público almejado (PANTOJA, 2013).

A Igreja Evangélica Batista também teve um considerável crescimento. De 2000 a 2010, houve aumento de 8,6% de fiéis, o que corresponde a 561.162 novas pessoas. Atualmente, a instituição possui 3.723.853 seguidores. Diferentemente da Assembleia de Deus e da Evangélica Batista, a Igreja Universal do Reino de Deus, desde a década de 1990 veio constantemente crescendo em função da sua presença nas grandes mídias, mas nos anos de 2000 a 2010 apresentou queda no número de seus seguidores. Nesse período, a instituição perdeu 227.944 pessoas. Convém mencionar que houve algumas dissidências com a IURD, contribuindo para a queda de seus fiéis, a exemplo da criação da Igreja Mundial do Poder de Deus, pelo ex-pastor iurdiano Valdomiro Santiago, que tem rivalizado e trocado insultos nos meios de comunicação com Edir Macedo (criador da IURD).

Outra instituição que segue o caminho da IURD no tocante à queda de membros é a Igreja Congregação Cristã do Brasil. Tal instituição apresenta algumas singularidades, como ser avessa à presença nos meios de comunicação e na política partidária. É caracterizada pela rígida moralidade sexual e interpretação unilateral da bíblia, tendo perdido, nesse período, 199.479 pessoas. Atualmente, possui 2.289.634 membros.

Para Mariano (1999), este vertiginoso crescimento dos grupos evangélicos deu-se em função dos investimentos nos meios de comunicação de massa, dos trabalhos de propaganda e *marketing*, da desburocratização dos seus dogmas, da organização estrutural dessas Igrejas, dos cultos alegres com a prática constante da música, do dinamismo na doutrina colado à realidade dos seus fiéis, da ênfase em curas e milagres, além do reatamento dos laços identitários e solidários afrouxados em virtude da modernidade, dentre outros fatores

Como se viu, a forma religiosa dos pentecostais e neopentecostais se assemelha muito a dos carismáticos, no exercício dos “dons do Espírito Santo”, nos cânticos, na linguagem proselitista, nos posicionamentos políticos e em algumas visões de mundo.

Capítulo 2

O Envolvimento dos Católicos Carismáticos na Política Brasileira

Desde o século passado, como já visto, o campo religioso brasileiro vem passando por mudanças. Cada vez mais acena-se para um contexto pluralista e competitivo entre as instituições religiosas. Novas identidades religiosas surgem na medida em que os indivíduos reelaboram suas experiências no contato com o sagrado e no trânsito das inúmeras propostas religiosas que são oferecidas nos contextos os quais estão imersos. A proliferação de diversos grupos religiosos é percebida na arena política brasileira, de forma mais nítida, a partir do processo de redemocratização (CARVALHO 2002; FRESTON 1993). Neste contexto histórico, o destaque dá-se para os evangélicos de segmentos pentecostais e neopentecostais, que se articulam internamente para lançar seus representantes a cargos legislativos e executivos (FONSECA, 2002), isto é, com a volta da democracia, novos atores entram no cenário político com o objetivo de aprovar deliberações (sejam quais temas forem, em diversos espaços) baseadas em seus interesses pessoais e políticos e nas suas identidades religiosas.

A Igreja Católica percebendo a concorrência de outras instituições religiosas e segmentos não religiosos vê ameaçada a sua hegemonia no campo político e cultural na sociedade brasileira (Isso acontece com a queda do número de adeptos do catolicismo no Brasil). Para manter-se influente na esfera pública brasileira e preservar seus privilégios conquistados, historicamente, e resistir a tal clivagem religiosa é obrigada a desenvolver estratégias de subsistência no competitivo “mercado religioso” (BERGER 2011). Nesse sentido, desde os anos 1990 o catolicismo passa por algumas mutações. Oro (1996) aponta

que, em busca de popularização de sua identidade religiosa e de conexão com sua base religiosa, os líderes católicos buscam uma linguagem mais popular e uma presença maior nos meios de comunicação. Por iniciativa da CNBB, iniciaram uma série de pesquisas, elaboração de seminários, debates e reuniões entre os bispos para terem um maior entendimento do fenômeno da diversidade religiosa, das razões que levaram à perda de fiéis, e para traçarem metas para reter a saída de mais pessoas da Igreja Católica. (CLEARY, 2011; CHENUST, 2003).

De acordo com Oro (1996), cresceu o número de peregrinações, missas campais, terços, festas religiosas, procissões, valorização do leigo nas atividades religiosas, concessões de rádios e TVs, portais na internet e presença nas redes sociais. Houve renovação dos rituais católicos, as liturgias tornaram-se mais dinâmicas – com a inserção de cânticos animados de diversos ritmos e a adoção de uma linguagem mais simples²⁵ e objetiva pelo episcopado (SOUZA, 2005)²⁶. Algumas paróquias e setores católicos adotaram o *marketing* e atividades empresariais na condução de sua gestão, em busca de profissionalização de suas atividades, isto é, lentamente a Igreja Católica vem expandindo seus tentáculos no mercado religioso brasileiro. Existe um aumento significativo da sua presença nos meios de comunicação, nas redes sociais, com o surgimento de festivais musicais, padres cantores, eventos de massa, dentre outras atividades. Contudo, o público principal é a juventude, interesse comprovado pelo Brasil sediar a Jornada Mundial da Juventude, em 2013, na cidade do Rio de Janeiro, evento que teve a presença do Papa Francisco e um público estimado em três milhões de pessoas.

Consoante a essa realidade, setores do catolicismo apoiaram as atividades da Renovação Carismática Católica (RCC), por verem neste movimento a possibilidade de atrair novos fiéis e estancar a fuga de seus adeptos para outras expressões religiosas (CARRANZA, 2000). Neste capítulo, enfoca-se a atuação dos carismáticos católicos na política brasileira. Para isso, inicialmente, contextualiza-se o surgimento da RCC e sua chegada e expansão no Brasil.

²⁵ Todos os domingos, às seis horas da manhã, direto da Catedral da Diocese de Santo Amaro, é transmitida a missa celebrada pelo Padre Marcelo Rossi, sacerdote de sucesso midiático nos anos 1990.

²⁶ Souza (2005) salienta que, tanto padres como bispos católicos visitavam cultos evangélicos, assistiam a palestras, estudavam materiais dos pentecostais e neopentecostais com o objetivo de aprenderem sua linguagem e estratégias para inserirem em suas atividades católicas.

2.1 Surgimento dos Católicos Carismáticos

A Renovação Carismática Católica surgiu no seio da Igreja Católica como resultado das transformações internas vivenciadas por esta instituição. O Concílio Vaticano II possibilitou uma renovação litúrgica, maior participação do leigo nas atividades religiosas, posições em defesa da justiça social e de questões ambientais, incentivo ao uso dos meios de comunicação, reforço da tradição católica e preocupação com a realidade socioeconômica das camadas pobres da sociedade.

A partir das decisões tomadas pelo Concílio Vaticano II, várias tendências católicas fundamentaram as suas ações mediante esses pressupostos. Contudo, duas destacam-se no interior da Igreja Católica: os conservadores e os progressistas. Os progressistas conseguiram expressividade na Igreja Católica nas décadas de 1960 e 1970, nos pontificados dos Papas: João XXIII (1958-1963), Paulo VI (1963-1978) e João Paulo I (1978). Os militantes católicos progressistas estão preocupados com a situação social vivenciada pelas camadas pobres do mundo. Influenciados por pressupostos sociais, propõem ações de transformação social, reinterpretação das passagens bíblicas e reformas estruturais no catolicismo romano. O grande expoente da ala progressista católica foi a Teologia da Libertação; e, no Brasil, foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (REIS 2011)

Com a hegemonia da ala progressista sobre os clérigos católicos, em 1978, a ala conservadora conseguiu eleger o Papa João Paulo II (1978-2005). Cava (1992) ressalta que o pontificado desta autoridade foi marcado pela restauração da ala conservadora na direção da Igreja. Uma dessas medidas foi a nomeação do então cardeal Joseph Ratzinger (emérito Papa Bento XVI) para presidir a Congregação da Doutrina da Fé (setor que regula assuntos relacionados à doutrina católica), ex-tribunal do Santo Ofício, o qual foi responsável pela Inquisição. Uma das ações dessa Congregação foi a elaboração de documentos contrários à atuação da Teologia da Libertação, culminando no silenciamento de lideranças, a exemplo de Leonardo Boff. Entre as ações, houve a exposição da imagem do Papa na mídia, a ordenação de bispos da ala conservadora, a reforma nos seminários, a redivisão das

dioceses. Outro fator fundamental foi o fortalecimento do poder da Cúria Romana acima das confederações nacionais e regionais dos bispos, redundando no reforço da tradição da Igreja²⁷. De acordo com o autor:

[...] não deixaram dúvidas quanto às prioridades gerais dos conservadores: asseguar a obediência firme e universal ao *magisterium* e às políticas do governo da igreja central: retorno ao “reto pensar” (ortodoxia), que abertamente evitava a insidiosidade do mundo moderno; retorno a espiritualidade asceta e a devoção por parte dos leigos e do clero; e, finalmente, completa reinterpretação do Concílio Vaticano II, que poria fim à aparente implosão da Igreja montiniana, que atingia seu ponto mais destrutivo na ocasião (CAVA, 1992, p. 95).

No pontificado do Papa João Paulo II incentivou-se a expansão mundial de movimentos criados por leigos que tivessem alinhamento com a hierarquia católica, com o intuito de trazer novos fiéis para o catolicismo, ou seja, esses movimentos contariam com maior participação dos leigos nas atividades católicas com a supervisão do clero. Um exemplo desses movimentos é a Renovação Carismática Católica (RCC) (CAMURÇA, 2001; CARRANZA, 2000; REIS, 2011).

Neste contexto, a Renovação Carismática Católica surgiu nos Estados Unidos, na década de 1960. Carranza (2000) relata que o início do carismatismo católico deu-se em um encontro organizado por docentes, estudantes e pentecostais na Universidade de Duquesne, em Pittsburgh, Pensylvania. Prandi (1996) destaca que o evento católico foi organizado em um final de semana do mês de fevereiro do ano de 1967, e tinha por objetivo a renovação espiritual dos membros participantes. Influenciados pelo avivamento protestante, os participantes do retiro começaram a praticar exercícios religiosos muito comuns no meio pentecostal, a exemplo de orar em línguas estranhas e enfatizar a invocação do Espírito Santo. Era normal, nesse evento, pastores pentecostais realizarem a imposição de mãos nos participantes fazendo diversas orações em nome do Espírito Santo.

Os católicos participantes desse retiro, já há algum tempo desejavam ter a experiência de um catolicismo pautado na emoção e no “reavivamento da fé”, e não apenas praticar um catolicismo ritualístico e vivenciar os preceitos católicos, de forma

²⁷ Em 1989, o Papa João Paulo II interfere na diocese de São Paulo, dividindo seu território para o surgimento de outras dioceses. Tal medida foi adotada para enfraquecer as ações da Teologia da Libertação sob o comando de Dom Paulo Evaristo Arns.

racionalizada. Eram inspirados pela leitura do livro *A cruz e o punhal*, escrito por David Wilkerson, que no decorrer da sua obra descreve como muitos criminosos nos Estados Unidos deixavam a vida do crime após a conversão, no contato com o “batismo no espírito santo” (CAMPOS 1995). Depois disso, outros retiros e momentos de oração foram organizados pelos mesmos integrantes para divulgação da nova forma de religiosidade na Igreja Católica (CAMPOS 1995). Outras pessoas tiveram contato com os dons carismáticos nesses eventos e, rapidamente, em outras universidades e alguns outros locais realizaram ações com o intuito de vivenciar a “Efusão do Espírito Santo”.

No final dos anos 1960, iniciaram-se grupos de oração carismáticos em outros países, a exemplo do Canadá, França, Alemanha e outras regiões do mundo. Desde o início, o Papa Paulo VI e o Papa João Paulo II (como já foi visto) apoiaram suas atividades no seio do catolicismo, e o Cardeal Suens, que, na época, desenvolvia suas atividades eclesiais em Bruxelas, tornou-se adepto da RCC e escreveu uma série de livros para divulgação da nova corrente católica entre os católicos de outros lugares do mundo. Em termos internacionais, Suens defendia a necessidade de maior divulgação dos carismas do espírito santo.

Inicialmente, esse segmento católico foi rotulado como pentecostalismo católico, por adotar algumas características dos pentecostais, a exemplo dos dons carismáticos (oração em outras línguas, exorcismos, curas e milagres) (HÉBRARD, 1992). Segundo Prandi (1996), os eventos espirituais realizados pela Renovação Carismática Católica têm por finalidade resgatar a experiência que os apóstolos tiveram após a morte de Jesus. Os membros da RCC acreditam que estes seguidores de Cristo tiveram contato com o Espírito Santo, que transformou toda a maneira de viverem e enxergarem a vida. Teriam falado outras línguas, profetizaram, e aconteceram curas e milagres em virtude da manifestação do Espírito Santo, acontecimento chamado de “Batismo no Espírito Santo” ou “Efusão do Espírito Santo”, fazendo alusão à festa de Pentecostes, a base do movimento pentecostal (JURKEVICS, 2004; OZAÍ, 2007).

De acordo com Prandi (1996), no começo dos anos 1970, já havia notícias de que vários países organizavam encontros nacionais carismáticos em estádios de futebol, ginásios esportivos ou em escolas, reunindo centenas de pessoas. O interessante é que em

alguns desses eventos a participação de pastores e leigos pentecostais era frequente e bem aceita. Isso pode ser explicado, uma vez que a Igreja Católica não dispunha de materiais de formação, músicas, pessoas que detinham as técnicas que pudessem desenvolver, de forma satisfatória, a espiritualidade carismática, isto é, no início dos eventos da RCC era comum que pentecostais e católicos ministrassem, conjuntamente, orações de cura, libertação, exorcismos e formações (Nos dias atuais, é comum, ainda, ver cantos evangélicos e formações nas áreas de cura e libertação com fundamento na doutrina protestante).

Apesar das experiências ecumênicas, desde o seu início, os pentecostais católicos distinguiam-se dos pentecostais evangélicos em função da sua fidelidade à doutrina católica e obediência ao Papa (CARRANZA 2000). Gradativamente, em seus eventos, era comum a invocação e orações à Maria e aos Santos. Aos poucos, as palestras e formações realizadas pelos carismáticos católicos eram totalmente baseadas em discursos papais e documentos escritos pela Igreja Católica ou por teólogos católicos. (PRANDI, 1996). De acordo com Prandi:

O crescimento da RCC foi tão rápido, já no ano seguinte de sua fundação, um congresso nacional realizado nos Estados Unidos reunia uma centena de pessoas. Logo se fez o primeiro congresso internacional e muitos nacionais pelos mais diferentes países. A RCC se alastrava aparentemente sem maiores obstáculos. Em 1974, no segundo congresso internacional, participaram mais de trinta mil pessoas, vindas de 25 países. Calcula-se que a RCC já atingia, nessa época, cerca de oitocentos mil membros espalhados pelos quatro cantos do mundo (PRANDI, 1996 p. 70).

Percebe-se que, já nos anos 1970, a RCC tinha a preocupação, dentro de suas atividades, de divulgar a tradição católica, o que reforça a identidade católica, de forma que as lideranças do pentecostalismo católico encontraram base para serem mais aceitas por algumas entidades católicas e por padres e bispos que não conheciam suas atividades e, ainda, permanecerem com apoio institucional da Santa Sé (REIS, 2011).

No Brasil, a experiência do “Batismo do Espírito Santo” chegou em 1969, por meio dos padres jesuítas norte-americanos Eduardo Dougherty e Haroldo Rahm, que, a partir de Campinas, propagaram o movimento para todo o território nacional. Ambos os padres tiveram o contato com tal segmento católico nos EUA e, desenvolvendo suas atividades no Brasil, decidiram realizar experiências de oração centralizadas na figura do “Espírito Santo” (CAMPOS 1995). Estes retiros foram responsáveis pela expansão das atividades

carismáticas no Brasil, pois lideranças nacionais da RCC, atualmente, como Padre Jonas Abib, Professor Felipe de Aquino, Padre Alirio, dentre outros, participaram desses retiros em Campinas, e voltando para suas dioceses de origem promoveram o mesmo formato de retiro, sistematicamente, e de organização de equipes em suas cidades para a realização esporádica desses eventos (CARRANZA 2000; PRANDI 1996).

A experiência da “Efusão do Espírito Santo” é vivenciada no Grupo de Oração Carismático (CAMPOS JR., 1995), sendo a estrutura básica deste movimento, organizado, geralmente, nas paróquias e liderado por leigos. Os grupos são formados por um número variado de pessoas, em reuniões que acontecem semanalmente, e que são bem animadas, com muitos cânticos de louvores a Deus, à Maria e aos Santos da Igreja (JURKEVICS, 2004). As orações são centradas na figura do Espírito Santo, pois se acredita que este é o meio eficaz para as bênçãos de Deus. Conforme mostra Carranza (2000), as reuniões de orações são compostas de muita emoção, animação, solidariedade, ajuda psicológica e pregações. Neste sentido, a RCC consegue amortecer as aflições emocionais e materiais perante os problemas psíquicos e sociais dos fiéis:

Em primeiro lugar pela capacidade com que a RCC vem mostrando de entrar em sintonia com o imaginário mítico miraculoso, presente na religiosidade popular. Utilizando-se de recursos religiosos (cura, libertação, milagre, exorcismo) e incorporando habilmente elementos subjetivos (emoção, sentimento, conforto, tranquilidade), os carismáticos conseguem amortecer a aflição sofrida pelos fiéis diante de realidades sociais caóticas, nas quais as agências seculares (Estado, escola, direito, saúde...) estão cada vez mais ausentes. Na RCC, o fiel encontra recursos que o ajudam a suportar o atrito da vida cotidiana, como o atestam os inúmeros testemunhos de cura escutados nos cultos de libertação (CARRANZA, 2000, p. 57).

Para a divulgação e expansão do movimento e para melhor promover suas atividades, desde o princípio, os integrantes da Renovação Carismática Católica sentiram a necessidade de organizarem-se, contando com equipes de âmbito local, regional, nacional e internacional (JURKEVICS, 2004; OZAÍ, 2007). No nível regional, cada diocese possui um coordenador responsável pelas atividades do movimento naquela região; este, por sua vez, é subordinado a um coordenador estadual; e este último, a um coordenador nacional. Independentemente do âmbito da regionalização, cada coordenador conta com um grupo seleto de membros de sua confiança para ajudar na administração e orientação do movimento, ou seja, cada liderança do movimento possui seu conselho, que a auxilia nas

tomadas de decisões. Jurkevics (2004) mostra que a organização burocrática e institucional do movimento transcende o Brasil. A RCC, na América Latina, organiza suas atividades e atende às suas necessidades por meio do Conselho Carismático Católico Latino-Americano (CONCLAT), sediado em Bogotá, na Colômbia. Internacionalmente, existe a ICCRS (International Catholic Charismatic Renewal Services), em funcionamento desde 1970 na cidade de Roma, na Itália. A ICCRS é o Conselho deliberativo da RCC, constituído por um Presidente, um Vice-Presidente e doze conselheiros representativos das diferentes realidades da Renovação Carismática Católica e das zonas geográficas nas quais está presente. Para realizar suas funções, o Conselho é acompanhado por um Bispo, na qualidade de assistente espiritual. A atuação das decisões do Conselho é centralizada em um escritório, guiado por um diretor executivo encarregado da administração, que atua sob a supervisão do Presidente e com base nas orientações dadas. O Conclat e os Conselhos nacionais, estaduais e diocesanos seguem o mesmo modelo. A autora mostra:

A RCC apresentou-se como um movimento religioso que se distanciou de outros que a Igreja conheceu no decorrer do último século. Seu núcleo é basicamente laico, apesar de contar com a presença e orientação de padres e religiosos e de sua sede situar-se em Roma. A central latino-americana, denominada Conselho Carismático Católico Latino-Americano (Conclat), sediada em Bogotá, na Colômbia, se encarrega de preparar os encontros bienais dos líderes. Esses encontros, segundo Prandi (1997) seguem, pelo menos formalmente, as orientações do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam). Em cada país, um conselho nacional se responsabiliza pela definição de projetos e pelo acompanhamento da vida dos grupos de oração – base da vida carismática. Esses grupos se reúnem semanalmente em busca de uma renovação espiritual, numa complementação às práticas sacramentais, fundamentada nos vários tipos de orações e cânticos, considerados como uma forma alternativa de oração, além da leitura da Bíblia e de testemunhos pessoais (JURKEVICS, 2004, p. 75)

Na Figura 3 apresenta-se a atual organização burocrática da Renovação Carismática Católica do Brasil:

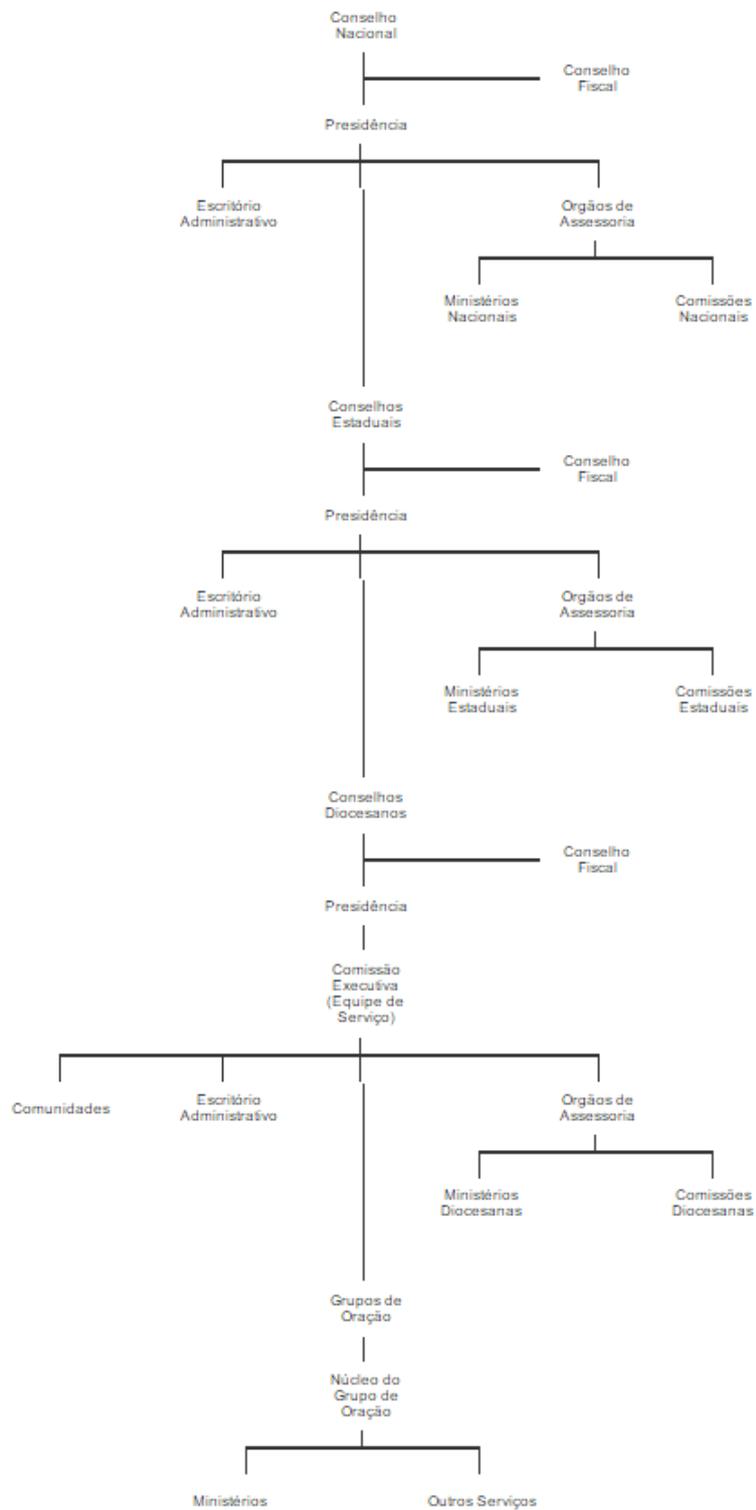


Figura 3: Estrutura da Renovação Carismática Católica do Brasil
 Fonte: Site da RCC Brasil

O escritório nacional da RCC-Brasil dividiu sua parte administrativa em departamentos, assim criados com o intuito de gerenciar melhor suas atividades proselitistas em nível nacional. Atualmente, há o Departamento de Comunicação, que tem por finalidade editar a *Revista Renovação*, atualizar os *sites* e portais ligados ao movimento carismático, produzir material de vídeo, gerenciar *e-mails*, boletins informativos e produzir vídeos institucionais. O Departamento de Tecnologia da Informação é responsável pela logística de ambientes para inscrição de eventos e ajuda na programação dos *sites*. O Departamento Administrativo, responsável pela atualização do banco de dados do número de grupos de oração participantes, envia correspondência para coordenadores nas dioceses e para padres, dentre outras atividades. O departamento Comercial é encarregado de toda a parte de compra e venda dos materiais produzidos pelos integrantes do movimento carismático. Possui canais de venda pela internet, telefone e lojas no Brasil, que comercializam livros, bíblias, apostilas e materiais para divulgação das atividades, formações e doutrina dos carismáticos. O Departamento Financeiro é responsável pela movimentação financeira. E por fim, o Departamento de Educação à Distância que, por meio de cursos de pequena duração em EaD, oferta conteúdos para divulgação da identidade carismática e da doutrina da Igreja Católica.

A RCC possui, ainda, ramificações chamadas ministérios, os quais realizam trabalhos específicos nas dioceses para apoio aos grupos de oração. Os coordenadores de ministério ocupam cargos de confiança e são escolhidos pelo próprio coordenador-geral (Essa prática se repete em nível nacional, estadual e diocesano)²⁸. Atualmente, na RCC, existem: Universidades Renovadas²⁹, Jovens³⁰, Crianças³¹, Promoção Humana³²,

²⁸ Para se tornar membro efetivo da RCC no estado do Amapá, é preciso, inicialmente, fazer o Curso de Seminário de Vida no Espírito, Formação de Dons I e II, Seminário de Batismo no Espírito Santo, Formação Humana e Curso Paulo Apóstolo. Depois disso, o iniciante é encaminhado para ajudar no grupo de oração de sua paróquia e na participação e formação dos ministérios específicos. Esta formação inicial dura em torno de 3 a 4 anos, em média.

²⁹ Atividades desenvolvidas com universitários e profissionais, a exemplo dos Grupos de Oração Universitário (GOU) e Grupo de Partilha e Profissionais (GPP).

³⁰ Ações voltadas para catequização de jovens. Desenvolvem Grupos de Oração para Jovens (GOJ), retiros sobre afetividade e sexualidade e trabalhos sociais com adolescentes, vítimas de drogas e alcoolismo.

³¹ Trabalhos de catequização com crianças por meio de grupos de oração em que há muito teatro e brincadeiras lúdicas sobre ensinamentos da doutrina católica.

³² Consiste na formação de lideranças para trabalhar com projetos sociais e coordenação dos projetos assistencialistas, desenvolvidos pelos membros da RCC. Os projetos mais comuns são com a recuperação de

Comunicação Social³³, Famílias³⁴, Pregadores³⁵, Intercessores³⁶, Cura e Libertação³⁷, Música³⁸, Coordenadores³⁹ e Formação⁴⁰. Na Figura 4 observa-se a composição da nova equipe administrativa e a lista dos coordenadores de ministérios na Diocese de Macapá, no estado do Amapá, no ano de 2014. Neste ano, foi eleito o novo coordenador estadual, o qual divulgou a sua equipe na vigência do seu trabalho nos próximos dois anos.



Hoje, dia 08 de dezembro, pela manhã, na cidade de Macapá, aconteceu a última Assembleia Geral ordinária da Renovação Carismática Católica do Estado do Amapá.

Dário Araújo, presidente da RCCAMAPÁ, juntamente com Rilson Espindola, coordenador Eleito para os anos de 2014 e 2015, membros do Conselho e também com os coordenadores de Grupo de Oração, Coordenadores de Ministérios Estadual/Diocesano, em assembleia para tratar dos mais variados assuntos referentes aos trabalhos missionários no estado do Amapá.

Apresentação da nova Equipe administrativa da RCC AMAPÁ:
2014 a 2015:

- PRIMEIRO TESOUREIRO: Josiney
- SEGUNDO TESOUREIRO: Anderson Cortes
- SECRETÁRIO GERAL: Monica Torrinha
- PRIMEIRO SECRETÁRIO:
- SEGUNDO SECRETÁRIO: Claudenita Mendes (Dida);

Apresentação dos novos Coordenadores de Ministérios da RCC AMAPÁ:
2014 a 2015:

- FORMAÇÃO: Dário Araújo;
- PREGAÇÃO: Jefferson Souza;
- MÚSICA E ARTE SACRA: Bruno Brito;
- JOVENS: Bruno Rafael;
- PROMOÇÃO HUMANA: Marcos Thadeu;
- COMUNICAÇÃO SOCIAL: Eder Bart;
- FAMÍLIA: Ronne e Joyce;
- EQUIPE DE CONSTRUÇÃO: Najara Castro
- UNIVERSIDADES RENOVADAS: Danielly Moraes;
- CRIANÇAS: Claudenita Mendes (Dida);
- CURA E LIBERTAÇÃO: Kella Espindola
- INTERCESSÃO: Millena Trindade

"Conservar a unidade do Espírito pelo vínculo da Paz" (Ef 4,3).

Renovação Carismática Católica Amapá Assembleia Estadual/Diocesana 08/12

Figura 4: Equipe Administrativa da RCC Amapá
Fonte: RCC Amapá

dependentes químicos, alcoólatras, visitas a hospitais e creches, fornecimento de cestas básicas, cursos de formação técnica.

³³ Consiste em todo o trabalho de divulgação dos eventos carismáticos nos meios de comunicação e nas redes sociais.

³⁴ Desenvolve trabalhos relativos a problemas familiares, pois são realizados retiros com casais, namorados e pessoas com segunda união no intuito de catequização.

³⁵ Forma pessoas para darem palestras nas atividades da RCC.

³⁶ Desenvolve formações para novos intercessores e formas de oração para seus membros.

³⁷ Trabalhos desenvolvidos para orarem pela Cura das pessoas e expulsão de demônios.

³⁸ Fornece subsídio teórico e prático para as diversas modalidades artísticas, dentre elas: a música, a dança, o teatro e as artes plásticas.

³⁹ Ações ligadas às coordenações diretivas das instâncias da RCC.

⁴⁰ Ensina aos membros da RCC informações da doutrina católica e aspectos específicos da identidade carismática.

Carranza (2000) salienta que a RCC, em virtude da sua organização estrutural, tornou-se extremamente centralizadora, burocrática e institucionalizada. Esta forma de organização permite um maior controle de suas atividades, possibilitando o desenvolvimento de estratégias de expansão, elaboração de formações para fortalecer os grupos de oração e outras atividades, além de submissão a instâncias eclesiais. Pode-se perceber isso na diocese de Macapá, pois o leigo carismático, para poder desenvolver alguma atividade de música, palestra, formação ou qualquer outro serviço, precisa pedir permissão para seu coordenador de grupo de oração. Este irá deliberar se permite ou não qual atividade será desenvolvida e como será feita. Além disso, contar com uma estrutura burocrática e jurídica autônoma formada por leigos permite a RCC dialogar de forma oficial com outras entidades católicas, a exemplo da CNBB, Focolares, Cebs, Opus Dei e Arautos do Evangelho, responder de forma oficial prováveis questões institucionais e posicionar-se a respeito de alguma questão que envolva diretamente os interesses da RCC BR.

O movimento da Renovação Carismática Católica não se organiza apenas em grupos de oração. Com o passar dos anos, outras estruturas católicas de inspiração carismática foram surgindo, formando o carismatismo católico, como novas comunidades, padres cantores, ministérios de música e pregadores independentes, grupos de oração paroquial, associações, missões, ordens religiosas e padres carismáticos (REIS 2011), isto é, além dos grupos de oração, o campo carismático católico possui outras ramificações, a exemplo das comunidades carismáticas, que são instituições autônomas (ou estão dentro da estrutura da RCC) e possuem um trabalho específico na sociedade, por exemplo, com dependentes químicos e/ou alcoólatras, visitas aos orfanatos, creches, presídios, escolas, bairros pobres, dentre outros. Nessas comunidades há os “membros de vida”, pessoas que largam sua família, trabalho e outras atividades para se dedicarem às atividades religiosas, e os “membros de aliança”, pessoas que ajudam nas atividades religiosas, mas permanecem ligadas às atividades seculares (CARRANZA; MARIZ; CAMURÇA, 2009). As comunidades mais conhecidas são a Comunidade Canção Nova, fundada pelo Padre Jonas Abib, e a Comunidade Shalom, fundada por Moisés. Atualmente, as novas comunidades se organizam na FRATER, que é um órgão administrativo com sede no Vaticano e com filiais

em vários países. Outro exemplo são os padres cantores que, constantemente presentes na grande mídia e sucesso de venda por meio da música e palestras, divulgam a doutrina católica e a identidade carismática, sendo mais conhecidos os Padres Marcelo Rossi, Fábio de Melo, Reginaldo Manzotti e Alessandro Campos.

Figueiredo Filho (2005), ao estudar as razões por haver dissidências no meio pentecostal evangélico, salienta que as divisões se dão devido a interesses pessoais, divergências teológicas e pela concorrência mercadológica. No meio carismático católico, percebe-se que essas razões, também, são comuns no surgimento das novas comunidades, de padres cantores ou outras estruturas. Por exemplo, na diocese de São Carlos, grupos de leigos fundaram as Comunidades Shalom, Totus Marie, Hesed e Jesus Cristo Sofredor devido a brigas com o conselho diocesano da RCC ou por inspiração divina, que exortava para a necessidade do surgimento de uma nova entidade católica naquela região.

Todas essas expressões carismáticas, apoiadas por Bispos e Padres, têm investido em suas dioceses na organização de eventos que costumam atrair centenas de pessoas. Os locais preferidos pelos carismáticos são estádios de futebol, ginásios ou lugares com galpões abertos para comportar toda a estrutura de venda de alimentos, livros e palco com som. Nesses eventos, é comum haver missas de cura e libertação e, dentro do rito da missa, serem inseridas orações específicas pedindo a cura física, emocional ou espiritual. Há bastante exploração do uso da emoção por meio de *shows* musicais ou cânticos misturados com as orações feitas pelos preletores. Os momentos de catequese podem ser feitos pelos padres ou mesmo pelos dirigentes da RCC local ou de outras regiões, além de momentos de adoração ao santíssimo, reza do terço mariano e a utilização de teatro e danças com ensinamentos bíblicos e da doutrina católica (PRANDI 1996) ⁴¹.

Contudo, dois eventos nacionais têm-se destacado no meio carismático. O primeiro é denominado ENF – Encontro Nacional de Formação, no qual, todos os anos, no mês de janeiro, na Basílica de Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Aparecida do Norte, interior de São Paulo, milhares de pessoas do Brasil todo se reúnem, com o intuito de repassar todas as atividades que serão desenvolvidas pelos carismáticos. No decorrer da

⁴¹ Nas cidades de Belém e Macapá, cantores da RCC costumam fazer apresentações musicais durante a Festa do Círio de Nazaré, que acontece no mês de Outubro, de cada ano.

programação do evento são ensinadas as orações e músicas, as quais devem ser executadas nos eventos e grupos de oração nas dioceses e paróquias. Os ministérios possuem alguns momentos para informar a metodologia e os objetivos dos trabalhos específicos de seus segmentos. O segundo evento é o Congresso Nacional da RCC Brasil, realizado, todos os anos, no mês de julho, na cidade de Aparecida do Norte, na Basílica de Nossa Senhora Aparecida, cujo objetivo é reunir o maior número de pessoas para vivenciar a identidade carismática. Em vez de palestras formativas e catequéticas, a programação do evento privilegia momentos de cura e libertação com palestrantes de outros lugares do mundo. As Figuras 5 e 6 mostram o encontro do ENF de 2015, no momento de oração comunitária ao final do evento, e a página do Congresso Nacional da RCC no *site* do movimento.



Figura 5: ENF 2015
Fonte: *Site* Oficial da RCC BR



Figura 6: Congresso Nacional da RCC BR
 Fonte: Site Oficial da RCC BR

Além de eventos, as expressões carismáticas envolvem-se com projetos sociais; e é comum, nas dioceses do Brasil, desenvolverem atividades com dependentes químicos, alcoólatras, mendigos, fazerem visitas a orfanatos, escolas, presídios e outras instituições de caridade em que são realizadas, entre os membros, coletas de alimentos, dinheiro e roupas para assistência a pessoas com problemas financeiros, doenças ou com outras dificuldades (REIS 2011). Em nível nacional, os carismáticos investem na Missão Marajó. Esse projeto social surgiu no ano de 2008 com o objetivo de desenvolver ações com as comunidades carentes dos municípios de Afuá e Breves, ambos localizados no estado do Pará. Além disso, são realizados grupos de oração e eventos carismáticos no intuito de expandir a identidade carismática na região Norte.

A escolha da região Norte para o desenvolvimento das atividades da Missão Marajó deu-se em função da tentativa de popularização e expansão das atividades carismáticas nessa região. Em comparação com outras regiões do Brasil, os estados dessa região

apresentam poucos grupos de oração, resistência dos padres e leigos para as atividades carismáticas (devido às suas vinculações com a teologia da libertação) e há forte presença de grupos evangélicos pentecostais.

A missão Marajó, além de divulgar a identidade carismática, também atende a uma necessidade institucional da Igreja Católica nessa região, que é a carência de padres e leigos para trabalhar com povos tradicionais, ribeirinhos ou outros grupos marginalizados (LOBATO, 2013). Historicamente, algumas cidades, comunidades da região Norte, recebem a visita de padres uma vez ao ano para a celebração das missas. É comum que, nesses locais, o próprio leigo coordene as atividades dos católicos mediante a ausência do clero. Outro ponto a ser levantado é que, nessas cidades, com a debilidade da presença católica, a atuação de grupos pentecostais evangélicos é bastante significativa: igrejas como Assembleia de Deus, Universal do Reino de Deus e Quadrangular conseguem facilmente, em função de suas propostas religiosas, a conversão de pessoas, muitas delas filiadas ao catolicismo (LOBATO, 2013).

Não se têm muitas pesquisas científicas para quantificar o número de católicos no Brasil que sejam adeptos da RCC, porém uma pesquisa realizada pelo professor Reginaldo Prandi junto a uma equipe de pesquisadores constatou que, no ano de 1994, aproximadamente 3,8 milhões eram carismáticos. Não se sabe o número exato de grupos de oração, de participantes e novas comunidades ou padres carismáticos no Brasil, na atualidade. Porém, nota-se que, em função do número elevado de projetos sociais, midiáticos e de evangelização, o Brasil destaca-se na divulgação e no exercício da identidade carismática.

No contexto internacional, pode-se perceber a atuação dos carismáticos do Brasil desde os anos 2000, com financiamento e organização de expedições junto à sua base para expandir as atividades da RCC em outros lugares do mundo. Uma dessas atividades é a abertura de um polo carismático brasileiro em Uganda, que os militantes do movimento rotulam como “casa de missão”. Neste país, são realizados grupos de oração, retiros, encontros, aconselhamentos, projetos sociais, com o objetivo de que, daqui a alguns anos, o próprio país tenha sua estrutura administrativa e católicos entrosados com as diretrizes carismáticas para ampliar suas atividades.

Outra ação da RCC Brasil é o recrutamento de jovens e universitários na época das Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ), para passarem, ao longo de um ano, por formações que relatam a realidade socioeconômica do país, a realidade do campo religioso, o ensino do idioma local e técnicas proselitistas para divulgar as mensagens carismáticas. Nos dias do evento, os carismáticos vão às ruas parando as pessoas para relatarem suas experiências religiosas e convidá-las a participarem da programação da jornada.

A cada dois anos, o Papa escolhe uma cidade a qual receberá o evento. A Jornada consiste na reunião de jovens do mundo todo, e há momentos de catequese e missa com o Papa para que ele possa reforçar a identidade católica entre a juventude. A escolha da cidade que sediará o evento dá-se em função de diminuir as dificuldades que a comunidade católica do país sede enfrenta para o envolvimento de suas atividades institucionais ou na tentativa de recuperar a influência na sociedade que, muitas vezes, cai em função do crescimento do secularismo ou do surgimento de outros grupos religiosos. Em 2011, foi realizado em Madri, na Espanha. A escolha da cidade foi em razão da perda do número de fiéis e na tentativa de recatolicização do território espanhol. Em 2013, o evento foi organizado no Brasil.

Carranza (2000) salienta ter sido por meio das ações da Renovação Carismática Católica que o catolicismo intensificou sua presença na mídia. Em termos práticos, ocorreu o ajustamento do conteúdo católico aos avanços tecnológicos. Emissoras de TV, rádio, portais da *internet* e outras formas de comunicação utilizam uma linguagem simples, rápida, equipamentos dos mais avançados e modernos na construção de seus programas para atrair cada vez mais fiéis, dentro de uma lógica de mercado extremamente competitiva (CARRANZA, 2000; SILVEIRA, 2014). Para isto, as mídias católicas elaboram programas atrativos com jogos, músicas para todos os públicos, debates, programas de auditórios interativos, pregações, missas, momentos marianos para que o fiel, em sua casa, possa ter contato com a doutrina.⁴²

⁴² Camurça denominará a RCC como moderna tradição. Moderna justamente por desenvolver novas metodologias e linguagens para as atividades católicas. Tradicional por seu conteúdo remeter e defender os dogmas tradicionais da Igreja Católica, ou seja, os carismáticos são uma das vertentes do conservadorismo católico (CAMURÇA, 2001).

Uma das emissoras mais conhecidas pelos católicos, cujo nome é Século XXI, foi fundada pelo Pe. Eduardo Dougherty, da Associação do Senhor Jesus (ASJ). Parte da venda de material religioso, tal como livros de formação e de cânticos, é destinada à realização de programas de TV. Em seguida, foi criado o programa “Anunciamos Jesus”, que, em 1986, já cobria 60% do território nacional por meio de três redes de TV. A partir de 1990, a ASJ fundou o Centro de Produções Século XXI, que possui três grandes estúdios de TV, nas cidades de Valinhos, São Paulo e Campinas (CARRANZA, 2000)⁴³.

Também se destaca, nos meios de comunicação, a Comunidade Canção Nova. Iniciada em 1974, na cidade de Lorena, a Comunidade adquiriu uma Rádio em 1980, em Cachoeira Paulista e, mais adiante, em 1989, conseguiu uma concessão de TV. Por meio da Fundação João Paulo II, a Rede Canção Nova TV é o canal católico que mais cresce no Brasil, possui retransmissoras em todas as regiões do País e está também presente na Itália e em Portugal (CAMURÇA, 2001).⁴⁴ Em 1995, foi fundada a Rede Vida de Televisão, na cidade de São José do Rio Preto/SP, canal de televisão que se destaca no universo católico pela exibição, ao vivo, das missas *shows* do Padre Marcelo Rossi, das novelas do Divino Pai Eterno, do Padre Robson de Trindade, no estado de Goiás, de programas musicais de cantores da RCC e, atualmente, aos domingos, do programa “Fazendo Barulho”, da Comunidade Católica Carismática Shalom (CARRANZA; CAMURÇA, 2009)⁴⁵.

Apesar de toda a presença na mídia e com atividades nos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, a relação dos carismáticos com alguns setores da Igreja Católica sempre foi conflituosa. Segundo Oro (1996), a CNBB, nos anos de 1990, dividia a sua posição a respeito da RCC, pois setores mais tradicionalistas receavam que as atividades carismáticas do Brasil pudessem levar a uma cisão no interior do catolicismo e criar outras

⁴³ No final dos anos 1980, o programa carismático televisivo “Anunciamos Jesus” foi veiculado nas manhãs, da Rede Bandeirantes (CARRANZA, 2000).

⁴⁴ A TV Canção Nova possui 24 horas de programação para difundir a identidade carismática e os valores católicos. Catequese, musicais católicos, missas, terços, novenas, acampamentos de oração, novelas, filmes, seriados, programas de entrevistas e de auditório fazem parte da programação dessa emissora. Carranza (2000) afirma que a TV Canção Nova é uma forma de parquialização midiática.

⁴⁵ Aos domingos, na REDE TV, o Pe. Reginaldo Manzotti comprou horário no início da tarde para exibição de seu programa. A atração entrevista lideranças do movimento carismático e apresentações musicais de cantores da RCC. Recentemente, este padre conseguiu concessão para uma nova TV católica denominada “Evangelizar”. A Emissora tem alcance no estado do Paraná e retransmissão para outras cidades do País, a exemplo das cidades de quase todo o interior do Ceará, pela rádio local Dom Bosco.

instituições religiosas, ou que a influência pentecostal evangélica iria mudar a tradição católica.

Para controlar e disciplinar as atividades da RCC no Brasil, a CNBB, no começo dos anos 1990 publicou um documento (Documento 53) normatizando as atividades dos carismáticos nas dioceses brasileiras (ORO, 1996; SOUZA, 2005). Nessa publicação, pedia-se que as orações em línguas fossem evitadas, como também exorcismos e a prática do “repouso do espírito”. Pedia-se, também, que os grupos de oração focassem em reflexões da doutrina católica e evitassem músicas evangélicas.

Analisando o Documento 53, Souza (2005) detecta que, por essas orientações desvelam-se as relações de poder entre os carismáticos e a hierarquia católica no Brasil. O autor argumenta que setores do clero católico criticavam o movimento carismático por desejar sua independência do episcopado, mesmo continuando dentro da estrutura da Igreja Católica. Alegavam isso por entenderem que o movimento era uma organização essencialmente de leigos e sua organização jurídico-administrativa era autônoma em relação às paróquias. Sendo assim, o leigo teria autonomia decisória sobre as atividades e conteúdo veiculados em suas atividades não precisando, assim, da autorização dos padres para a realização de ações (SOUZA, 2005; ORO, 1996).

Havia, por parte dos padres, receio de que as atividades carismáticas pudessem substituir a sua ação na ministração dos sacramentos. Souza (2005) aponta que muitos católicos frequentavam o grupo de oração e não mais as missas ou não queriam mais recorrer a outro sacramento. Na prática, isso tira do sacerdote o poder de mediação do fiel católico com o sagrado, já que o grupo de oração ou outra atividade de inspiração carismática oferece curas, libertações, “batismo”, aconselhamentos e ensinamentos doutrinários, não se fazendo necessário recorrer ao sacramento do batismo ou à unção dos enfermos ou mesmo à confissão, pois o grupo de oração, de alguma forma, oferece esses serviços.

De acordo com os estudos de Prandi (1996), no interior do catolicismo, vivia-se uma querela entre a RCC e as CEBs. De um lado, os carismáticos defendiam uma religiosidade mais institucional, enfocando a vida sacramental, oracional, subjetiva e acreditando que os valores conservadores seriam as soluções para os principais problemas

vivenciados pelas pessoas. Do outro, as CEBs, afinadas com políticas progressistas, acreditavam que a religiosidade deveria se pautar em uma militância político-social que proporcionasse ao fiel melhorias em sua vida, principalmente no âmbito socioeconômico. Essa divisão estava presente nos padres e bispos da América Latina. O autor traz, no seu texto, uma tabela com o voto dos grupos religiosos à Presidência da República, em 1994 (Dados retirados do Instituto Datafolha), e nela verifica-se que 49,5% dos carismáticos votaram em FHC e 31,2% das CEBs votaram em Lula. Outra tabela, referente à taxa de rejeição a FHC e Lula, em 1994, mostra que 49% dos carismáticos rejeitavam Lula, enquanto FHC era o mais rejeitado pelos adeptos das CEBs. A explicação para a postura do voto e a rejeição dos candidatos pelos grupos deve-se ao fato de que Lula tinha uma candidatura mais inclinada à esquerda, e isto atrairia o voto das CEBs. Historicamente, o PT e as CEBs possuíam pontos em comum de militância, tendo, portanto, uma aproximação ideológica. FHC possuía uma candidatura mais inclinada à direita, agradando mais à classe média (a maioria dos carismáticos provém da classe média), pela defesa da educação formal e garantia de privilégios sociais.

Prandi (1996) diz que um dos objetivos da RCC é a renovação interior do indivíduo, sua conversão pessoal ao catolicismo. Depois que a pessoa passou por este processo, está apta para atuar no campo político e social. Na visão dos carismáticos, a mudança social e política começa a partir da modificação de vida das pessoas, e não por uma transformação inicial das estruturas sociais e políticas do País. Neste contorno, há uma preocupação com a moral da família do indivíduo e o desinteresse por assuntos sociais é uma forma de diminuir a movimentação da esquerda católica, representada fortemente pelas Comunidades Eclesiais de Base, que reduziu cada vez mais sua influência a partir da 1980.

Pensando todas essas relações de poder envolvendo a RCC, a hierarquia católica e outros segmentos da Igreja Católica, Prandi (1996) desenvolve a ideia da dupla reação. A primeira seria uma reação para dentro. Consiste no incentivo às atividades carismáticas para acabar ou pelo menos diminuir a presença de setores de esquerda no catolicismo. Não foram raras as oportunidades em que padres e pregadores discursaram que os pressupostos teóricos da teologia da libertação estão em desacordo com a doutrina católica. E a segunda,

é para fora, consistindo em uma reação ao avanço do crescimento de outros grupos religiosos, a exemplo dos evangélicos e dos sem-religião.

2.2 A RCC e a participação política: aspectos teóricos

A entrada dos católicos carismáticos na política partidária deu-se com o final da ditadura militar, porém ainda de forma muito tímida e localizada em poucas candidaturas para cargos legislativos. Nesse período, destacava-se a participação política dos católicos ligados a correntes progressistas, isto é, com a volta do multipartidarismo, os militantes das CEBs descobrem, na política partidária, uma nova forma de participação política e um possível espaço para a busca da concretização dos seus ideais junto ao Estado. Com a fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1979 encabeçado pelo ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que tinha como ponto forte a defesa dos interesses dos trabalhadores, as CEBs viram nessa agremiação política um espaço possível para sua atuação. Portanto, a criação de diretórios estaduais e municipais petistas contou com a ajuda de setores da Igreja Católica (KINZO, 1996).

Para Freston (1993), a participação católica nos partidos políticos, no período da redemocratização do Brasil, não se deu apenas através do PT, com representantes da ala progressista, pois políticos ligados a movimentos conservadores, como a Opus Dei, Tradição, Família e Propriedade (TFP) e leigos ligados a bispos conservadores fizeram-se representar em vários partidos e participaram das discussões nas comissões da Constituinte para a elaboração da Constituição de 1988. Ainda de acordo com esse autor (1993), a bancada católica foi composta por 33 nomes, número próximo ao da bancada evangélica. Entre os políticos eleitos estavam: o ex-governador de São Paulo, Mário Covas, o ex-deputado Federal, José Maria Eymael, o ex-deputado Federal Severino Cavalcanti, o ex-senador Marco Maciel, o atual governador de São Paulo, Geraldo Alckmin e o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro⁴⁶. Todos defendiam posições acerca da defesa da família, da propriedade privada, contra o aborto e casamento *gay*, sendo favoráveis à

⁴⁶ Da mesma forma que os evangélicos se fizeram presentes na política no período da redemocratização, os católicos desenvolveram as mesmas táticas. Políticos católicos influenciariam na nova constituição e manteriam a hegemonia do catolicismo na arena política (FRESTON, 1993).

manutenção dos privilégios da Igreja Católica. Em função do ideário conservador e com interesses de expansão de suas atividades, os carismáticos adentraram ao cenário político e elegeram seus primeiros representantes no início da década de 1980 (PRANDI, 1996).

De acordo com Carranza (2000), a participação da RCC no cenário político deu-se pela via partidária. O primeiro parlamentar eleito como Deputado Federal (pelo estado de Minas Gerais) foi Osmânio Pereira (PSDB/MG), então coordenador nacional do movimento. Em Campinas, foi eleito Salvador Zimbaldi (neste período no PSDB/SP) – pregador e coordenador da RCC local, apoiado pelo Padre Eduardo (dono da emissora de TV Século XXI) – como vereador, em 1988 e 1994, e como Deputado Federal nas eleições seguintes. Outros políticos expressivos na RCC elegeram-se em seus primeiros cargos pelo PSDB: o ex-vereador e atual Deputado Federal Gabriel Chalita (eleito vereador pelo PSDB/SP) e o ex-deputado Federal Miguel Martini, dentre outros (SENNA, 2008; OZAÍ, 2007; PROCOPIO, 2012; REIS, 2011)⁴⁷.

A terceira mudança percebida na RCC refere-se ao campo político, em que se encontram as maiores divergências entre a teologia da libertação e esse movimento. Apesar de existir um aparente consenso que a primeira se preocupa com o social e a RCC com o espiritual, na prática, esse consenso não ocorre: o movimento carismático tem o objetivo de ocupar o poder público por meio da política partidária desde suas origens. No Brasil, incentiva seus membros e lideranças a candidatar-se com uma orientação política definida (legislar em nome do movimento da Igreja e de Deus), estratégia traçada (cartilhas, eventos, utilização de grupos de oração como plataforma política, apoio explícito da hierarquia) e articulação interna (Secretária Matias, de fé e política) (CARRANZA, 2000, p. 38).

Inicialmente, existia um desinteresse, por parte dos líderes da RCC, pela participação política dos seus membros. Quando estes entravam no cenário político, rejeitavam a proposta de luta política da ala progressista da Igreja e optavam pela via partidária com posições políticas bem definidas. A RCC conseguiu eleger Deputados federais e estaduais, vereadores e prefeitos em vários estados do Brasil (OZAÍ, 2007). Senna (2008) faz um mapeamento dos candidatos eleitos com o apoio da RCC ao longo destes anos:

⁴⁷ Nota-se que padres pedem publicamente votos para políticos carismáticos. Padre Marcelo Rossi, Pe. Fábio de Melo, Pe. Jonas Abib, Pe. Eduardo Dougherty vinculam suas imagens a determinados políticos. Isto é feito no interesse por concessões de rádio e TV, investimento público em suas obras sociais e também na defesa de valores moralistas católicos (REIS, 2011).

A estratégia do movimento carismático elegeu candidatos, mas o espectro político é variado, mas predomina o espectro de centro-direita. Em Minas Gerais, ainda em 2006, existiam os seguintes deputados: Osmânio Pereira (federal) e Miguel Martini (estadual), ex-líderes da RCC, que migraram do PSDB para o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em São Paulo, Salvador Zimbaldi (deputado federal, PSDB), César Quirino (deputado federal, Partido Verde). No Rio de Janeiro até 2005, Carlos Dias (PP), autor da lei que “esquarteja” o ensino religioso por confissão religiosa. Há também uma pequena presença de políticos ligados ao movimento carismático até em partidos como o PSB e o PT. Em outro nível, a RCC, por ser um movimento fortemente implantado a partir das paróquias e dioceses, tem elegeu alguns vereadores com relativo sucesso: Antônio Bueno, em Curitiba (PR), Francisco Pereira da Silva, Unaí (MG); Carlos Zito, em Maringá (PR). Em Juiz de Fora, o candidato apoiado pela RCC, em uma estratégia que deixou conflitos, como a unificação em torno de algumas candidaturas, com apoio cerrado das lideranças carismáticas, chegou a obter em torno de 1100 votos, mas não foi eleito (SENNÁ, 2008, p. 45).

Com a candidatura de várias lideranças a cargos políticos, em 1995 a RCC organizou a Secretaria Matias, que era uma comissão responsável por organizar as questões relativas à RCC e à política no plano nacional (SENNÁ, 2008). De acordo com Reis (2011), a comissão foi rotulada, nos anos 2000, como Ministério Fé e Política (MFP), e tinha por finalidade incentivar seus membros a participarem da política partidária, desenvolver trabalhos de conscientização do voto e lutar pela concretização dos direitos previstos por lei, além de ajudar as comunidades com orientações no período eleitoral e campanhas educativas: preservação da ecologia, ética e direitos humanos; luta pela cidadania; evangelização no meio político; projetos sociais e seminários à luz da Doutrina Social da Igreja (PROCÓPIO, 2012)⁴⁸.

Carranza (2000) destaca que o sucesso eleitoral dos candidatos da RCC está relacionado ao fato de que os grupos de oração são usados como palanques eleitorais, e os líderes da RCC, dentre eles, o Padre Eduardo, ensinam que os católicos precisam de representantes na política para defender os interesses da Igreja, e que cristão vota em cristão. Um dos interesses da Igreja consistia na obtenção de uma concessão de TV para a Comunidade da Associação do Senhor Jesus, em Valinhos, para a retransmissão do

⁴⁸ A finalidade do MFP é a regulação das atividades político-partidárias dos membros da RCC. Há tentativa de controle institucional sobre os candidatos eleitos e também os que pleiteiam entrar na política. Diferentemente dos evangélicos, os carismáticos católicos carecem de profissionalização na sua atuação político-partidária (REIS, 2011; SENNA, 2008).

conteúdo católico⁴⁹. Ozaí (2007) aponta que houve uma mudança política da RCC, com a inserção gradativa dos católicos carismáticos na política partidária; e isto é explicado por dois motivos: o primeiro seria a própria pressão do clero católico, dos agentes da ala progressista, dos documentos católicos incentivando os membros a se engajarem politicamente; o segundo seria que as próprias lideranças da RCC, por iniciativas individuais, candidatavam-se a cargos eletivos, ganhavam e ainda tinham uma expressão significativa de votos. Como foram vários os candidatos ligados à RCC eleitos, o movimento viu-se obrigado a organizar diretrizes nacionais para regulamentar a participação de seus membros na política. Em sua participação política, a RCC utiliza-se de cartilhas e eventos para orientações políticas, abre espaços em seus grupos de oração e meios de comunicação para propaganda dos políticos, além de dar apoio explícito a certos candidatos.

Analisando as cartilhas, os documentos e as entrevistas sobre as orientações políticas da RCC, Ozaí (2007) conclui que os direcionamentos ensinam os católicos a defenderem os interesses do bem-comum (entende-se por bem-comum os direitos e deveres do gênero humano). Em outras palavras, o fiel, em âmbito público, precisa defender os interesses de todos. E esses interesses estão ligados à recuperação da “moralidade” da vida pública, à conversão dos políticos, e à implantação dos direcionamentos da Doutrina Social da Igreja (SENNA, 2008).

Se até as eleições de 1996 os carismáticos se candidatam por diferentes partidos (embora o mais frequente seja o PSDB), a partir de 1997, o até então quase inexpressivo PSN – Partido Solidarista Nacional, depois de reformulado e renomeado Partido da Solidariedade Nacional, passa a aglutinar esses parlamentares e a abrigar as candidaturas que surgem nestas eleições de 1998. Parece que estamos assistindo a uma estratégia de reforço de uma agremiação que tenha "a cara" da RCC, ou, como prefere Paulo Mindello, "da doutrina social da Igreja". A ação política dos grupos religiosos aqui considerados é fundamentada numa particular concepção do religioso e do político, e numa valorização da militância política, que implicam uma construção de sentidos (MIRANDA, 1999, p. 74).

⁴⁹ Analisando a produção legislativa dos deputados ligados a RCC, percebe-se que existe a tentativa de tornar organismos ligados aos carismáticos em organismos de utilidade pública, há pedidos de concessão de rádio e TV, de novos feriados religiosos, e de proibição do aborto, casamento *gay* e eutanásia (REIS, 2011).

Para Machado (2004), o crescimento do PHS, principalmente, em Minas Gerais e Ceará, deu-se pelo trabalho político realizado por líderes carismáticos. Como exemplo, Miguel Martini e outras lideranças da RCC ocuparam cargos administrativos e da diretoria do PHS; e este político andou por várias cidades do estado de Minas Gerais fortalecendo ou implantando o partido. Isto ocorreu a partir do estreitamento de alianças com lideranças políticas locais e com os conselhos diocesanos da RCC. A ideia era inserir na coordenação das regionalidades do PHS, membros ativos do pentecostalismo católico, com o intuito de preservar a intrincada relação da Doutrina Social da Igreja (DSI) com o estatuto do partido e, ainda, manter a relação direta com o movimento.

O crescimento do PHS em todo o Brasil, sobretudo nos estados supracitados, tem possibilitado uma crescente estrutura partidária, exposição midiática, força política e alianças para atuação dos seus filiados. Nesse sentido, os membros desse partido, que estão ligados umbilicalmente à RCC, de alguma maneira, passam a ser porta-vozes na esfera pública. Miranda desvela que o apoio dos carismáticos católicos na maneira de agir politicamente e na organização do PHS tem o intuito de representar seus interesses junto às repartições do Estado.

Machado (2004), analisando a atuação deste partido frente aos projetos de lei, conclui que o posicionamento e as estratégias de atuação estão sempre ligados aos valores e aos direcionamentos defendidos pela Igreja Católica e pela Renovação Carismática Católica. O PHS posiciona-se contrário à legalização do aborto, ao casamento de homossexuais e à permissão de adoção para eles, contra a eutanásia, os métodos contraceptivos e o erotismo. Luta por investimentos nas áreas sociais e pela intervenção do Estado na economia. No entanto, por mais que o PHS defenda os interesses dos católicos, muitos políticos preferem não mudar de partido. Isto pode ser explicado pela divergência de ideias entre os próprios políticos vinculados à RCC e os vários partidos interessados no eleitorado carismático, que investem nas candidaturas desses políticos, os quais não precisam, assim, trocar de agremiação partidária. Não é qualquer membro da RCC que tem apoio do movimento nas disputas eleitorais. O candidato precisa ter pré-requisitos para que se oficialize este apoio, como prevê o manual produzido pelos carismáticos:

[...] ter conhecimento e compromisso com a Doutrina Social Cristã a fim de defender os valores cristãos contra projetos que ferem o direito, a cidadania e a vida como: aborto, pena de morte, entrega do patrimônio público ao poder econômico, leis que provocam desemprego estrutural etc; Ser capaz de se posicionar contra todas as formas de injustiças sociais, denunciando-as e se opondo a elas nas votações, mesmo que lhe custe a perda de espaço político no partido e junto ao poder executivo; Ter um conselho representativo que possa orar, discernir e contribuir diretamente nas decisões políticas do mandato, utilizando-se dos carismas e sinais tão amplamente utilizados na caminhada de fé de conselhos, ministérios e comunidades ligadas à espiritualidade da RCC. Por isso, o candidato deverá indicar seu conselho e assumir o compromisso de reunir-se com ele, pelo menos uma vez por mês, para acompanhamento do mandato; ter participação, contribuição e Unidade com a Igreja e a RCC na diocese, com pelo menos 5 anos de caminhada nos Grupos de Oração e Evangelização em Comunidades ligadas ao Movimento. (NASCIMENTO, 2006, p. 79)

De acordo com as diretrizes da Renovação Carismática Católica, todos os candidatos recrutados serão acompanhados por um Conselho, e este deverá ser composto por indivíduos pertencentes ao movimento e indicados pelo coordenador geral da RCC (NASCIMENTO, 2006). A elaboração dos discursos políticos, a criação dos santinhos, as estratégias de *marketing*, a atuação junto aos partidos, as formas de propaganda, a exposição midiática, o controle financeiro, a formação de coligações e até mesmo outras formas de aconselhamento são medidas adotadas entre o candidato e os seus acompanhadores em reuniões mensais. Esses acompanhamentos dar-se-ão após as eleições, caso o candidato seja eleito, para fiscalização de suas ações na arena política.

Nas eleições de 2010, os católicos carismáticos posicionaram-se contrários à candidatura de Dilma Rousseff, porque argumentavam que ela defendia o aborto, o casamento *gay* e valores contra a família tradicional, o que foi manifestado nas redes sociais, nas missas e nos seus meios de comunicação, onde pediam para que não se votasse na candidata petista.

A instauração de uma metodologia de acompanhamento de seus políticos no processo eleitoral brasileiro consiste em uma estratégia da RCC para regular e fiscalizar as atividades dos seus acompanhados. Isto é, na prática, quando o Conselho elabora direcionamentos a serem executados pelo seu representante, significa o controle da RCC no mandato do político ou da campanha eleitoral do candidato, evitando, assim, que o mandatário trace ações de acordo com os seus interesses em detrimento dos interesses da

própria RCC. Da mesma forma que há apoio da RCC para suas atividades evangelizadoras, em todos os segmentos da sociedade, a política não ficou de fora dessas estratégias, e esta situação é perceptível por meio das várias inserções do movimento na arena política.

Capítulo 3

Posicionamentos Políticos do Carismáticos no Brasil

O processo de laicidade propicia a liberdade religiosa e contribui para que outros grupos possam ganhar visibilidade social e política, como é o caso dos pentecostais. A laicidade provocou o aparecimento de outros grupos religiosos no Brasil, que impuseram uma lógica concorrencial à Igreja Católica, sobretudo na política. Tendo em vista não perder seus privilégios setores do catolicismo passaram a dar apoio aos carismáticos. Para entender melhor tal fato, será feito um percurso histórico desses processos, no Brasil. Neste capítulo analisam-se as questões de laicidade e atuação política dos grupos religiosos no Brasil.

Como pôde-se ver anteriormente, a ideia de um mundo secularizado fundamenta-se no fato de que a modernização levaria a um declínio da religião, fato que se propagaria tanto na sociedade como na mentalidade das pessoas (BERGER, 2001). Em conformidade com Fonseca (2011), a secularização dá origem a novas formas de artes e abre espaço para que o mercado e o Estado passem a ocupar o lugar antes reservado ao religioso, tornando possível a compreensão e apropriação do mundo sem a intermediação do sagrado.

No entanto, é fundamental uma diferenciação entre laicidade e secularização. A noção de laicidade está ligada à regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, Igreja e Estado em contextos pluralistas. Tem a ver com a emancipação e legitimação religiosa, a autonomia dos poderes religiosos e a neutralidade do Estado em matéria religiosa. Já a secularização, entende-se que ela assume diversos níveis e dimensões, podendo se referir a fenômenos socioculturais, jurídicos e políticos,

nos quais exista a redução da presença e influência das organizações, crenças e práticas religiosas (MARIANO, 2011).

No que tange à secularização, Berger (1985) salienta que a religião passa a ser um segundo violino e deixa de influenciar diretamente em outras esferas sociais, principalmente a do direito e das leis, ocorrendo em meio à pluralização do campo religioso. O autor (1985), partindo das análises de Weber, compreende que a secularização é “o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos”. Ainda, para Berger (1985) existem três características básicas para o entendimento do que seria o processo de secularização: a primeira afeta a vida cultural e a ideação, resultando em declínio de conteúdos religiosos nas artes, filosofia, literatura e ciência; a segunda debruça-se no fato da criação de indivíduos que encaram o mundo e suas próprias vidas sem recorrer a interpretações religiosas; e, a terceira é que, apesar de ser um fenômeno global das sociedades modernas, não se dá de maneira uniforme.

Já Mariano (2011), ao valer-se dos estudos de Casanova (1994), torna evidente que a teoria da secularização é composta de três proposições diferentes, irregulares e não integradas: a primeira diz respeito à secularização como diferenciação de esferas seculares das instituições e normas religiosas; a segunda, à secularização como declínio das crenças e práticas religiosas; e a terceira, à secularização como marginalização da religião para a esfera privada. Nesse sentido, Casanova enfatiza que a secularização como diferenciação funcional é a mais aceita para a tese da secularização, no entanto esclarece que a essa diferenciação funcional permite a insurgência de movimentos e de grupos religiosos, ou o que ele chama de “religiões públicas”, para lutar pela disputa de espaço, poder e recursos com grupos seculares, na esfera pública. Assim sendo, Casanova demonstra que a diferenciação funcional não implica em restringir as religiões à esfera privada (MARIANO, 2011).

No entanto, Berger afirma ser falsa a proposição de alguns historiadores e cientista sociais de que se vive em um mundo secularizado. Rever sua própria teoria sobre a secularização, com algumas exceções, é tão religioso quanto antes. É possível compreender, por meio de Berger, que não houve o desaparecimento ou mesmo um

enfraquecimento dos fenômenos religiosos, pois o que aconteceu foi uma organização das instituições religiosas frente aos novos fenômenos vivenciados pelo mundo, os quais afetam, consideravelmente, o cotidiano das pessoas, o que implica questões religiosas (BERGER, 2001).

Ainda, a partir de Berger (2001), entende-se que algumas instituições religiosas perderam o poder e influência em muitas sociedades, mas as crenças e práticas religiosas antigas ou novas permanecem na vida das pessoas, às vezes, assumindo novas formas institucionais e, às vezes, levando a grandes explosões de fervor religioso. Não se vive em um mundo totalmente secularizado, uma vez que as práticas religiosas continuam a desempenhar um papel significativo em alguns lugares do mundo. Vê-se que quem perde prestígio são as instituições religiosas que não encontram mecanismos eficazes na luta contra a modernização e acabam moldando-se a elas, pois a secularização em nível societal não está vinculada à secularização em nível da consciência individual.

Fonseca (2011) leva a pensar sobre as relações do Estado Brasileiro com a religião, num momento em que ocorre um avanço dos evangélicos na arena política, cujos representantes, que ocupam cargos públicos importantes, são conservadores e defensores da moral da família, posicionando-se contra a união civil do mesmo sexo, o aborto e outras demandas que agridem a moral evangélica. Pairam dúvidas sobre até que ponto o pensar político desses grupos afeta a vida dos brasileiros e a própria estrutura da sociedade, no contexto de um Estado que se diz laico, como é o caso do Brasil. Cabe enfatizar que o surgimento do Estado Moderno está intimamente ligado às noções de separação entre política e religião, entre o público e o privado.

Neste capítulo abordaremos a noção de laicidade, o comportamento da Igreja Católica ao longo da história brasileira na sua relação com o Estado Brasileiro, e logo em seguida, os posicionamentos dos carismáticos sobre temas de discussão nacional.

3.1 Laicidade no Brasil

A Igreja católica figurou muito tempo como a religião oficial e com mais adeptos no País. A legitimidade religiosa e a relação entre política e Igreja no Brasil é algo que remete ao período de colonização, datado dos anos 1500. Para ingressar em solo brasileiro no período colonial era obrigatório ser católico (FONSECA, 2011). Azevedo (2004) esclarece que o poder estabelecido no período colonial promoveu um modelo de Catolicismo conhecido como Cristandade. Nele, a Igreja era uma instituição subordinada ao Estado e a religião oficial funcionava como instrumento de dominação social, política e cultural. A Igreja Católica no Brasil exerceu por muito tempo fortes influências e relação direta com o Estado. Durante todo o período colonial (1500-1822) e imperial (1822-1889), o catolicismo foi a única religião legalmente aceita, não havendo liberdade de culto em nosso país (ORO, 2010). O monopólio da Igreja Católica e seus mecanismos foram atuantes no Estado brasileiro no período da colonização. O Estado Português estabeleceu o catolicismo como religião oficial, proibindo qualquer outro tipo de crença e práticas religiosas fora do seu monopólio. Isso afetava consideravelmente a ideia de cidadania na época, pois índios e escravos eram proibidos de manifestar suas práticas religiosas (GRUMAN, 2005).

Para Fonseca (2011), no século XIX no Brasil não era difícil saber qual era a fé professada pelos cidadãos, pois o catolicismo figurava como a religião oficial. Também neste período, só era permitida a entrada de migrantes no País se houvesse a afirmação de que a religião adotada era a católica, e cidadãos de outros credos se viam obrigados a se converter a ela. Até para trabalhar em repartições públicas era preciso professar a fé católica, bem como em outras instâncias da vida social. A autonomia da Igreja Católica podia ser vista e vivenciada neste período e perpassava as instâncias sociais, vindo a ter atuação na política.

Por mais que a constituição imperial de 1824 tenha de certo modo contribuído para um direcionamento da liberdade religiosa de outros grupos, especificamente dos protestantes, não foi suficiente para enfraquecer as relações de privilégios da Igreja Católica neste período. Fonseca (2011) esclarece que, após 1870, as elites laicizaram-se

rapidamente, e o governo republicano separou Igreja e Estado. Ressalta-se que não houve um rompimento definitivo das relações do estado brasileiro com a Igreja Católica; pode-se pensar que ocorreu uma separação formal, não um rompimento⁵⁰.

Fonseca (2011) argumenta ainda que a constituição de 1890 atendeu a reivindicações anticlericais, como casamento civil, cemitérios seculares e ensino público leigo. Não havia mais restrições legais para a participação política advinda da condição de protestante. É importante lembrar que na história do País os protestantes foram por muito tempo considerados grupos marginalizados⁵¹. O catolicismo se viu aliado do processo de formação da república; e a união de maçons, liberais e os recém-chegados protestantes em prol da laicização do Estado, foram lidas como uma “frente anticatólica” (FONSECA, 2011).

Nos seus estudos, Giumbelli (2002) aponta três grupos, ou correntes de pensamento, que foram importantes para a promulgação republicana da separação Igreja-Estado: os republicanos, os positivistas e os protestantes, além dos maçons que, via de regra, estavam presentes nos três grupos mencionados. Percebe-se que estes grupos se aliaram tanto por certa representatividade social e política como por questões ideológicas. A separação entre Igreja e Estado marca um passo fundamental para os grupos protestantes e também para o pluralismo e a liberdade religiosa no País.

No entanto, embora tivesse ocorrido essa separação, a Igreja Católica ainda possuía fortes relações com o Estado brasileiro. Giumberli (2002) aponta que a constituição de 1891 pode ter representando um marco na relação entre Estado e Igreja, porém não propiciou uma ruptura. No que se refere à relação entre Igreja Católica e Estado Brasileiro, ele esclarece que o catolicismo continuou influenciando a sociedade e os processos sociais, pelo fato de que sua estrutura simbólica se manteve preservada na sociedade e nas instituições, situação que proporcionou alguns anos depois a formação de uma “concordata

⁵⁰ A proclamação republicana, contudo, não significou a perda da hegemonia católica e de sua influência na vida cultural e política brasileira [...]. Os padres passam a ter uma formação seminarística mais cuidadosa, são nomeados bispos apenas os mais dedicados e ultramontanos, trazem-se ordens religiosas europeias para administrar os santuários e demais serviços religiosos, busca-se incutir um catolicismo menos mágico e devocional e mais cristocêntrico nas camadas populares. (NEGRÃO, 2008, p. 176).

⁵¹ Ao chegar ao Brasil, apesar da liberdade de culto, os protestantes encontravam-se com a “alma aprisionada” (RIBEIRO, 1991, *apud* FONSECA, 2011).

moral” entre Igreja e Estado. Na prática era perceptível que não existia uma efetiva separação entre ambos, pois o Catolicismo ainda continuava a gozar privilégios.

Até este período, a participação dos evangélicos ainda não tinha notoriedade ou visibilidade, tendo em vista que a Igreja Católica continuava exercendo forte influência nas relações com o Estado, sem falar que o número de adeptos do catolicismo ainda era muito maior do que o de protestantes: o levantamento realizado em 1890 demonstra que 98,9% da população era católica, ao passo que apenas 1% era protestante e outros, 0,1%, professavam outras religiões. Em números absolutos os protestantes compunham 143 mil pessoas. Freston (1993) afirma que a presença protestante na política nacional é, portanto quase nula na primeira república. Isso se dava pelas poucas candidaturas e representantes da ala protestante. Até este momento a Igreja Católica ainda exercia autonomia política e social no Estado Brasileiro.

A abertura para o pluralismo religioso no Brasil no século XIX se dá de forma tímida e foi motivada por fatores econômicos. O intenso fluxo migratório ocorrido nesse período é importante para entender esse processo, pois os recém-chegados protestantes se mobilizavam pela defesa da liberdade religiosa. Negrão (2008) analisa que a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, fugindo das tropas napoleônicas, e a abertura dos portos ao comércio com os ingleses, permitiu ao monarca D. João VI autorizar que o culto protestante fosse realizado em terras brasileiras, desde que não em templos e desde que não houvesse proselitismo a favor dele e contra a religião oficial⁵².

Mariano (2011) indica que, além da Igreja Católica continuar a gozar de privilégios, manteve ainda ações discriminatórias estatais e religiosas às demais crenças, práticas e organizações mágico-religiosas, sobretudo às do gradiente espírita. Não existia por parte do governo uma ação eficaz no quesito liberdade religiosa. Mas a discriminação não se restringiu de modo algum à atuação de agentes e instituições estatais. Agentes públicos e

⁵² Uma importante figura representante do protestantismo no Brasil neste período foi o missionário Robert Kalley, que logo estabeleceu uma aproximação com o Império, a fim de divulgar e praticar suas ações missionárias. Este missionário teve sua notoriedade histórica, quando em sua casa começou a realizar encontros e reuniões para pregar a doutrina. Isso novamente parece ter incitado os ânimos dos católicos, que começaram uma série de perseguições e proibições de culto aos protestantes. O missionário recorreu à justiça para voltar a realizar seus cultos e ameaçava ir embora do País e revelar lá fora que no Brasil não existia liberdade de culto (FONSECA, 2011).

privados, cada qual à sua maneira, discriminaram abertamente os cultos espíritas e afro-brasileiros⁵³ (MARIANO, 2011).

A Era Vargas (1930-1945), período em que vigorou o Estado Novo no Brasil, marca a reaproximação entre Estado e Igreja Católica, que volta a gozar de privilégios. O Brasil presenciava a ascensão de um estado autoritário e de uma Igreja que finalmente recuperava acesso íntimo ao poder, após 40 anos de uma República laica com ares positivistas (FONSECA, 2011). Nas investigações de Fonseca (2011):

[...] Três concessões caracterizavam a união: 1) Proibição do divórcio e o reconhecimento do casamento religioso pela lei civil; 2) Permissão do ensino religioso nas escolas públicas; 3) Possibilidades do Estado financiar escolas, seminários, hospitais ou qualquer outra instituição pertencente à Igreja que tratasse do “interesse coletivo” (FONSECA, 2011, p, 81).

Esta afirmação possibilita entender que estas concessões serviam como alicerce para a manutenção do catolicismo enquanto religião majoritária; e se utilizava de um aparato ideológico e dominante na sociedade naquela época.

A Igreja Católica dificultaria a expansão de outras correntes religiosas até o fim da década de 50. Para as outras religiões, como o espiritismo e, sobretudo, as religiões afro-brasileiras, o período do Estado Novo foi marcado por repressões policiais e mesmo por invasões aos terreiros (ORO, 1996).

Um caso a ser destacado do Estado Novo, em 1939, é a existência do Departamento de Defesa da Fé, responsável por uma política de oposição ao protestantismo (MARIANO, 2011). Cabe enfatizar o aumento de adeptos do protestantismo no País nesse período. Dados do IBGE revelam que em 1940 os evangélicos correspondiam a 2,6% da população, e em 1950 tiveram um crescimento para 3,4%. Além da “invasão” protestante, a modernização acentuou o número de adeptos umbandistas nas classes populares e espíritas na classe média (FONSECA, 2011). Se vendo pressionada, a Igreja Católica criou órgãos de defesa da fé e da moralidade católica, a exemplo do Secretariado Nacional para a Defesa da Fé e da Moralidade.

⁵³ As religiões de matriz africana são as que mais sofreram e sofrem discriminação até hoje por parte não só de católicos, como dos evangélicos. Estes últimos têm as religiões Afros como um mal a ser combatido. Como o caso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que ataca em seus cultos, programas de rádios e televisão o comportamento religioso das denominações Umbanda e Candomblé.

Ainda por longos anos a Igreja Católica contou com a benevolência do Estado em prol de seus interesses. Como aponta Mariano (2011): “Assim, a Igreja Católica, mais do que outras igrejas, como as evangélicas, continuou a receber certas benesses na forma de auxílios e cooperações de várias ordens, inclusive financeiras e de isenção de impostos”. O pluralismo religioso no Brasil e a competição entre as principais religiões em debates nos anos de 1950 estavam longe de constituir um parâmetro de ação institucional dentro do campo religioso brasileiro. Este teria sua consolidação no último quarto do século com o processo de redemocratização, com o crescimento dos pentecostais e seu ingresso na tevê e política partidária (MARIANO, 2011).

No período da Ditadura Militar a esquerda católica ganhou adeptos entre os clérigos e leigos na Igreja Católica. Surgiram diversos segmentos católicos, a exemplo das comunidades eclesiais de base, CIMI, pastoral da terra, e outras pastorais e movimentos sociais que lutavam pela democracia, combatiam a tortura, censura, perseguições e defendiam investimentos nas áreas sociais, saúde e segurança.

Em 1964 quando houve golpe da ditadura militar percebia-se boa parte do catolicismo a favor do golpe, alegando que era necessário um governo mais forte para combater a inflação, corrupção e sobretudo a infiltração do comunismo no Brasil. O maior exemplo deste apoio foram as Marchas pela Família, Deus e Propriedade organizadas por católicos.

Com a redemocratização do Brasil e o surgimento do pluripartidarismo, os setores progressistas católicos ajudaram na fundação do Partido do Trabalhadores (PT).

Não obstante o dispositivo legal de separação entre Igreja e Estado, que vigora há mais de um século e que se reafirma no art. 19, inciso 1, da Constituição de 1988, em 2009 presencia-se mais uma situação de tratamento preferencial pelo Estado em relação à Igreja Católica (MARIANO, 2011). Trata-se do acordo bilateral firmado entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé em 2008, durante audiência oficial na biblioteca do Vaticano entre o papa Bento XVI e o presidente Lula, e aprovado na Câmara dos Deputados, em 26 de agosto de 2009, e no Senado Federal, em 8 de outubro de 2009 (GIUMBELLI, 2002). Dentre os assuntos desse documento constam:

[...] representação diplomática; personalidade jurídica das instituições eclesiásticas; integração ao patrimônio histórico, artístico e cultural; proteção de lugares de culto; assistência espiritual em prisões e outras instituições de internato (exceto Forças Armadas, cujo regime já é objeto de outro Acordo); reconhecimento de títulos acadêmicos; instituições de ensino e seminários; ensino religioso em escolas públicas; efeitos civis do casamento religioso; segredo do ofício sacerdotal; imunidade tributária; situação trabalhista de sacerdotes e religiosos; concessão de visto para estrangeiros (GIUMBELLI, 2002, p. 119).

Esse acordo sofreu duras críticas da sociedade, tendo em vista que ele viola a constituição que veda ao Estado possuir relações de dependência com cultos religiosos ou igrejas. Esses fatos históricos suscitam dúvidas sobre a eficiência da constituição e da própria laicidade brasileira, tendo em vista que ela não se apresenta de forma real e prática no Brasil, lugar onde a Igreja Católica sempre gozou de privilégios e onde, hoje, grupos pentecostais exercem influências significativas nas tomadas de decisões políticas nacionais. Isto mostra que a pretensa neutralidade do Estado em relação à religião, subentendida na noção de separação entre o poder temporal e o espiritual, constitui mais um ideal do que uma realidade (MARIANO, 2011).

3.2 Ideias defendidas pela RCC na política

Percebe-se que os parlamentares eleitos oriundos do movimento carismático têm proposto projetos de lei que, de alguma forma, beneficiam segmentos da Igreja Católica e os interesses institucionais dos carismáticos brasileiros. Reis (2011), analisando os projetos de lei dos deputados estaduais e federais carismáticos, percebeu que a maioria das temáticas vai ao encontro das bandeiras conservadoras: contrários ao casamento *gay* e à adoção de crianças por casais do mesmo sexo, dar o título de utilidade pública a projetos sociais de padres carismáticos, proibir a distribuição de camisinha ou outros acessórios que incentivem às práticas sexuais nas escolas, proibir a legalização dos jogos de azar, propor investimentos na área de segurança e saúde, nominar ruas, estradas, rodovias e instituições públicas com nomes de santos, papas e Maria, ampliar os feriados católicos e propor investimentos no turismo religioso.

Contudo, a questão relativa ao aborto merece centralidade na atuação dos parlamentares carismáticos, pois tem sido a pauta nos últimos anos com a maior movimentação política dos seus representados. Anualmente, são feitas diversas ações motivando os membros da RCC a se posicionarem contra a liberação do aborto (CARRANZA, 2000). Há promoção de palestras e entrevistas nos meios de comunicação, justificando o porquê de o católico não poder votar em partidos ou candidatos que sejam favoráveis à prática do aborto (REIS, 2011).

Entre os anos de 2008 a 2010, houve uma mobilização nacional para a coleta de assinaturas contra a aprovação do Projeto de Lei n. 1135/91, que consiste na descriminalização do aborto e permite que a mulher até a décima segunda semana de gestação recorra ao SUS para interrupção da gravidez. Nesses anos, os carismáticos promoveram eventos de massa, visitaram instituições católicas e paróquias com o intuito de angariar o maior número de assinaturas, a exemplo das ações da diocese de Uberlândia, que se organizou para essa coleta de assinaturas. Além disso, buscaram assinaturas nos eventos católicos, nos quais carismáticos montaram barracas, bem como nas praças, em *shoppings*, em pontos comerciais bem movimentados, além de visitas nas casas (o interessante é que os universitários saíam de sala em sala para coletar assinaturas nas universidades públicas e particulares), totalizando 867.296 assinaturas coletadas. Apresenta-se na Tabela 7 o desempenho na coleta dessas assinaturas por estado:

Tabela 7: Assinaturas do abaixo-assinado contra a Lei n. 1135/91

Assinaturas do Abaixo-assinado contra a Lei n. 1135/91	
Estado	Número de Assinaturas
São Paulo	161.231
Paraná	116.646
Bahia	100.716
Minas Gerais	92.101
Espírito Santo	65.069
Goiás	56.988
Rio Grande do Sul	44.384
Assinaturas Eletrônicas	24.618
Rio de Janeiro	21.794
Ceará	18.849

Assinaturas do Abaixo-assinado contra a Lei n. 1135/91	
Santa Catarina	18.638
Piauí	14.539
Distrito Federal	14.461
Pernambuco	13.908
Mato Grosso do Sul	12.598
Paraíba	12.590
Mato Grosso	11.843
Tocantins	10.753
Amazonas	10.631
Rio Grande do Norte	9.829
Pará	9.541
Maranhão	9.473
Rondônia	6.120
Alagoas	5.382
Amapá	2.266
Orlando-Flórida (USA) – Brasileiros	1.745
Roraima	442
Acre	161
Total	867.296

Fonte: Renovação Carismática Católica

Pode-se perceber que os Estados de São Paulo, Paraná, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro contribuíram com o maior número de assinaturas. E pode-se explicar o número elevado de assinaturas nos estados do Paraná e São Paulo pelo fato de possuírem o maior número de grupos de oração, novas comunidades e outras expressões do carismatismo católico; por conseguinte, o número de militantes também é maior. Na realidade paulista isto é mais intenso justamente pelo fato de a RCC ter começado nesse estado, pois desde o seu início diversos padres e bispos apoiaram a estruturação das suas atividades; e também pelo fato de as principais mídias católicas estarem ali situadas, o que facilita o acesso aos meios de comunicação. Outro fator é que o MFP já está com suas ações consolidadas nesses dois estados, e já conseguiu eleger vereadores e deputados estaduais e federais.

Chama atenção a atuação do estado do Espírito Santo, região brasileira com contingente populacional menor se comparado a outros estados, e do ponto de vista político e econômico inexpressiva na relação com o cenário nacional. O desempenho significativo ali pode ser explicado, pois o coordenador nacional do MFP é desse estado, bem como a atual coordenadora geral da RCC. Logo, houve um empenho direto das estruturas nacionais nas atividades de coleta de assinaturas no Espírito Santo. No tocante à participação política, o fato de as duas principais lideranças nacionais serem capixabas possibilitou que as atividades locais tivessem um maior empenho dos militantes, bem como um maior grau de organização e articulação.

Para os Estados do Amapá, Roraima, Alagoas e Acre, que tiveram desempenho baixo, isto pode ser explicado em razão de a RCC estar presente há poucos anos nessas regiões, a exemplo da RCC do Amapá. A presença do carismatismo católico no campo religioso amapaense tem menos de 30 anos. Em algumas regiões, os grupos de oração, novas comunidades e padres que são simpatizantes da espiritualidade carismática já estão presentes há, aproximadamente, 50 anos. De acordo com Lobato (2013), as dioceses da região Norte possuem até os dias atuais grande influência dos movimentos católicos de esquerda. As Comunidades Eclesiais de Base, as pastorais sociais e outras expressões progressistas católicas atuam fortemente nas paróquias e comunidades rurais. Outra questão levantada por Reis (2011) é que, nessas regiões, os padres dificultam os trabalhos e a consolidação da RCC, há resistência para que eles organizem eventos de massa, padres proíbem o uso dos dons nas paróquias e há pouco acesso a espaços decisórios nas instâncias católicas. Outra razão é o fato de o Ministério de Fé e Política não ter suas atividades bem estruturadas, dificultando, assim, a coleta de assinaturas, além de o próprio bispo não permitir uma atuação mais efetiva do laicato nas questões políticas.

Percebe-se que os estados do Nordeste possuem desempenhos medianos, em razão do baixo contingente populacional e, conseqüentemente, do número de grupos de oração e outras expressões carismáticas serem menores. Em estados como Maranhão e Piauí, os trabalhos de incentivo à participação política ainda são embrionários (os primeiros coordenadores estaduais foram nomeados há poucos anos e há muitas dioceses nas quais ainda não foi implantado o MFP).

Outro ponto que chama a atenção são as assinaturas coletadas na Flórida, em Orlando, EUA, cuja região tem significativa presença de brasileiros. Há vários anos existe uma política de expansão das atividades carismáticas nas comunidades brasileiras nos EUA, a exemplo de Boston. As Comunidades Shalom, Canção Nova, Arca da Aliança e os próprios integrantes dos ministérios da RCC do Brasil possuem atividades nessas localidades. Não são raros os momentos em que há *shows* de cantores de bandas brasileiras e missas de cura e libertação. Como esse público tem nacionalidade brasileira, logicamente, a assinatura desses sujeitos conta no projeto político em torno do aborto. Na Figura 7 mostra-se um desses documentos de coleta de assinaturas:



Brasil

CIDADE: UF:

UM ABAIXO ASSINADO PELA VIDA

Nosso País está vivendo um momento decisivo diante do qual faz-se necessária a manifestação de todos aqueles que acreditam que a vida humana não é apenas um bem precioso, mas sobretudo, um Dom de Deus, sobre o qual nenhum de nós tem o direito de dispor, mas todos temos o dever de defendê-la em todas as circunstâncias.

Contudo, ela encontra-se ameaçada e isto se deve à iminente votação do Projeto de Lei 1135/91, que prevê a total descriminalização do aborto em nosso País, com o agravante de que até a 12ª semana de gestação seja assegurada a cobertura deste crime pelo SUS e pelos Planos de Saúde do Brasil.

Com a aprovação deste PL o aborto estará completamente liberado no Brasil, desde o início da gestação até o momento do parto, uma vez que o PL corrobora no seu art. 9º a revogação dos artigos 124, 126, 127 e 128 do Código Penal Brasileiro, eliminando assim, definitivamente, da legislação brasileira a tipificação do aborto como crime. Será mantido apenas o art. 125, que prevê o caso de falta de consentimento da gestante.

Cientes que somos do valor da vida e que ninguém tem o direito de dispor nem da sua própria vida e muito menos da vida de inocentes completamente indefesos, estamos promovendo este abaixo-assinado, no intuito de demonstrarmos aos abortistas, que enquanto pessoas humanas e cidadãos brasileiros estamos informados do que se passa no Congresso Nacional Brasileiro, somos capazes de discernir todo este processo e somos RADICALMENTE CONTRA O ABORTO, em qualquer circunstância. Exigimos que os Excelentíssimos Senhores Deputados, nossos representantes parlamentares, expressem não apenas a nossa, mas a posição da maioria esmagadora da população brasileira quanto a este tema e não suas opiniões pessoais.

Participe do nosso abaixo-assinado contra a legalização do aborto no Brasil, preenchendo seus dados abaixo.

Nome	Maravilha Rosário Bardi	RG: 36398162-12156453
Nome	Walter Dalbeto	RG: 3302122
Nome	Luizete Gomes	RG: 19030015
Nome	Andréa Gomes	RG: 28576904-6
Nome	Francisco Aquino Delma	RG: 6621159
Nome	Davide A.A. DeFina	RG: 23522104
Nome	Cláudia Helena	RG: 4992762
Nome	Adriana Helena	RG: 46262037
Nome	Rebecca Andreia A. Silva	RG: 33961665-7
Nome	Paulo dos Santos Alves	RG: 57584278-9
Nome	Gustavo Henrique Bardi	RG: 33622145-6
Nome	Francisco Augusto Bonafini	RG: 48156589-5
Nome	Marcelo Bonfim	RG: 33061855-6
Nome	Luiz Henrique	RG: 25822535E
Nome	Valmíria Rudge de Azevedo	RG: 214441088
Nome	Luiz Henrique Bonafini de Silva	RG: 44163683
Nome	Cláudia Regina Junior	RG: 43060839-2
Nome	Luciano dos Santos Montes	RG: 23291691-4
Nome	Camilla Martins Azevedo	RG: 23761395-9
Nome	Walter Dalbeto	RG: 3358911-x
Nome	Regiane Fleno de Medeiros	RG: 44325483-9
Nome	Guilherme	PB: 14908202
Nome	Bianca R.S. Marchetti	22103335
Nome	André Lazary	RG: 128551728
Nome	Marcelo dos Reis Bello	2029620
Nome	Antonio Pedro da Silva	

A partir do ano de 2013, houve uma nova ofensiva nacional para que o número de assinaturas coletadas chegasse a um milhão, com o objetivo de fazer pressão para que o projeto de descriminalização do aborto não fosse aprovado. Destaca-se um fragmento de noticiário do portal da RCC Brasil:

Uma boa e esperada notícia para todos os que lutam a favor da vida! Por ocasião do Dia do Nascituro, celebrado dia 8 de outubro pela Igreja do Brasil, a Renovação Carismática Católica comunica o encerramento da Campanha de abaixo-assinado contra a descriminalização do aborto. A marca de 1 milhão de assinaturas foi atingida após quase seis anos de trabalho. Carismáticos dos mais diversos lugares se engajaram nessa mobilização coletando assinaturas nos Grupos de Oração, no final de missas, no ambiente de trabalho e entre familiares e amigos. Os eventos promovidos pela RCC também foram “campo de missão” para que novas pessoas aderissem à campanha. Enfim, inúmeras iniciativas que evidenciam o comprometimento do Movimento em defesa da vida. A iniciativa do abaixo-assinado iniciou em novembro de 2005 com o Ministério Universidades Renovadas. Nesse período, o Projeto de Lei PL 1135/91, que propõe a descriminalização do aborto, estava em votação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). Diante disso, universitários e profissionais da RCC buscaram uma forma de manifestar publicamente o seu repúdio à proposta e iniciaram uma campanha de coleta de assinaturas via internet. Durante o Encontro Nacional de Formação de 2006, a campanha do abaixo-assinado foi apresentada para o Conselho Nacional que acolheu a proposta e a estendeu para todo o Movimento. A partir daí, toda a RCC do Brasil, com grande contribuição do Ministério de Fé e Política e de Promoção Humana, começou a se articular na luta contra o aborto⁵⁴.

Além dessa ação, desde janeiro de 2014, a RCC desenvolve o projeto “Brasil Vivo Sem Aborto”, que consiste em uma campanha na defesa do discurso dos defensores da vida. Por isso, mobilizou novamente suas bases na coleta de assinaturas para apoiar o Projeto de Lei n. 6061/2013 dos deputados Hugo Leal (PSC/RJ), Salvador Zimbaldi (PDT/SP) e Eduardo Cunha (PMDB/RJ), aperfeiçoado com a Lei n. 12.845, dificultando as práticas do aborto no Brasil⁵⁵. A Figura 8 mostra o símbolo dessa campanha.

⁵⁴ Disponível em: <<http://www.rccbrasil.org.br/artigo.php?artigo=99>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

⁵⁵ O Deputado Federal, Salvador Zimbaldi, lidera a frente parlamentar intitulada em “Defesa da Vida” no Congresso Nacional. A organização é composta por católicos, evangélicos, espíritas e políticos de outras religiões e se posiciona contra o aborto nas discussões proferidas nas comissões.



Figura 8: Cartaz símbolo da campanha “Brasil sem Aborto”
Fonte: RCC BR

A ilustração representa a concepção que os católicos possuem a respeito do aborto, prática que, em nenhuma hipótese, pode ser exercida, por envolver uma vida humana. O Brasil “feliz”, “vivo” e “A criança rindo, bem apoiada por mãos de adultos no centro da bandeira do Brasil”, uma nação que reconhece o direito de existência humana, não cabendo à mulher o direito de levar ou não a gravidez adiante. A maior riqueza do Brasil não são seus metais preciosos, suas florestas, rios ou seu desenvolvimento socioeconômico, mas sim a defesa da vida humana desde a sua concepção.

As cores da bandeira são bem exploradas para a mobilização dos membros da RCC contra o aborto. O verde representa a esperança de que o País revogue os casos permitidos por lei acerca do aborto. O amarelo significa o otimismo e a “luz” que, se unirem forças, podem conseguir atingir esse objetivo. E o azul, equivale à harmonia de se ter estratégias eficazes para que o Brasil adote a concepção cristã sobre a vida humana.

Para alguns carismáticos, o Partido dos Trabalhadores (PT) é o responsável pela tentativa de ampliação dos casos de aborto no Brasil. Na Figura 9, o vermelho é utilizado em destaque para mostrar que as supostas pretensões políticas do PT constituem algo profano, ruim, maléfico e demoníaco, ou seja, na visão dos carismáticos os petistas têm como finalidade expulsar os cristãos da vida política brasileira.



Figura 9: Ilustração antipetista pelo apoio do partido ao aborto
Fonte: imagens Google

A figura acima foi utilizada em alguns eventos promovidos pelos carismáticos e circulou nas redes sociais, com a intenção de associar o governo petista ao governo totalitário da antiga União Soviética (URSS) para consolidar a visão de que governos de esquerda defendem os interesses dos gays, feministas e são contra os cristãos; e que, se permanecer no poder, o PT vai implantar no Brasil, um governo autoritário tal qual foi a URSS, algo ruim para a democracia brasileira. E alertam que, atualmente, quem tem essa prática são os governos totalitários cubano, chinês, venezuelano e norte-coreano.

Portanto, a base argumentativa da militância católica carismática pauta-se em uma visão dicotômica da política. O “bem” e o “sagrado” representado pelos setores conservadores da sociedade que têm as soluções para os problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil; e o “mau” e o “profano” representado pelos setores mais progressistas que, mais uma vez, no comando das instituições políticas governam de forma corrupta e com práticas que perseguem os cristãos. Abaixo, apresenta-se um trecho da fala de uma liderança carismática a respeito desse assunto:

[...] Infelizmente, com uma possível vitória do PT, estaremos entrando mais diretamente do que agora no que está sendo chamado de "comunismo moderno". A par disso, todos os escândalos, distorções da verdade, mentiras deslavadas e manipulação de toda espécie constituem ameaça especial. Será que, daqui a alguns meses, poderemos estar escrevendo um e-mail tão aberto como esse? Será que não apenas os valores da fé católica (como acontece hoje) como a própria fé não estarão sendo perseguidos, questionados, desprezados? Será que agora mesmo, nesse instante, o sigilo de meu e-mail pessoal não está sendo rompido? [...] Falo como católica que lê no Catecismo que todo aquele que promover o aborto ou colaborar com ele (e é esse o caso do voto dado ao PT) está automaticamente excomungado. Falo como católica que precisa levar o Evangelho com liberdade a todos os que não conhecem Jesus. Falo como católica que crê ser o Evangelho e o Magistério, a Verdade e a felicidade para todos. Como dizia o Evangelho desse domingo, ou Deus, ou o dinheiro⁵⁶.

De acordo com essa fala, a manutenção da liberdade de expressão, religiosa e política é condicionada à saída do governo petista do poder, sendo a base organizacional da democracia os dogmas católicos. Portanto, aquele que votar nesse partido estará expulso da igreja. Essa visão mostra uma intolerância em relação às escolhas políticas das pessoas pelo fato de o movimento não estar aberto ao diálogo, e tudo que é contrário ao seu pensamento é classificado como algo ruim e que não deve existir. Dizer que o sujeito votante no PT está “automaticamente excomungado” é promover a experiência de apagamento do outro, pois o diferente deve ser eliminado na defesa da “tradição” ou dos “valores cristãos”. Assim, categorizar o Partido dos Trabalhadores como “comunismo moderno”, “bolivariano”, “esquerdista” é reafirmar, apenas, que o pensamento católico carismático é superior.

Essa ofensiva contra o Partido dos Trabalhadores ficou nítida nas eleições de 2010, pois na ocasião, a candidata do PT foi Dilma Rousseff. Desde o início do período eleitoral,

⁵⁶ Disponível em: <<http://desabafopais.blogspot.com.br/2014/07/comunidade-catolica-shalom-faz-ofensiva.html>>. Acesso em: 05 set. 2014.

os carismáticos começaram a fazer campanha contrária à candidata, pois alegavam que ela aceleraria no Brasil a implantação do aborto; e, por isso, os católicos não poderiam votar nela. Além disso, discursavam que ela foi terrorista por ter assaltado bancos para financiar os projetos de resistência contra a ditadura nos anos 60 e 70, usando assim meios violentos na tentativa de derrubada da ditadura.

Diariamente nos meios de comunicação católico, nas missas e nos eventos de massa, padres, bispos e leigos carismáticos enfatizavam a necessidade de militar contra a vitória da petista. Para reforçar o argumento e a eficaz militância, o documento produzido pela Regional Sul 1 (reunião dos bispos apenas de parte do interior de São Paulo) liderada pelo Bispo de Guarulhos, Dom Luiz Gonzaga Bergonzini, dizia que era posição oficial da CNBB a recomendação aos católicos para não votarem em candidatos de esquerda que apoiassem o aborto, e a proibição de votarem em qualquer candidato do PT para cargos do poder legislativo e do poder executivo. De acordo com a reportagem:

O bispo ganhou notoriedade nestas eleições ao pedir aos fiéis que não votem em Dilma Rousseff. Nesta quinta-feira (21), ele recebeu apoio da CNBB. Dom Geraldo Lyrio Rocha, presidente da entidade, afirmou que a ação do bispo de Guarulhos está “dentro da normalidade”. Segundo a diocese de Guarulhos, o texto do material impresso foi elaborado durante assembleia geral da Regional Sul-1, realizada em 03 de julho, que contou com a presença de 57 pessoas, entre bispos e leigos. Entre os presentes, estavam o bispo Dom Nelson Westrupp, um dos que assinam a carta “Apelo a todos os brasileiros e brasileiras”, que contém a recomendação para evitar o voto na candidata do PT à presidência nacional. “São 45 dias para sair este documento, não tem como ser apócrifo”, afirmou João Carlos Biagini, advogado da diocese e um dos que assinam o pedido de revogação da liminar obtida pela candidatura de Dilma Rousseff, que permitiu à Polícia Federal apreender o material impresso na gráfica Pana, na zona sul da capital paulista. Segundo o texto do pedido de revogação da liminar, a própria CNBB-Regional Sul-1 contratou a impressão de 100 milheiros, no formato A-4, na empresa Artes Gráficas Prática Ltda-ME. O serviço de impressão, no formato de panfleto, foi feito na gráfica Pana em função do “preço e capacidade para executar o serviço”. A diocese ainda destacou que o mesmo local já fora utilizado pelo PT.⁵⁷

Na época, houve muita polêmica em torno desse documento. Muitos padres e bispos não aceitavam que militantes carismáticos distribuíssem esse documento no final de suas missas ou discursassem em favor dessas ideias dentro da missa ou em outra atividade na paróquia, a exemplo da cidade de São Carlos. Em 2010, a prefeitura era comandada por um

⁵⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/bispo-de-guarulhos-afirma-que-carta-sobre-aborto-e-verdadeira.html>>. Acesso em: 05 set. 2014.

petista, e dessa forma, o prefeito e o diretório municipal petista, tomando ciência desse movimento nas paróquias são-carlenses e com medo de a comunidade católica ser influenciada por essas ideias e deixar de votar em Dilma, pediram ao bispo que proibisse os carismáticos de distribuir esses panfletos nos finais das missas. O bispo Dom Paulo Sérgio Machado, não querendo ter problemas políticos, pediu para a RCC ser mais discreta em seus apoios políticos.

O interessante é que, a partir das eleições de 2010, percebe-se uma aproximação de carismáticos e pentecostais em questões relativas à política, sobretudo na militância em torno da questão do aborto e no combate aos candidatos de esquerda. No segundo turno, ambos os grupos religiosos se uniram na tentativa de derrotar a candidata petista, Dilma Rousseff, argumentando que ela defendia o aborto e o casamento *gay*. Para conseguir isso foram distribuídos panfletos em templos, nos eventos católicos e evangélicos, e foi feita uma ampla movimentação nas redes sociais e em programas de rádio e TV produzidos sobre este assunto.

Nas eleições de 2014 quando a então presidente da república, Dilma Rousseff, tentava a reeleição, novamente carismáticos e evangélicos se uniram no combate contra a sua vitória. Era comum se proclamar nos grupos de oração, missas e eventos de massa que, quem votasse na Dilma, estaria automaticamente excomungado da Igreja Católica, além de haver o afastamento de lideranças que ocupavam cargos de direção em movimentos católicos, pastorais ou em outras entidades católicas por suas posições favoráveis às propostas da candidata petista. E, novamente no ano de 2016, parlamentares carismáticos e evangélicos se uniram para aprovar o processo de *impeachment* da presidente Dilma.

O interessante é que a articulação entre católicos e evangélicos nunca foi tão próxima na política como está atualmente. Havia dificuldades de aproximação em função de diferenças doutrinárias e por não terem motivos pragmáticos para trabalharem juntos. Sempre houve um sentimento de antiprotestantismo, demonstrado nas orientações da coordenação nacional da RCC para que os católicos evitem músicas evangélicas nos eventos, as formações sejam fundamentadas em apenas fontes católicas, e seja proibido convidar músicos, palestrantes ou formadores evangélicos para virem aos eventos carismáticos. No entanto, no que concerne às questões políticas, parece que o incentivo é

pela aproximação, o que pode ser explicado pelo fato de ambos os grupos religiosos visualizarem um “denominador comum” na política partidária. Perceberam que defendem valores comum a ambos e que, se trabalharem juntos, a possibilidade de evitar a aprovação de projetos anticristãos é maior. Pode-se observar isso na orientação dada no Encontro Nacional de Formação, em uma das palestras:

Outro ponto importante ecumenismo, paremos de ficar com picuinha com os irmãos cristãos, paremos de competir com aqueles que estão fazendo o mesmo que nós, paremos de falar mal do evangélico, porque enquanto nós brigamos entre nós o paganismo e o secularismo está tomando o mundo, o Senhor pede AMOR, o Senhor pede UNIDADE, o Senhor pede que você ame aquele irmão que tá em outra igreja⁵⁸.

Na fala acima, percebe-se a necessidade de trabalhar com outros grupos, a exemplo dos evangélicos que possuem a mesma bandeira de ideia que os carismáticos. Este posicionamento é compreensível quando se observa a real queda da influência da Igreja Católica na política brasileira, pois com o crescimento de outros grupos religiosos e não religiosos na política é natural que o catolicismo perdesse espaço. Nesse contexto, uma das maneiras de se manter presente nas disputas políticas e evitar a perda de privilégios é garantir que o Estado trabalhe em conjunto com os evangélicos em torno das temáticas defendidas por essa instituição. Na entrevista com o Prof. Felipe de Aquino, ele afirma que os católicos precisam aprender com os evangélicos a fazer política, aprender a apoiar candidatos, a usar mais as mídias e as redes sociais na defesa dos valores católicos, ter mais poder de mobilização para pressionar os parlamentares a não votarem em projetos do aborto, casamento *gay*, eutanásia, dentre outros temas. Enfim, criar a cultura de profissionalização das diversas formas de participação política.

Ainda de acordo com o Prof. Felipe de Aquino, a própria CNBB e vários bispos não têm cumprido o seu papel de articuladores de seus fiéis contra a “cultura de morte” (entende-se por este termo todos os projetos que são favoráveis ao aborto e contrários ao modelo de família entre homem e mulher, ao ensino religioso confessional, dentre outros). Na visão desse líder carismático, o episcopado católico deveria alertar mais a comunidade católica sobre as questões do Kit *Gay* (cartilhas e vídeos para o combate à homofobia nas

⁵⁸ Fragmento da Palestra proferida por Marizete Martins no Encontro Nacional de Formação da RCC Brasil em 2014. Atualmente, ela é membro do conselho nacional da RCC Brasil.

escolas), da ideologia de gênero e sobre a fundamentação ideológica dos partidos de esquerda. Argumenta ele que a CNBB foi cooptada por grupos comunistas que estão no comando da política brasileira, uma vez que os bispos que ocupam cargos diretivos nesse órgão católico são expoentes da teologia da libertação. Assim, para Aquino:

Eles estão muito na nossa frente. Por quê? Porque eles fizeram para isso, eles partiram para isso para a organização e método. Você tem hoje uma frente de evangélicos deputados e senadores muito maior que os católicos. Tanto assim que nós vimos agora que derrubaram o Kit Gay, fizeram com que a presidente da República derrubasse o Kit Gay, não foi por convicção que a presidente derrubou, e sim por conveniência. Por quê? Porque ela foi ameaçada da frente cristã, abriu uma sindicância e uma CPI contra o Palocci. Então ela correu e tirou o Kit Gay. Que o ministério dela da educação, que chamo hoje da deseducação né? Quis implantar. Mandaram fazer 400 mil kit gay com o nosso dinheiro para ensinar as nossas crianças a serem gays. Se não é a nossa frente católica, sem essa frente protestante a gente tinha perdido essa parada. Um amigo meu me falou “Olha, a Igreja Católica tinha que ter pegado muito mais pesado nessa questão da homossexualidade e não pegou, nós que pegamos pesado, nossos pastores estão gritando aí na televisão”, cadê os padres que não estão gritando? E eu tive que ficar quieto, eu tive que ficar quieto você entendeu? Falta para nós ainda, os bispos se posicionaram contra a declaração do Supremo Tribunal Federal da estabilidade da união. Mas foi um pronunciamento no papel que rodou na internet, não houve uma mobilização, não houve uma leitura em todas as paróquias. Cada padre em cada paróquia tinha que ler aquele documento da CNBB e dizer assim “Agora meus paroquianos todo mundo vai bombardear o Supremo Tribunal Federal de e-mails, de cartas, de telegramas, agora nós vamos fazer uma passeata em todas as cidades católicas do Brasil contra isso” não houve nada. Houve uma cartinha dos bispos, rodou na internet, equipe de consolo mútuo. Eu choro no seu ombro, você chora no meu, eu choro no ombro do bispo, o bispo chora no ombro do pároco, e fica por isso mesmo. E quem quer fazer aquilo que a igreja não concorda, continua fazendo. Porque nós não temos resistência e mobilização⁵⁹.

E de acordo com um ex-coordenador estadual da RCC PR:

[...] nós e os evangélicos 90% do nosso pensamento é o mesmo, você pega o kerigma quase de ponta a ponta é a base o credo quase de ponta a ponta, ele é aceito, fala do amor de Deus, pecado salvação, você está entendendo? Veja bem se nós temos um pensamento cristão, se o pensamento cristão fala em fazer o bem para o outro fazer o bem pra comunidade fazer o bem pra sociedade, é uma heresia, nós estarmos politicamente separados, você está entendendo? Se os católicos conscientes em buscar o bem e os evangélicos conscientes em fazer o bem, não há como nós divergimos lá, questões de doutrina não pode nos impedir de um esforço comum, o que é o que nós não fazemos, os católicos se aliam com

⁵⁹ Entrevista realizada no dia 07/09/2011, com o Prof. Felipe de Aquino, nas dependências de sua casa na cidade Lorena-SP. A entrevista foi financiada pelo projeto intitulado “Pentecostal and Charismatic Research Initiative”, coordenado pelo Prof. Dr. Paul Freston.

qualquer coisa, fazem acordos mais absurdos do ponto de vista ideológico, identidade com a fé não tem um princípio que nos separe⁶⁰.

Por outro lado, esse pensamento não é comungado com alguns setores do clero católico. Salientam tais setores que essa aproximação entre carismáticos e pentecostais reafirma posições fundamentalistas e conservadoras, já que estão juntos por acreditarem em alguns princípios iguais doutrinários e não por um projeto político de Brasil, pois a articulação entre católicos e evangélicos não gera uma nova forma de fazer política partidária, não desenvolve soluções para os problemas estruturais do Brasil, e serve apenas para atender ao interesse privativos desses grupos. Como salienta o padre:

[...] o que acontece é que este é um dos elementos do pentecostalismo da América Latina, que é o fundamentalismo e conservadorismo. Aquelas posições que no âmbito social podem provocar abertura no campo ético, no campo moral, vai sempre encontrar resistências do mundo pentecostal, das comunidades pentecostais, como também de movimentos da Igreja Católica. Então, estão juntos em que? Não numa proposta de experiência da fé, não numa proposta de experiência eclesial, não numa proposta de evangelização. A estes grupos, eu nem diria, digamos que evidentemente a Igreja Católica como um todo, mas estes grupos católicos e pentecostais que se uniram em elementos ideológicos, contextuais do momento. Não é expressão infelizmente de uma unidade maior, que poderia contribuir para que tanto católicos quanto pentecostais continuassem juntos. Tanto é que a partir do momento em que houve, vamos usar a expressão “houve a perda da proposta” que eles estavam apresentando, cada um continuou seu caminho isoladamente tanto quanto estavam antes⁶¹.

Na fala acima verifica-se que a aproximação entre os grupos religiosos consiste em algo momentâneo em função de interesses idênticos em questões políticas, e não representa a verdadeira “unidade”. Para o padre, a maneira correta de desenvolver alguma forma de diálogo ou ação conjunta com outra instituição religiosa dá-se pela CNBB, pelo padre ou pelo bispo, ou seja, as expressões católicas, as lideranças católicas, assim como a RCC, não teriam autonomia para propor qualquer ato ecumênico, pois cabe apenas à hierarquia católica essa função.

⁶⁰ Entrevista realizada no dia 22/01/2013, com um coordenador estadual do estado do Paraná, no Encontro Nacional de Formação da RCC, na cidade de Aparecida-SP.

⁶¹ Entrevista realizada no dia 25/10/2011, com um padre que participa da assessoria da CNBB sobre Diálogo religioso e interreligioso. Realizada via Skype Campinas - Brasília pela Profa. Dra. Brenda Carranza e financiada pelo projeto intitulado “Pentecostal and Charismatic Research Initiative”, coordenado pelo Prof. Dr. Paul Freston.

Aqui percebe-se um conflito de visão sobre o comando da execução das atividades ecumênicas. O padre, ao questionar a forma como a RCC se envolve com os pentecostais na política, reivindica a legitimidade de apenas o clero ter tais prerrogativas, o que consiste na visão de que o episcopado católico precisa ter total controle sobre essas ações - e as entidades católicas reproduziriam os acordos firmados institucionalmente entre a Igreja Católica e outras religiões. Portanto, ao classificar os relacionamentos como “ideológicos e contextuais do momento” o padre denota uma forma errônea de se relacionar com os evangélicos.

3.3 Surgimento do Ministério de Fé e Política (MFP)

Como já visto no capítulo anterior, a institucionalização do MFP (inicialmente denominado Secretaria Matias) deu-se nos anos 1990. Contudo, desde o final da ditadura militar, muitos membros dos movimentos carismáticos, por iniciativas individuais, tentaram se eleger para os mais diversos cargos dos poderes executivo e legislativo (OZAÍ, 2007). Essas candidaturas eram organizadas a partir das próprias estruturas criadas pelos candidatos, ou seja, por iniciativa individual os candidatos visitavam os grupos de oração para pedir voto, contavam com a ajuda de outros membros da RCC para ajudar na divulgação das suas campanhas, na criação de estratégias de marketing político, na arrecadação financeira para a campanha, na busca de apoio de outros segmentos católicos e do clero, além das relações estabelecidas com o partido no qual estavam disputando a eleição.

Prandi (1996) mostra que nos anos 90, a região Sudeste conseguiu eleger dezenas de vereadores, alguns prefeitos e poucos deputados estaduais e federais. Cidades como Mococa (SP), Campinas (SP), São Carlos (SP), Sorocaba (SP), Cachoeira Paulista (SP), Jundiá (SP), Araçatuba (SP), Limeira (SP), Santos (SP), Belo Horizonte (MG), Uberlândia (MG), Pará de Minas (MG), Sete Lagoas (MG), Unaí (MG) e Rio de Janeiro (RJ) conseguiram eleger e reeleger candidatos.

A partir dos anos 2000, o número de parlamentares eleitos aumentou no Brasil, devido à expansão do número de candidatos em estados do Nordeste, Sul, Norte e Centro-

Oeste. Estes passaram a ter candidaturas apoiadas institucionalmente pela coordenação local da RCC ou pela própria iniciativa do militante carismático que se envolvia na política partidária (SILVEIRA 2008).

Tentando mapear o perfil dos políticos carismáticos, este autor (REIS 2011) aponta que a maioria desses mandatários são pessoas com ensino superior completo, profissionais que trabalham com serviço público, empresários, professores ou trabalhadores liberais. Partidos identificados ideologicamente como direita ou centro são os preferidos (DEM, PSDB, PMDB, PTB) ou partidos que, na coligação montada, os ajudam a se eleger de forma mais rápida, a exemplo do PHS. A grande maioria é de homens e a concentração das candidaturas continua na região Sudeste.

Porém, também mostrei (REIS 2011) que era frequente o próprio coordenador diocesano ou o coordenador do grupo de oração ou de algum ministério sair candidato. Isso pode ser explicado devido ao fato de a coordenação ter projeção midiática, ser presença constante entre as lideranças e com os padres, e ministrar palestras em eventos de massa. São exposições que permitiam ao futuro candidato já ser conhecido do público carismático.

Com a institucionalização do MFP, as coordenações diocesanas e estaduais intensificaram os apoios oficiais a determinadas candidaturas. Com isso, as dioceses brasileiras passaram a ter disputas internas para obtenção do apoio dos grupos de oração e do clero simpatizante da RCC (OZAÍ, 2007). No período preparatório para as eleições, os grupos de oração e os eventos promovidos pela RCC, para obter o apoio das lideranças e dos padres, viram palcos de disputa das pessoas que pretendem sair como candidatas. Não são raros os momentos em que adeptos desse segmento católico são abordados para votarem no representante- candidato e é solicitado o aconselhamento de estratégias políticas, como também é aberto espaço nos eventos promovidos pela RCC para o candidato falar de sua intenção. Contudo, tais disputas internas levaram muitas dioceses a terem dissidências internas em função da escolha de um candidato em detrimento de outro, ou até mesmo a negação de apoio ao candidato.

A escolha de um único candidato oficial deve-se ao fato de ser difícil eleger mais de um candidato apenas com o eleitorado carismático. Pode-se citar o exemplo da

participação política da RCC da diocese de Uberlândia. No final dos anos 90, a vereadora Fátima Paiva (que, antes de ser eleita, era coordenadora diocesana), após o final de seu mandato tentou se eleger como vice-prefeita da cidade de Uberlândia, no ano de 2000 (REIS 2011). Para obter votos e conseguir ser eleita, a postulante a tal cargo articulou o apoio com outros movimentos, pastorais e padres. Outro exemplo é a candidatura de Walquir Amaral (PHS - MG). Nas eleições de 2008 e 2012, ele tentou se eleger para o cargo de vereador. Nas reuniões com o grupo que o acompanhava era consenso de que, possivelmente, ele poderia conseguir centenas de votos entre os participantes dos grupos de oração, mas não eram suficientes para elegê-lo; então, iniciou diálogos com a Pastoral Familiar, Pastoral da Saúde, Movimento de Casais com Cristo (ECC) e com padres de outros segmentos católicos para conseguir seu intento.

Nessa perspectiva, Procópio (2012), ao estudar as candidaturas de Gabriel Chalita e do petista Odair José da Cunha, mostra que, para eles serem eleitos deputados federais, buscaram sempre apoio em outros segmentos da sociedade. Chalita intensificou sua campanha entre os professores e outros agentes no âmbito escolar em função do seu vínculo com as escolas estaduais de São Paulo e por ter sido secretário de educação do governo de José Serra. Já Odair Cunha buscou apoio entre trabalhadores sindicalizados e outras profissões em função do seu envolvimento profissional. É interessante observar que, em razão dos vários públicos apoiando essas candidaturas, seus discursos são mais amplos (não apenas vinculados com as diretrizes e ideias defendidas pela RCC), pois é natural que projetos de leis, emendas parlamentares e outras formas de ajuda não sejam exclusivos para o movimento carismático.

A resistência ao apoio a mais de uma candidatura não é apenas em função da base eleitoral, mas está relacionada à própria trajetória política e ao próprio envolvimento do postulante no apoio às atividades internas da RCC. Algumas candidaturas petistas possuem dificuldades em serem aceitas pelos grupos de oração, novas comunidades e entre os padres, pela visão negativa (associado a anticristão) que estes têm em relação ao partido dos trabalhadores. Ou, então, pela própria falta de habilidade política do candidato em tecer os apoios entre os atores carismáticos ou por querelas antigas com os membros do movimento em função de outros fatores.

O problema das dissidências internas em função de questões políticas é detectado pela direção nacional da RCC e exposto no documento oficial do Ministério de Fé e Política:

Apesar disso, pouco se avançou quanto à efetiva participação da RCC na política e muito se retrocedeu quando irmãos dedicados ao trabalho de evangelização do movimento se lançaram na política partidária e a RCC colheu como fruto amargo as brigas, as contendas e as divisões, que deram margem às decepções, feridas e até rancores entre os irmãos. Talvez pela lógica, presente na vala comum da atividade política e seus desdobramentos nada ortodoxos no debate eleitoral, que possivelmente não soubemos, ou não estávamos preparados para superar e enfrentar com a devida altivez (ZAVARES, 2014, p. 7).

Percebe-se que a preocupação com os problemas internos da ação política da RCC impede que suas pretensões político-partidárias sejam concretizadas. Muitas dioceses optaram por não apoiar candidatos ou proibiram que seus membros se envolvessem na corrida partidária. Isso na prática dificulta que deputados estaduais ou federais, pleiteantes a outros cargos, tenham apoio nas dioceses, e até mesmo algum vereador que é ligado à RCC tem dificuldades de postular um cargo na prefeitura ou a outros postos no legislativo brasileiro.

Não ter representantes nas cidades e nos estados implica projetos de lei não alinhados às diretrizes da Igreja Católica ou que não concretizam os interesses institucionais do movimento carismático. Portanto, para que as pretensões político-partidárias fossem ampliadas com a eleição de novos membros, as disputas internas deveriam ter interferência na instância nacional da RCC com o objetivo de regular e normatizar a participação política dos seus membros. Isso pode ser percebido no seguinte trecho:

Isto fez com que muitos participantes dos grupos de oração dessem as costas às questões políticas, dando margem a um período de descaso, misturado com um preconceito muito grande em relação à política e a todos aqueles que com ela se envolvesse. Sem perceber, estávamos fazendo exatamente o que o inimigo de Deus pretendia para não se fazer coisa alguma (ZAVARES, 2014, p. 7).

Com o intuito de oferecer as diretrizes do funcionamento desse ministério nas dioceses, o próprio documento oficial elaborado pelo Ministério de Fé e Política traz justificativas para a normatização e regulação da forma do envolvimento político-partidário

dos carismáticos na política brasileira, explicando por que os cristãos devem se envolver na política.

Para os membros da RCC, a realidade política brasileira é caótica. A arena política é composta de inúmeros problemas causados pela corrupção e pela falta de competência para a gestão pública na implementação de políticas públicas que acabariam ou pelo menos diminuiriam os problemas sociais. Há problemas na condução da política econômica, aumento da exploração dos recursos do meio ambiente e urgência de uma reforma política (NASCIMENTO, 2006).

De qualquer forma, assim como em toda a Igreja Católica, tais ações muito diretas na intenção de resolver os graves problemas brasileiros, sem meio a uma caótica política partidária, trouxeram muitas lições, entre elas, a clara percepção de que a Igreja, como fiel esposa de Cristo Jesus, está muito acima de disputas políticas. Embora não deva nem queira se omitir do debate político sobre os temas que lhe são caros, tem clareza da sua missão evangelizadora e de resgate da pessoa humana (ZAVARES, 2014, p. 7).

Contudo, na visão desse grupo religioso, a resolução dos problemas político-econômicos e sociais do Brasil é a moralidade cristã-católica ser o fundamento para o funcionamento das instituições públicas e da ação política dos parlamentares. Com a implantação do Estado Laico no Brasil em 1891 e o avanço da pluralidade religiosa e não religiosa, é natural que a Igreja Católica perdesse espaço e influência na sociedade, isto é, a “Terra de Santa Cruz” já não opera (ou pelo menos diminuiu) a partir das bases teológicas, doutrinárias ou discursos da hierarquia católica. A identidade nacional brasileira, que tinha como uma de suas marcas ser católica, é questionada e substituída por uma pluralidade de outras identidades.

Nesse contexto, a arena política já não é mais monopólio da Igreja Católica. Padres, bispos e intelectuais católicos percebem que outros grupos sociais ocupam espaços e disputam com o objetivo de, a partir de suas identidades, influenciarem nas decisões, sobretudo no tocante à formulação de políticas públicas. A sociedade brasileira não possui mais uma identidade nacional unificada, cristalizada e imutável baseada nos preceitos católicos como mostra a sua história (HALL, 2002). Com o processo de modernização das estruturas sociais, outras identidades surgiram, assim como novas propostas políticas,

novos movimentos sociais e partidos políticos, que em muitas situações se distanciam das ideias defendidas pela Igreja Católica (GIUMBELLI, 2002).

Portanto, a secularização, laicização, os movimentos de esquerda, ateísmo, comunismo, socialismo, anarquismo, novos movimentos religiosos, dentre outros segmentos, passam ser inimigos a serem combatidos, como a origem de todo mal e mazelas sociais da sociedade brasileira. Para reverter essa realidade, e para que a democracia do Brasil seja fundamentada no seu funcionamento a partir dos princípios católicos, a RCC, motivada por esse objetivo, justifica o seu envolvimento político-partidário:

Colocar dessa maneira para o meio político para parecer ingênuo e até utópico, mas não será desproporcional ao desafio da cruz anunciada por Jesus Cristo quando falou a seus discípulos sobre a verdade da Salvação e do Reino de Deus. Então por que o medo de enfrentar os leões? Se nós já conhecemos o seu conselho: “Tomai, portanto, a armadura de Deus, para que possais resistir nos dias maus e manter-vos inabaláveis no cumprimento do vosso dever. Ficai alerta, a cintura cingidos com a verdade, o corpo vestido com a couraça da justiça, e os pés calçados de prontidão para anunciar o Evangelho da Paz (Efésios 6, 13-15) (ZAVARES, 2014, p. 7).

Interessante observar nesta parte do documento supracitado que a interpretação da realidade política brasileira é fundamentada em passagens bíblicas e em outros documentos da Igreja Católica (Pronunciamentos Papais, encíclicas, doutrina). Isto mostra que a RCC vê a política brasileira como um campo de guerra. Para poder vencer o conflito, seus membros precisam se organizar e criar estratégias de guerra para combater seus inimigos e, assim, reconquistar o espaço perdido na política. Para isso ocorrer são criadas motivações a partir das passagens bíblicas ou aspectos da vida de Jesus. Portanto, é muito comum, nos eventos da RCC, discursar que o político precisa ter as características que Jesus tinha em vida: combater a mentira e todo o mal, ser o combatente que morreu em nome da verdade única, defender a justiça e a paz, e sempre defender os valores acreditados pelos católicos. Essa mensagem é complementada pelo fato de que o clero católico entende que a Igreja Católica é a única instituição religiosa que contém a verdade universal, por ela ter sido fundada pelo próprio Jesus Cristo. Sendo assim, o político e todas as formas de participação política devem atuar para defender seus preceitos religiosos, o que se pode perceber neste trecho:

Isto faz toda a diferença, porque pode significar, principalmente para aqueles que advogam que Jesus foi um grande político, morrer para si mesmo e aceitar virar o cordeiro imolado no plano supremo do Criado em favor de muitos. Talvez, saindo como perdedor e aparentemente derrotado no campo político, mas sempre cumprindo a missão primeira que a Igreja chamou para ser testemunho vivo da fé em Jesus Cristo, portanto, não transgredindo com os valores morais e éticos – E isto sim, por si só, revela a missão mais importante de atuação na política (ZAVARES, 2014, p. 7).

A citação acima revela o perfil de político e o entendimento da forma que os membros da RCC devem exercer sua participação política. Os parlamentares são porta-vozes de seus interesses nos diversos espaços da arena política brasileira. Toda forma de engajamento político tem por objetivo a moralização da vida pública brasileira. Para isso, ações proselitistas são necessárias e justificadas para derrotar os inimigos. Isso só acontecerá, no entendimento desse grupo religioso, se seus parlamentares conseguirem ser eleitos para os mais diversos cargos e, também, evitar que políticos com propostas contrárias defendidas sejam eleitos.

Para sensibilizar as pessoas, é necessário apoiar candidaturas nas instâncias da RCC ou de setores conservadores da Igreja, a exemplo da Opus Deis, Arautos do Evangelho e do Movimento Pró-Vida, nos quais é criada uma imagem dos seus “inimigos”. Objetivando reforçar o entendimento de que suas propostas políticas são as melhores e verdadeiras, os carismáticos constroem narrativas de desqualificação do outro em seus eventos, pois classificam e normatizam os grupos não cristãos como inimigos da fé, abortistas, com propostas erradas e desviantes da moralidade cristã, o que pode ser observado na Carta elaborada, em um evento na RCC da diocese de São Carlos, SP:

Carta de São Carlos

Nós, líderes de movimentos universitários e de profissionais liberais católicos, reunidos na sede da Comunidade Católica Totus Mariae, na cidade de São Carlos, em São Paulo, Brasil, no dia 10 de dezembro de 2011, no evento “O cristão na vida pública” emitimos a seguinte carta pública:

Diante de uma série de problemas que angustiam o homem e a sociedade contemporânea, dos quais é possível citar: o relativismo moral, a corrupção, a negação da verdade, o secularismo absolutista, que tentam negar o direito ao culto religioso e a participação dos fiéis na vida pública, e a alienação reinante nos meios de comunicação, declaramos:

1. A universidade, demais centros de formação superior, assim como o universo do trabalho, devem estar abertos para todas as ideias e discussões, inclusive as

discussões fundamentadas em ideologias ateístas e seculares. No entanto, repudia-se o processo de exclusão que a religião, especialmente o Evangelho de Cristo, sofre dentro desses ambientes. Trata-se de ambientes plurais que, em tese, devem estar abertos a todas as ideias, inclusive ao Evangelho.

2. Rejeita-se o marxismo cultural que tenta, por meio da infiltração dentro das universidades, da mídia e de outros espaços públicos, construir uma sociedade sem Deus, sem fé e sem a presença da Igreja. A sociedade que essa versão do marxismo quer construir é uma sociedade autoritária e fechada, onde não há espaço para a livre reflexão e muito menos para a expressão dos valores e sentimentos religiosos. Vale ressaltar que esses valores fundamentam as bases de qualquer modelo civilizatório.

3. Rejeitamos a cultura de morte. Uma cultura que se apresenta de diversas formas, como, por exemplo, o aborto, a união homossexual, a eutanásia, o suicídio assistido, a contracepção artificial, a destruição e o comércio de embriões humanos, a escravidão, a legalização das drogas etc. Infelizmente trata-se de uma cultura que, juntamente com o marxismo cultural, é muito difundida nos ambientes universitários e dos profissionais liberais. Uma sociedade justa, ética e alicerçada pelo Evangelho não pode ser orientada pela cultura de morte. Pelo contrário, tem que ser orientada pela cultura da vida e “vida em abundância” (Jo 10, 10), que promove o aperfeiçoamento de todas as dimensões da vida e da dignidade da pessoa humana.

4. Rejeitamos o secularismo absolutista e autoritário que, ao se apropriar de palavras, como por exemplo, “razão”, “liberdade” e “revolução”, que, muitas vezes, são utilizadas fora de seu real sentido, desejam banir e até mesmo proibir qualquer ato de manifestação de fé em espaço público. A fé é um direito fundamental do ser humano. Por isso, nenhuma ideologia, grupo empresarial, partido político ou organização social de qualquer natureza tem o direito de limitar sua livre expressão.

5. Por fim, conclamamos a todos os universitários, profissionais liberais e homens e mulheres de boa fé a lutarem para que sejam garantidos os direitos religiosos, para que, em nome de um secularismo autoritário, a livre expressão da fé não seja, por diversos meios, proibida. Para que isso aconteça é preciso que os cristãos se façam presentes, cada vez mais, na vida pública. Essa presença deve ser materializada, por exemplo, na vida política partidária, dentro das mídias (rádio, jornal, blog, site etc), na vida cultural (cinema, teatro etc), dentro das universidades e demais centros de formação superior, e de qualquer outro espaço público que seja permitido, dentro dos limites da Lei, a livre expressão do pensamento.

São Carlos, SP, Brasil, 10 de dezembro de 2011.

Assinam essa carta:

- Marcos Gregório Borges – Coordenador da Missão Universitária de Guarulhos
- Prof. Dr. Marcelo Melo Barroso – Comunidade Católica Totus Mariae
- Profa. Ms. Julianita Maria Scaranello Simões – Comunidade Católica Totus Mariae

- Ms. Idalíria de Moraes Dias – Co-fundadora da Comunidade Católica Totus Mariae
- Wilson José Dino dos Anjos – Fundador da Comunidade Católica Totus Mariae
- Profa. Ms. Vanessa Burque Ricci – Comunidade Católica Totus Mariae
- Michelle Stephânia Pacheco Moraes – Comunidade Católica Totus Mariae
- Daniela Inocência de Oliveira – Militante do Ministério Universidades Renovadas
- Yanina Mara Rocha Nascimento – Militante do Ministério Universidades Renovadas
- Marcelo Pastre – Apostolado Teologia do Corpo
- Viviane G. C. Pastre – Apostolado Teologia do Corpo
- Luis Enrique Paulino Carmelo – Coordenador do grupo de Jovens Hesed (ministério Jovem RCC) e do Grupo Universitário Obra Nova.
- Thais Zaninetti Macedo – Coordenadora do Grupo de Jovens Hesed (ministério Jovem RCC).
- Luis Gustavo Paulino Carmelo – Coordenador do Grupo de Jovens Hesed (ministério Jovem RCC)
- Joice Basílio Machado – mestranda em Ciência da Computação pela USP.

Estrategicamente, a carta foi elaborada na cidade de São Carlos, que é conhecida nacionalmente como uma região de investimentos em pesquisas científicas, com muitas indústrias que desenvolvem tecnologias, e que também possui duas grandes universidades brasileiras - a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade de São Paulo (USP). Assim, são priorizados pela RCC local os trabalhos realizados com universitários e profissionais com o objetivo de influenciar na formação de intelectuais e profissionais que possam sustentar teórica e metodologicamente as ideias defendidas pelos carismáticos, sobretudo, na política. Não é à toa que a Carta de São Carlos, foi elaborada e assinada por militantes com grau de mestrado, doutorado, por professores universitários e por profissionais que já têm certo reconhecimento na sua área de atuação.

Nota-se que a intenção dessa carta é recorrer a mestres, doutores e profissionais com ampla experiência em seus postos de trabalho para legitimar e dar *status* “acadêmico e erudito” às suas ideias. Assim, esse documento circulando em *blogs*, *sites* e redes sociais católicas e não católicas poderia atingir públicos não católicos que, assim, pudessem aderir à sua visão de mundo. No entanto, os argumentos usados na Carta de São Carlos apenas reproduzem a visão da RCC sobre os grupos não cristãos: desqualificam a ação política destes grupos e os veem como inimigos que precisam ser derrotados urgentemente.

A Carta é um reflexo das relações de poder que ocorrem em diversos espaços da sociedade brasileira. Percebe-se que os conteúdos trazidos defendem a pluralidade do embate de ideias e retratam grupos religiosos que não são ouvidos nos setores da vida pública brasileira. Acrescentam que as identidades religiosas são discriminadas e que o “marxismo cultural” de forma autoritária impede que a universidade, a política e o mundo do trabalho assumam sua verdadeira missão de conduzir suas atividades a partir da ótica católica. No entanto, nota-se uma contradição nesses argumentos, já que não aceitam a presença de grupos não religiosos ou dos que defendem as postulações marxistas na vida pública nacional, isto é, não aceitam que o pensar diferente dos carismáticos tenham vez e voz nas instâncias decisórias da arena política brasileira. Busca-se, portanto, a construção de um discurso que hierarquiza todas as formas contrárias às ideias defendidas pelos carismáticos. Pode-se exemplificar tal posicionamento quando esse grupo defende que a ciência e a ação profissional devem ser submissas aos padrões católicos, e assim, desenvolver conhecimentos e tecnologias que sustentem uma postura contrária ao aborto, casamento *gay*, eutanásia, prostituição, dentre outras questões (argumentos que são muito comuns nos políticos carismáticos em seus pronunciamentos nas instâncias públicas brasileiras). Em suma, existe um desejo das lideranças católicas carismáticas de que os profissionais, universitários e os políticos atuem conforme as orientações institucionais da Igreja Católica.

A Carta, ainda, faz menção à defesa da liberdade de expressão, autonomia do uso da razão e acusa o secularismo autoritário das instituições públicas brasileiras, uma vez que os grupos religiosos estão excluídos dos debates ou há uma tentativa de exclusão dos grupos católicos dos debates públicos, posto que nestes defende-se um espaço plural de

discussões, debates e que o diálogo se faça presente, pois eles precisam ter voz e serem ouvidos. No entanto, o que os carismáticos advogam é uma resistência contra a laicização e a secularização que vêm ocorrendo no Brasil nos últimos séculos. Mesmo que as fronteiras do religioso e do político no Brasil ainda sejam tênues, hoje, as pessoas podem usufruir da sua autonomia, da razão e da liberdade para defenderem quaisquer ideias nos espaços públicos brasileiros. Em síntese, existe desejo por parte dos carismáticos de que todo o funcionamento da sociedade brasileira volte a ser fundamentado nos valores católicos, o que justifica e motiva a sua participação política, principalmente, pela via partidária.

Essa maneira dos carismáticos pensarem e agirem politicamente parece autoritária, fundamentalista e de constante negação do outro (e assim da pluralidade de pensamento), uma vez que a forma única, correta e aceita são apenas aquelas ideias por eles defendidas.

3.4 Estratégias de atuação do Ministério de Fé e Política

Como já visto, o Ministério de Fé e Política, ligado ao movimento da Renovação Carismática Católica, tem por objetivo regular e normatizar todas as ações proselitistas desse segmento religioso no tocante às questões políticas. Porém, detecta-se que há desinteresse dos próprios membros em assumir frentes de trabalho propostas pelas diretrizes elaboradas pelos coordenadores nacionais. As razões da baixa participação política dos carismáticos devem-se ao fato de eles terem uma visão negativa da política brasileira em função dos escândalos de corrupção, do histórico de péssimos gestores públicos frente aos mais diversos cargos da administração pública e do pouco conhecimento do funcionamento das instituições públicas no Brasil. Sendo assim, o MFP iniciou uma série de ações que têm por objetivo sensibilizar as pessoas para a necessidade de aderirem às iniciativas desse ministério.

Uma das iniciativas é obter espaço em eventos de massa para falar do significado da política para esse grupo religioso e os motivos pelos quais as pessoas devem envolver-se nos trabalhos do Ministério de Fé e Política. Pensando nisso, em sua programação, o Encontro Nacional de Formação de 2014 inseriu pregações direcionadas aos temas relacionados à política. A escolha desse evento deve-se ao fato da sua capacidade de

atração de pessoas (milhares de pessoas) de todos os estados do Brasil, ou seja, aproveita-se a oportunidade de falar sobre política em um dos principais eventos organizados pelos carismáticos no Brasil, o qual ocorre anualmente na cidade de Aparecida do Norte, localizada no interior de São Paulo. Apresenta-se aqui um trecho da palestra proferida, nesse evento, pelo então coordenador nacional do MFP, Sérgio Zavares:

Nós vemos o quanto de certa forma a nação brasileira tem colocado peso sobre essa questão, dizendo que a política é o mal de todos os nossos problemas, é o causador de todas as nossas mazelas; nós gostaríamos de dizer no fundo, no fundo a uma celebre frase que diz que “Cada povo tem o governo que merece”, é um pouco dura de se dizer, mas ela é necessária pra que nós entendamos a dimensão de estarmos envolvidos com a política para que ela possa ser agente de transformação, então se **a política que nós vemos não é aquela que nós gostaríamos é necessário que nós comecemos a dar passos incisivos na transformação das coisas como estão**, e a partir do amor que é plantado em cada um de nós, fazer as coisas naquilo que DEUS me pede... pode ser que ele te peça para ser um candidato, mas possa ser que ele te peça pra ser um bom servidor, pode ser que ele te peça pra ser um grande evangelizador pra tantos servidores, pode ser que ele te peça pra orar pela nação brasileira acusando a política de ser algo ruim, a parte daquilo que é também próprio do reflexo de nós mesmos não vai transformar a sociedade somente conseguiremos transformar a sociedade se nós sentirmos que a política é parte de nós também e aí colocando o princípio da nossa discussão que narra “O cristão como agente de unidade na sociedade”⁶².

Ao longo da palestra, Zavares justifica a necessidade da atuação de todos os membros da RCC nas questões políticas para melhorar a atual realidade caótica das instâncias políticas brasileiras. Tal apelo deve-se ao fato de que, sem o envolvimento dos carismáticos, dificilmente se conseguirá eleger seus representantes e criar uma consciência na defesa dos valores defendidos pelos católicos. Faz-se necessário ter pessoas que militem pelas causas gerais do catolicismo e interesses particulares da RCC no contexto para que os privilégios conquistados, historicamente, pela Igreja Católica não sejam ameaçados.

É comum verificar, nas dioceses, o entendimento de que o MFP atua em âmbito estadual e regional apenas no período das eleições na tentativa de eleger seus representantes. Por mais que as diretrizes apontem por uma ampliação no entendimento de como se deve envolver-se na política, apenas a questão partidária tem sido privilegiada em função dos interesses pessoais de seus membros em fazer carreira na política. Logo, não são raras as vezes que membros são eleitos e não voltam mais aos grupos de oração ou

⁶² Fragmento da Palestra proferida por Sérgio Zavares no Encontro Nacional de Formação da RCC Brasil em 2014. Atualmente, Zavares é coordenador Nacional do Ministério de Fé e Política da RCC Brasil.

somem das atividades do movimento, caracterizando oportunismo do candidato ao aproveitar a estrutura midiática, usar os membros como cabos eleitorais, e na própria atuação parlamentar não defender os interesses de sua base eleitoral. Outra razão é a falta de interesses das lideranças locais em desenvolver atividades organizadas pelo MFP (é natural que nas dioceses enfatizem-se as atividades de formação de grupos de oração, eventos de cura e libertação ou eventos de massa). Na tentativa de realizar uma mudança de mentalidade sobre as atividades de MFP e uma intervenção nacional nas atividades regionais desse ministério, Zavares salienta:

[...] nós colocamos ministério de fé e política, portanto, política refere-se ao político e fala só da eleição, não é isso, a renovação é chamada por DEUS a estar se envolvendo com questões que ultrapassam inclusive o político, a máquina do Estado brasileiro não é tocada só por agentes eleitos, a máquina do Estado brasileiro é tocada também por servidores públicos concursados, servidores públicos empossados com cargo de confiança; eu mesmo sou um professor federal, fiz um concurso em 1992 e desde então sou professor de uma instituição federal de ensino, não estou sujeito as leis eleitorais, a cada 4 anos eu não preciso fazer o concurso de novo, né? Estarei lá até a minha aposentadoria se assim DEUS quiser, mas a máquina do Estado brasileiro, portanto, é tocada também por agentes políticos, por servidores e aí essa dimensão é que eu resgato aqui como importante de compreensão pra todos nós pessoal, nós temos uma responsabilidade com toda essa nação brasileira⁶³.

Percebendo que nem todos os integrantes do movimento carismático têm habilidade para o envolvimento na política partidária e que nem a RCC possui estrutura para ajudar na eleição de todos os interessados, com o objetivo de ampliação de suas atividades, o MFP atua dentro de outros segmentos da sociedade, de acordo com as diretrizes:

Por isso, tal pilar de ação vem ganhando expressão através de eventos, que vão desde encontros para Juizes e Promotores de Justiça até seminários para Policiais e Fóruns para Professores. Este pilar de ação representa uma resposta muito importante para a responsabilidade que a RCC tem com o anúncio da boa nova, especialmente para com aqueles que precisam de uma oportunidade para ouvir o chamado de Deus e abrir o coração para Jesus Cristo (ZAVARES, 2014, p. 8).

Para conseguir atingir outros públicos, o MFP busca parceria com os demais ministérios da RCC, como mostra o próprio Zavares quando defende a ideia de Ministerialidade Orgânica:

[...] proposta de que ao invés de uma democracia participativa nós começássemos a nos preocuparmos com um modelo de democracia, é perdão!

⁶³ *Ibid.*

Ao invés de um modelo de democracia representativa, que é o modelo atual, começássemos a desenvolver a preocupação para um projeto de democracia participativa; O quê significa isso? Não sei, talvez através de mídias, como a internet, vai perguntar a cada etapa soluções mais pontuais. O fato é que hoje nós já temos ferramentas que nos permitiriam a começar a refletir mais incisivamente na participação popular e hoje a renovação está sendo chamada a uma participação na política, volto a insistir, política não é um assunto somente do ministério de fé e política é de todos nós, por isso nós estamos conclamando acima de tudo um trabalho de Ministerialidade Orgânica, uma palavra já antiga que foi proposta há muito tempo atrás e que fala que na verdade o meu assunto pertence a você ministério de música, o seu assunto pertence a ele ali do ministério das famílias e as famílias pertencem a todos nós, ou seja, todos nós temos famílias, então todos os assuntos pertencem a todos e assim o fazendo vocês todos aqui hoje são do ministério de fé e política, Parabéns! Não seremos então especialistas, a divisão da renovação em ministérios não se configura em divisão de times de futebol, eu não vou escolher um pra começar a torcer por aquele time, é simplesmente uma organização pra que fique mais fácil a atuação pastoral, a atuação espiritual que a renovação tem a partir do batismo no espírito santo, é muito importante que a gente entenda que faz parte da minha responsabilidade o ministério da criança, faz parte da minha responsabilidade também o ministério de música, e confesso o meu pecado eu devo até me esforçar mais pra fazer ponte com outros ministérios como de música, quem sabe eu tenha até algum dom, mas a gente tem feito um esforço nesse sentido e hoje o ministério de fé e política tem feito muito, tem andado muito em sintonia com o ministério de promoção humana, mas também com o ministério de formação; a ponto de que as apostilas que estão sendo revistas, nós participaremos incisivamente na revisão daquela apostila de doutrina social da igreja que era a última e que de certa forma a apostila 8 acabava ficando por último mesmo, em todos os sentidos⁶⁴.

A partir de 2014, iniciaram-se diversas atividades promovidas conjuntamente com outros ministérios, novas comunidades, padres e outras expressões carismáticas com o intuito de converter as pessoas à sua proposta de identidade religiosa, e assim, dentro de seus segmentos profissionais e políticos, influenciar nas decisões. Pode-se citar como exemplo o Ministério Universidades Renovadas, que organiza congressos e debates nas universidades posicionando-se contra o aborto, cotas para negros e projetos de extensão voltados para a questão da homossexualidade ou questões que envolvam a “ideologia de gênero”. Além disso, nas eleições para os centros acadêmicos não foram raras as vezes que chapas formadas por universitários defenderam o direito dos grupos religiosos de realizarem suas atividades nas universidades, contra festas dentro do espaço físico dos centros universitários e até a favor da criação de grupos de pesquisa com a finalidade de divulgar a doutrina católica. O Ministério dos Profissionais atua para ajudar os políticos a

⁶⁴ *Ibid.*

elaborarem propostas de projetos de leis para atender às demandas dos seus segmentos. O Ministério de Formação organiza retiros de finais de semana ou palestras sobre temas relacionados à doutrina social da Igreja, história da Igreja católica e sobre noções básicas de filosofia e política para formar uma opinião sobre a realidade nacional e todos conhecerem bem as ideias defendidas pelos católicos. O Ministério de Promoção Humana torna-se importante devido à sua aproximação com os projetos sociais já desenvolvidos pela RCC, assim como o setor de comunicação é importante pela cobertura dos eventos. Outros ministérios ajudam na parte musical, no cuidado das crianças, e na formação de sexualidade para os jovens e para os casais, dentre outras parcerias. Contudo, a atividade que mais cresceu foi a dos grupos de oração específicos por segmentos. Surgiram grupos de oração para policiais, bombeiros, professores, domésticas e servidores públicos federais. Percebe-se a atuação do MFP no estado do Rio de Janeiro a partir do trabalho com outros públicos:

É... a primeira coisa que, que nós fizemos, né? Foi trabalhar uma formação, né? Tanto é que não tinha nada escrito sobre o Ministério e nós nos reunimos em equipe nacional, né?, A partir do momento em que você é coordenador de Estado, você faz parte de uma equipe nacional e dentro dessa coordenação nacional nós escrevemos um projeto que servia para toda renovação carismática, então o primeiro projeto foi escrever esse livro, né? que é *Fé e Política da Renovação Carismática* e no estado do Rio nós fizemos um trabalho de evangelização com policiais militares, né?, toda a área militar na realidade, bombeiro, pessoas do exército, da marinha, da aeronáutica e... é principalmente com o policiais militares devido a tudo que estava acontecendo no Rio de Janeiro é... Como muitos policiais estão morrendo, nós trabalhamos a evangelização das famílias dos policiais militares⁶⁵.

Outras atividades em nível nacional, estadual e municipal têm sido promovidas e organizadas pelo próprio MFP envolvendo a temática Fé e Política. Todas essas iniciativas têm sido coordenadas e seguidas por diretrizes criadas pelo Ministério de Fé e Política da RCC com o objetivo de estimular outras formas de participação política dos seus membros. E, desde a sua fundação, uma das estratégias diz respeito à formação dos seus membros com o objetivo de promover escolas de fé e política em todas as regiões no Brasil visando a atrair as pessoas para os projetos políticos desenvolvidos em todos os níveis pelas instâncias burocráticas da RCC. Os conteúdos ministrados giram em torno da Doutrina Social da Igreja, História da Igreja, História Política do Brasil, Cidadania, Democracia,

⁶⁵ *Ibid.*

dentre outros temas, conforme mostra o ex-coordenador nacional do MFP:

[...] A primeira dimensão chamo de formação, que tem por objetivo propagar a Doutrina Social da Igreja entre os membros dos grupos de oração. Para isto é preciso que sejam formadas escolas, ou etapas dentro da escola geral (Paulo Apóstolo), com linguagem apropriada ao nosso povo e com ensinamentos simples que possam orientar o povo sobre cidadania, solidariedade, subsidiariedade, e outros pontos fundamentais da doutrina e do Evangelho. A Escola deverá ter uma estrutura nacional e outra local, bem como materiais para instrução dentro dos próprios grupos de oração⁶⁶.

Estrategicamente, o MFP desenvolve metodologias pedagógicas para atingir pessoas de todos os níveis educacionais, de modo que todas elas tenham acesso aos conteúdos. Dessa forma, garante que todos tenham acesso ao material e às aulas, além de poderem envolver-se politicamente, conforme as diretrizes. Os documentos oficiais do MFP reforçam a ideia de que pessoas são escolhidas para irem aos grupos de oração, cenáculos, festivais musicais, missas de cura e outros eventos para falarem de “política”, isto é, aproveitarem os espaços dos eventos de massa para promoverem a disseminação de suas ideias políticas. Portanto, é comum nos eventos (sobretudo aqueles transmitidos pelo rádio, pela televisão ou internet) mensagens de orientação em quem não votar, critérios de escolha de voto, pedidos de abaixo-assinado contra algum projeto de lei ou aspectos dogmáticos mostrando as razões de serem eles a favor ou contra o tema. Ainda de acordo com o ex-coordenador do MFP:

[...] A segunda dimensão eu chamo de agentes mobilizadores, e trata de formar indivíduos cheios do Espírito e do ardor social que, através das estruturas dos grupos de oração e com o apoio das mídias católicas, possam discernir os pontos fundamentais de luta e mobilização, para que o bem comum seja garantido pelas leis e cumprido pelos organismos executores. Através de pregações e organização dentro dos grupos de oração, promover o desenvolvimento de ações para despertar e motivar a população a obter as transformações necessárias e os direitos adquiridos, inclusive das minorias. [...] Os mobilizadores deverão, pela pregação inspirada, abrir os corações para as questões sociais e políticas, motivando e acendendo o desejo ardente de servir a Jesus, se necessário for pelo martírio⁶⁷.

Outra ação consiste em procurar trabalhar com as pessoas que ocupam cargos no Estado, com o recrutamento dessas pessoas para a política partidária e o desenvolvimento de projetos sociais. A partir das Escolas de Fé e Política, pessoas seriam escolhidas para

⁶⁶ Disponível em: <<http://www.rccbrasil.org.br/artigo.php?artigo=99>>. Acesso em: 09 nov. 2013.

⁶⁷ *Ibid.*

envolverem-se nessa vertente de trabalho do MFP. Logo, advogados, administradores, cientistas políticos, marqueteiros, empresários, filósofos, professores comporiam comissões para dar estrutura financeira, jurídica, empresarial e educacional para as pessoas que sejam ligadas a cargos públicos, não obrigatoriamente parlamentares. Percebe-se isso quando o ex-coordenador nacional do MFP retrata:

[...] Por fim, a terceira dimensão, ou perna deste tripé, que chamo “um Brasil na cultura de Pentecostes”, que é organizar as forças políticas e pensadores da nossa sociedade para, a partir do batismo no Espírito Santo, apontarem rumos para o Brasil, mobilizando profissionais novos, profissionais do Reino, em parceria com o Ministério das Universidades Renovadas e Ministério de Promoção Humana, definindo onde queremos que o Brasil chegue⁶⁸.

O público prioritário constitui-se de pessoas do meio universitário e que tenham experiências com projetos sociais, o que possibilita um conhecimento da realidade para a elaboração de projetos de lei, pois a pessoa com nível educacional elevado, teoricamente, tem conhecimentos para lidar com questões do mundo político ou da área do projeto social desenvolvido. Com isso, os encontros foram promovidos por categorias para abarcar as especificidades desse público-alvo. O grupo que vem ganhando destaque nos eventos é o dos juízes, promotores, advogados e pessoas ligadas ao meio jurídico. Anualmente, é feito um encontro para esse grupo profissional no intuito de que suas decisões sejam fundamentadas a partir dos dogmas católicos, ou seja, no Brasil muitos problemas nacionais são resolvidos e decididos a partir dos votos dos juízes que compõem os órgãos competentes. Logo, havendo pessoas nessas instâncias que militam a partir das bases cristãs, isto poderá beneficiar os interesses da Igreja Católica, assim como os interesses específicos da RCC. Além disso, os advogados podem prestar assessoria jurídica para eventuais problemas na Justiça envolvendo expressões carismáticas nacionais, estaduais e municipais ou para conseguir algum benefício do setor público. Na Figura 10 apresenta-se o cartaz do Encontro Nacional Católico para Magistrados e Membros do Ministério Público realizado em 2012 no estado de São Paulo.

⁶⁸ *Ibid.*



Figura 10: Cartaz do Encontro Nacional Católico para Magistrados e Membros do Ministério Público
Fonte: *Site* nacional da RCC BR

Observando a figura, percebe-se que tanto o tema como o lema do evento dizem respeito à necessidade de reconstrução do Brasil a partir da ótica cristã. O País está inserido em corrupção, injustiças, problemas sociais e econômicos e, para reverter esta realidade, faz-se necessária a atuação dos magistrados e das pessoas ligadas ao serviço público. Com esse intuito, na programação do evento, são trabalhados temas como: as relações entre Igreja e Estado; a realidade da Igreja Católica no Brasil; a inserção da RCC na vida política; a importância do meio jurídico para o catolicismo, para a saúde pública, para educação e para o funcionamento da máquina estatal, dentre outros. Para reforçar a ideia da militância desse grupo profissional ao longo dos encontros são utilizadas músicas:

Creio em Jesus, eu nasci de Deus /E saibam todos que eu amo meu Senhor/Guardo sua lei, eu vou até o fim/E saibam todos que eu amo meu Senhor/Eu venço o mundo, eu sou de Deus/A minha vida só tem sentido se está em Jesus/E esta é a vitória, que vence o mundo/A nossa fé, a nossa fé, a nossa fé, a nossa fé/Não negarei, até o martírio eu vou/E saibam todos que eu amo meu Senhor/Tomo minha cruz, sim eu serei fiel/E saibam todos que eu amo meu Senhor⁶⁹.

A música traz a ideia de que o Brasil vive um momento de guerra em conflito com aqueles que dominam e administram o Estado, logicamente, contrários aos interesses da Igreja Católica. Nesse sentido, a letra da canção acima salienta que existe a necessidade de vencer as mazelas do mundo causadas pelos grupos dirigentes do poder. E a única forma de conseguir isso é a partir da atuação da própria Igreja, tendo como base os valores católicos. A arena política é vista como espaço de combate no qual o exercício de fé católica no meio político é a meta de alcance, isto é, expressões como “guardo sua lei” ou “eu vou até o fim” passam a mensagem de que, independentemente das circunstâncias é preciso manter-se fiel à luta para que o Estado seja “restaurado” de acordo com a vontade da Igreja Católica.

Essa mesma mensagem é utilizada em outros encontros com parlamentares católicos. Com o objetivo de que a atuação parlamentar esteja submissa às diretrizes da RCC são realizados, anualmente, encontros com mandatários e seus assessores. Nesses eventos, os temas das palestras são: a necessidade de “unidade” com as lideranças dos conselhos carismáticos, doutrina social da Igreja, realidade política e socioeconômica do Brasil, história da Igreja Católica, dentre outros. A Figura 11 apresenta um cartaz desses encontros:

⁶⁹ *Nossa Fé* (Juninho Cassimiro), Banda Arkanjos. **Meu Tesouro**. Disco Sonoro. São Paulo: Canção Nova, 2013.



Figura 11: Cartaz do Encontro Nacional de Cura e Libertação para Mandatários Católicos
 Fonte: Site nacional da RCC BR

Por ser tratar de um encontro de “cura” e “libertação”, a mensagem de combate da fé é utilizada com nova roupagem. Para que os parlamentares possam cumprir sua missão de lutarem pelos valores da fé católica, eles precisam ser curados e libertos de quaisquer obstáculos que os impeçam de cumprir essa meta, portanto, o mandatário precisa ser “tratado” espiritualmente. A passagem bíblica “Feliz a nação cujo Deus é o Senhor, o povo que ele escolheu como sua herança” reforça a ideia de que o Brasil é um País que deve ser governado - e as pessoas que moram nele – sob a ótica cristã.

O cartaz traz a imagem de um homem segurando uma cruz, símbolo do catolicismo que representa o caminho para a salvação da humanidade, que se materializa por meio da morte de Jesus. Nesse sentido, o político católico carismático precisa fazer “sacrifícios” para salvar o mundo. Assim, seus projetos de lei, obras sociais, discursos políticos e articulações políticas precisam refletir esse significado. A cruz, ainda, significa obediência e fidelidade, por isso o mandatário não pode atuar de acordo com seus interesses e visão de mundo, mas sim de acordo com a visão da comunidade e os direcionamentos do clero. O

cartaz, ainda, traz a imagem de São Thomas More. Tal “santo” é visto pela Igreja Católica como exemplo de político, que viveu durante o século XVI, na Inglaterra, e foi condenado à morte por não reconhecer, nesse país, a autoridade de Henrique VIII sobre a Igreja Católica. Sendo assim, a ideia é a de que os políticos ligados à RCC independentemente das situações, mantenham-se fiéis aos valores cristãos (REIS, 2011).

Capítulo 4

Candidaturas Católicas Carismáticas

A cada eleição, a RCC lança seus candidatos com o intuito de obter representantes junto aos poderes executivo e legislativo. Neste capítulo discute-se como é feito o acompanhamento dos políticos eleitos em alguns estados, analisam-se as diretrizes da forma como esse acompanhamento precisa ser desenvolvido e discute-se o envolvimento da comunidade Canção Nova na questão política.

4.1 Acompanhamento dos mandatários

Como já visto, desde o final da ditadura militar, membros da RCC tentam se eleger para algum cargo público. Até os anos 90, as candidaturas, em sua maioria, eram de iniciativa do próprio candidato, e por meio de esforços individuais ele articulava apoio entre os carismáticos.

Com o objetivo de padronizar esse apoio aos candidatos, o Conselho Nacional da RCC do Brasil criou diretrizes para orientar como os estados e dioceses devem acompanhar os parlamentares no exercício dos seus mandatos e no decorrer das eleições. De acordo com a Normativa 001-2009, para cada membro da RCC que deseja candidatar-se a algum cargo político, necessariamente, deverá ser instituído um conselho de mandato, o qual tem por finalidade “acompanhar” todas as ações do político. As pessoas que deverão compor tal conselho serão indicadas pela própria coordenação geral da RCC e têm a função de indicar ao mandatário quais ações devem proceder em determinadas situações,

isto é, cabe a esse grupo de pessoas regular e normatizar as ações que o candidato apoiado deve fazer. Assim determina a Instrução Normativa:

4 I. METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL:

I - Refere-se ao sistema ou conjunto de regras e meios, dispostos convenientemente, de forma organizada e sistemática, para estabelecer uma maneira de fazer e o modo de proceder no tocante aos apoios (ou sua negativa) às candidaturas durante o período das eleições; II. PROJETO DE METODOLOGIA – refere-se ao documento escrito que registra a metodologia a ser adotada para um dado pleito eleitoral numa determinada região. III. ESTÁGIO DE ACOMPANHAMENTO – refere-se ao grau de maturidade para acompanhamento do processo eleitoral. Trata-se da etapa na qual aquele determinado conselho discerne sobre sua realidade, condições, experiência e estado de organização, naquele momento, para definir ações e realizar trabalhos. IV. CRONOGRAMA DE AÇÃO – refere-se ao planejamento das etapas de envolvimento de determinado conselho em cada pleito eleitoral. Um cronograma configura-se por uma tabela que disponha, em suas colunas, a relação de atividades e, em sua linha de cabeçalho, as datas de execução das mesmas atividades⁷⁰.

A resolução acima ainda prevê que o presidente e senadores deverão ser acompanhados pelo conselho nacional da RCC; governadores e deputados federais e estaduais orientados pelos conselhos carismáticos estaduais; e prefeitos e vereadores pelos conselhos carismáticos diocesanos. O interessante é que a normativa aponta para questões mais genéricas e deixa a cargo das dioceses a definição das especificidades sobre como deve ser esse acompanhamento. Isso pode ser entendido como uma forma de evitar problemas com o clero local, pois existem realidades em que há interferência do clero na forma como a RCC deve se portar nas eleições.

A instituição de um conselho de mandato é uma tentativa de a RCC subordinar as candidaturas e os mandatos à sua tutela, isto é, a prerrogativa da escolha dos membros do conselho e do indivíduo que será apoiado é uma maneira de manter o controle sobre o seu comportamento, o que se pode observar entre os carismáticos da diocese de Uberlândia, no estado de Minas Gerais.

Em 2008, ficou decidido pelo conselho da RCC dessa cidade, que se fazia necessário apoiar um candidato para o cargo de vereador com o intuito de representar os interesses católicos na câmara de vereadores local. Essa decisão foi tomada em função de

⁷⁰ Disponível <http://www.rccbrasil.org.br/download/RESOLUCAO_RCC_2010_ENF>. Acesso em: 05 set. 2014.

que, já havia muitas eleições, não se apoiava ninguém, pelo fato de, no passado, ter havido dissidências internas entre membros na busca pelo apoio institucional e pelo próprio fracasso eleitoral desses membros que saíram candidatos.

Para iniciar os trabalhos do MFP em Uberlândia, primeiramente, foi escolhido o membro Walquir para ser apoiado ao cargo de vereador e, logo em seguida, instituídos os membros que iriam acompanhar suas atividades. Na Figura 12 pode-se ver a carta convocatória dos membros escolhidos para compor o conselho de mandato:

**Renovação Carismática Católica
Ministério Fé e Política**

Prezado(A):

O Ministério Fé e Política iniciou as atividades, desde o ano passado em nossa diocese. Os objetivos do nosso trabalho são: as orações pelas pessoas, cujo trabalho é na área da política e dentre outras que ainda não descobriram o seu chamado, e ainda atividades relacionadas à cidadania.

Convido vocês que façam parte do conselho político da diocese de Uberlândia, onde Valquir irá se candidatar para vereador nas próximas eleições.

Enfim, peço a colaboração de vocês para esse trabalho, justificando que isso não se trata de uma propaganda eleitoral e sim, um acompanhamento espiritual para o discernimento de sua vocação.

Reunião às 19h30 hs no dia . Na Sede da Renovação Carismática.

Que Jesus abençoe.

Fátima Simamoto
Coordenadora Diocesana Renovação Carismática Católica

Marcos Vinícius de Freitas Reis
Coordenador do Ministério Fé e Política

Figura 12: Carta convocatória
Fonte: RCC Uberlândia

As reuniões eram semanais entre o candidato e o conselho de mandato, e nelas eram discutidas e definidas estratégias para a obtenção de voto. Ficou definido que: (a) o nome de campanha era “Walquir da Renovação” para reafirmar junto ao eleitorado a identidade católico-carismática e, assim, instigar uma identificação com esse candidato; (b) todos os grupos de oração da cidade iriam receber a visita do candidato para distribuir o material de

propaganda, sensibilizar os coordenadores e outros membros para serem seus cabos eleitorais e, se possível, oferecer palestras dentro de um dos momentos do grupo para falar da sua trajetória política e suas propostas. E, ainda, nessa reunião, discutia-se o número que o candidato deveria adotar para melhor fixação junto ao eleitorado, formas de coleta financeira, comissões para estabelecer diálogo com outros movimentos católicos e padres para ampliar o apoio. O interessante é apontar que, a cada reunião, o coordenador do conselho de mandato elaborava um relatório para enviar ao coordenador geral da RCC, que estava atento a todas as atividades desenvolvidas pelo candidato. Na Figura 13 apresenta-se a ficha de cadastro dos membros do grupo de oração para apoio ao candidato:

MINISTÉRIO DE FÉ E POLÍTICA – RCC UBERLÂNDIA

"O Senhor se põe à frente e não se assusta; esturrua sempre no alto, jamais encolhe, cantando que obstrua as vistas do horror. Mas Deus, que hoje se aproxima, que se observa e se põe em prática..." (Deuterônimo 28, 13)

Nome:		
Endereço:		
Ministério:		Telefone:
Grupo de oração:		

SUGESTÃO: _____

APOIOS:

Nome:		
Endereço:		
Ministério:		Telefone:
Grupo de oração:		

Nome:		
Endereço:		
Ministério:		Telefone:
Grupo de oração:		

Nome:		
Endereço:		
Ministério:		Telefone:
Grupo de oração:		

Nome:		
Endereço:		
Ministério:		Telefone:
Grupo de oração:		

Nome:		
Endereço:		
Ministério:		Telefone:
Grupo de oração:		

CONTATOS:

Walquir – 8803-7399

Paulo – 9122-2981 // 3238-4920 (paulohenriqueseriudi@hotmail.com)

Luiz Celso – 9977-6977 // 3237-6969 (celseen@netsite.com.br)

Vinicius – 8803-3258

Severton – 9106-4716 (severton@centershop.com.br)

Figura 13: Ficha de cadastro dos membros do grupo de oração
 Fonte: RCC Uberlândia

No entanto, a questão do acompanhamento por um conselho de mandato não é apoiada por todos os setores da RCC, pois existem membros que pensam que o movimento não deveria apoiar candidatos em função da própria realidade política nacional caracterizada pelo clientelismo, fisiologismo, dentre outras questões. De acordo com a fala de uma das coordenadoras nacionais:

Então, principalmente eu acho que o nosso povo ele tem que receber uma formação, o ministério de fé e política trabalhando juntamente com o ministério de promoção humana ele tem muita contribuição pra dá pra formar no nosso povo uma consciência cidadã, pra explicar pro nosso povo o que é realmente a política, que é a ciência do bem comum e que nós como cidadão, todo cidadão é um ser político porque ele tem que promover o bem comum, mas dá também sem tirar um pouco aquela política clientelista, que pensa assim nós vamos eleger determinado candidato pra que ele consiga verba pra nós, pra que a gente possa realizar nossos sonhos e nossos projetos... não precisa disso! Todo cidadão bem informado, todo grupo que tiver um projeto bom, um projeto de transformação da sociedade, ele pode apresentar esse projeto e conseguir as verbas sem precisar, por exemplo, de um deputado ou um vereador pra fazer isso, claro que é uma volta a mais, mas nós podemos reivindicar os direitos que nós temos junto ao Estado, e principalmente nesse ponto o ministério de promoção humana sabe ensinar como fazer projetos pra conseguir o que a gente quer, então a gente não precisa daquela relação de troca, quando nós elegemos um político é porque nós vemos nele uma pessoa bem formada, assim com consistência, tendo um conhecimento profundo da doutrina social da igreja, tendo um conhecimento assim, sendo estudado, por exemplo as coisas que hoje assolam a nossa família, a nossa sociedade, saber o que dizer quando indagam sobre célula tronco, o nosso político ele tem que saber dizer qual a posição da nossa Renovação Carismática Católica perante esses desafios que a sociedade de hoje apresenta tem que ter uma posição clara, tem que ter uma pessoa que realmente nos represente, que a gente possa se orgulhar daquela pessoa que está ali nos representando e dando respostas para a sociedade, não é qualquer um que pode entrar nesse processo⁷¹.

Na visão do entrevistado, a RCC não deveria focar em apoiar candidatos oficiais e sim oferecer informações para que as próprias pessoas tenham autonomia em escolher seus candidatos, ou seja, não cabe um apoio oficial a um determinado candidato.

Outra questão que divide os carismáticos é a respeito da filiação partidária. Como já foi mencionado, no início dos anos 2000, um grupo de políticos liderados pelo ex-deputado Federal Miguel Martini tentou, sem sucesso, incentivar todas as candidaturas carismáticas a disputar as eleições pelo PHS. A justificativa apresentada dizia que tal partido em seu estatuto e regimentos internos baseava sua proposta ideológica nas diretrizes apresentadas

⁷¹ Entrevista realizada no dia 22/01/2013 com um dos membros do conselho nacional da RCC do Brasil. A entrevista foi realizada no Encontro Nacional de Formação da RCC na cidade de Aparecida-SP.

pela Doutrina Social da Igreja, logo, seria um partido em comunhão com as ideias do catolicismo. Tanto no Paraná como em Minas Gerais houve adesão a essa ideia. Para que isso pudesse ser concretizado, o PHS deveria ter diretórios municipais como base de suporte a essas candidaturas.

Visando a promover a expansão desse partido, Miguel Martini começou a articular com todas as dioceses do estado de Minas Gerais, pois a estratégia era incentivar que os carismáticos se filiassem a esse partido e que toda a diretoria do seu diretório municipal fosse composta por membros da RCC, de tal modo que, haveria, portanto, uma aproximação entre os carismáticos e as questões partidárias do PHS. No entanto, isso não foi muito bem visto pela coordenação nacional da RCC e não houve a adesão de todas as candidaturas em torno desse partido, o que pode ser explicado pela baixa estrutura partidária apresentada pelo PHS. Para suas candidaturas, muitos políticos optavam por partidos maiores, a exemplo do PMDB e PSDB e também pelo fato de a RCC não querer vincular sua imagem a único partido político, com receio de problemas futuros.

Outra questão que divide, quanto à participação dos seus membros no Partido dos Trabalhadores (PT), deve-se ao fato de algumas lideranças entenderem que os partidos devem ser utilizados apenas como instrumento para a chegada ao poder. O candidato não seguirá as orientações partidárias no processo eleitoral ou, caso eleito, na sua atuação parlamentar seguirá, sim, as diretrizes da RCC. Sendo assim, a escolha do partido é algo circunstancial e não ideológico. Opta-se pela agremiação partidária que melhor ofereça estrutura para vencer as eleições. Segundo um coordenador de grupo de oração de São Paulo:

[...] Eu vejo que tem católicos carismáticos que saem candidatos pelo PT e não tem problema nenhum, porque ele não segue os ideais do partido. Ele não segue as ideias do partido. Tem alguns que se candidatam pelas ideias do partido. Tem alguns católicos que são do PT, mas não são ligados às ideias do partido. [...] Usa aquela sigla, porque ele pode conseguir ser eleito, se ele fosse, por exemplo, por outro partido precisaria o triplo de votos. Então, ele vai se filiar no partido que ele acha que tem mais chances⁷².

⁷² Entrevista realizada no dia 22/01/2013 com um coordenador de grupo de oração de Jundiaí - SP, no Encontro Nacional de Formação da RCC na cidade de Aparecida-SP.

Na visão dessa liderança carismática, os partidos políticos não possuem identidade ideológica. O critério de escolha das candidaturas no período eleitoral é outro, pois o partido investe em pessoas que tenham apelo eleitoral junto a algum grupo social. Com isso, o partido tem mais chances de aumentar sua representação política, e, assim, obter outros benefícios, como o fundo partidário e o aumento do tempo no rádio e na TV no período eleitoral. Esses objetivos garantem que os filiados possam defender ideias e votar em projetos de acordo com seu eleitorado e com os grupos financiadores e apoiadores da sua candidatura. Sendo assim, não é contraditório que católicos busquem se eleger e atuar parlamentarmente pelo PT.

Por outro lado, existem membros da RCC que possuem posicionamentos contrários a candidaturas em partidos de esquerda, a exemplo do PT. Seguindo essa linha de raciocínio, essas organizações políticas defendem ideias contrárias à concepção cristã, a exemplo do aborto e do casamento *gay*. Portanto, a candidatura deve ser condizente com os valores cristãos para concorrer nas eleições ou ter atuação parlamentar em partidos de direita, por defender bandeiras conservadoras. Para essa ala, os partidos políticos no Brasil possuem propostas políticas bem definidas, e elas estão contidas em seus estatutos. Como salienta esse membro da RCC:

[...] agora ela como pensamento cristão, ela não pode apoiar um Partido que tenha como uma de suas, um dos seus itens programáticos apoiar o aborto, a Igreja é prontamente contra o aborto as uniões homoafetivas, como devemos dizer hoje, está no programa partidário do PT, a Igreja não apoia e nem pode apoiar, eu não sei como alguns sacerdotes se sentem a vontade de fazer parte do PT com essas questões tão frontais aos pensamentos cristãos⁷³.

Em meio a divergências de pensamento sobre a questão partidária, as candidaturas são lançadas pelos mais variados partidos políticos, assim como os mandatos são exercidos por partidos teoricamente considerados de “direita”, “centro” e “esquerda”. E, para conseguir aumentar sua representação política, o Ministério de Fé e Política tem incentivado que municípios e estados lancem candidaturas oficiais por meio de encontros da temática Fé e Política, nos quais são repassadas as instruções de como os candidatos, os grupos de oração e as novas comunidades devem-se comportar ao longo do processo

⁷³ Entrevista realizada no dia 22/01/2013 com um membro da RCC da cidade de Curitiba PR, no Encontro Nacional de Formação da RCC, na cidade de Aparecida-SP.

eleitoral. As orientações são padronizadas em nível nacional para que o conselho nacional da RCC consiga controlar a participação política de seus membros. Contudo, cada estado tem suas especificidades.

4.2 Candidaturas carismáticas

Nos anos de 1990 e 2000, os carismáticos do estado de São Paulo conseguiram eleger dezenas de vereadores e alguns deputados estaduais e federais. Porém, até hoje, o principal candidato e o mais conhecido é Salvador Zimbaldi. Oriundo de Campinas, onde foi vereador e depois deputado federal pelo PSDB, ele começou sua carreira política sendo influenciado pelo movimento Solidariedade, liderado pelo então político Franco Montoro.

Desde o início da sua carreira política, Zimbaldi conseguiu o apoio de diversas expressões carismáticas. Não eram raras as suas aparições em programas de rádio e televisão e em eventos de massa organizados pela TV Século XI e pela TV Canção Nova. Nos grupos de oração ligados à Renovação Carismática Católica sempre se fazia presente, pregando nessas reuniões de oração e apoiando eventos organizados, a exemplo da Virada Radical, evento organizado em várias cidades do interior de São Paulo com o objetivo de expandir a identidade carismática entre os jovens, pois a programação trazia apresentações de cantores católicos, palestras de cunho catequético, missas e depoimento de pessoas que deixaram as drogas e se converteram ao catolicismo por meio das atividades promovidas pela RCC. Contudo, Zimbaldi perdeu o apoio da TV Canção Nova e de centenas de grupos de oração devido ao seu envolvimento na Operação Sanguessuga.

Em relação à mídia, Zimbaldi conseguiu uma concessão de rádio para a comunidade Canção Nova e a concessão de uma emissora de televisão para o Pe. Eduardo Dougherty, que hoje é o proprietário da TV Século XXI. Como deputado federal, Zimbaldi foi eleito algumas vezes (sendo a primeira legislatura pelo PSDB, depois pelo PSB, pelo PDT e, agora, é presidente estadual do PROS) e sua principal bandeira era contra a descriminalização do aborto e a formação de uma frente parlamentar católica que funcionaria a exemplo da bancada evangélica.

Nas últimas eleições não conseguiu se reeleger para deputado federal. Para estar presente na cena política paulista aceitou a ideia de ser presidente do PROS visando a sua consolidação no estado de São Paulo; e, assim, tornou-se atual secretário do turismo da gestão do petista Fernando Haddad. A sua última exposição na mídia foi relativa à conquista do terreno na cidade de Canas-SP para que a RCC Brasil pudesse construir seu escritório nacional. O interessante é que essa cidade fica próxima às cidades de Aparecida do Norte (cidade turística que, anualmente, recebe milhares de católicos em devoção à Nossa Senhora Aparecida), de Guaratinguetá (cidade do primeiro santo brasileiro) e de Cachoeira Paulista (sede da comunidade Canção Nova), ou seja, a escolha dessa cidade como sede nacional dos carismáticos vem reforçar o turismo católico nessa região. Veja-se o prospecto apresentado na Figura 14.

BOLETIM INFORMATIVO

UMA CASA PARA A RCC BRASIL



Perspectiva em 3D do Escritório Nacional

A Renovação Carismática Católica do Brasil recebe doação de uma área de 90 mil metros quadrados em Canas-SP onde será construída a sua sede. A doação só foi possível graças à sensibilidade política do Prefeito Naldinho e de todos os Vereadores do Município que atenderam ao apelo de Salvador Zimbaldi.



Conselho Nacional, Salvador Zimbaldi, Presidente; Pref. de Canas, Naldinho; Vereador, Marcos Volcan; Presidente do Conselho Nacional da RCC do Brasil, Marcos Volcan; Presidente do Conselho Nacional da RCC do Brasil, Marcos Volcan; Presidente do Conselho Nacional da RCC do Brasil, Marcos Volcan.

É com muita alegria que informamos que a Renovação Carismática Católica do Brasil lançou a pedra fundamental da construção da sua Sede Nacional. Na realidade, muito mais do que uma sede, teremos uma casa para os carismáticos de todo o país. O lançamento aconteceu no Encontro Nacional de Formação para Coordenadores e Ministérios de 2010, que realizou-se em Lorena/SP, de 28 a 31 de janeiro. Segundo o presidente do Conselho Nacional da RCC do Brasil, Marcos Volcan, "trata-se de uma necessidade, visto que um movimento como a RCC, presente em quase todas as dioceses, ainda não possui uma Sede Nacional". A ideia da construção de uma Sede Nacional é um sonho antigo. Há aproximadamente quatro anos, desde que a ideia foi lançada de forma oficial, muitas oportunidades surgiram, entretanto, por diversas razões essas oportunidades não se adequavam com a

necessidade do projeto. Um grande passo foi dado com a doação da área de 90 mil metros quadrados, em Canas/SP, para a construção da sede, anunciada durante o Congresso Nacional da RCC do ano de 2009. Essa doação só foi possível graças às ações de homens comprometidos com a evangelização e que se prontificaram a ajudar. Salvador Zimbaldi foi um dos primeiros a acreditar nesse projeto e intermediou junto ao Prefeito Naldinho, de Canas/SP, a doação da área para a construção, que foi referendada pela Câmara Municipal. O projeto de construção foi aprovado pelo Conselho Nacional da RCC, em outubro de 2009. A sede vai abrigar o escritório administrativo, o Santuário da Beata Elena Guerra, o Centro Nacional de Formação, uma biblioteca e museu, além de uma arena de eventos para 10 mil pessoas e um anfiteatro que irá comportar até três mil pessoas. ■

Faça sua doação para a RCC Brasil através da Conta Corrente 3587-1, operação 003, agência 0495, na Caixa Econômica Federal. Depois envie o comprovante de depósito para o Escritório Nacional: casaderrcc@rccbrasil.org.br.

Figura 14: Lançamento da sede da RCC

Fonte: RCC BR

Após o episódio da operação sanguessuga, a RCC do estado de São Paulo começou a apoiar outros candidatos aos cargos de deputado estadual e federal. Com isso, optou pelo

apoio oficial aos políticos Reinaldo Alguz e Evandro Gussi em função dos resultados eleitorais conquistados na região de Marília (até então, na diocese de Marília fizeram o trabalho do Ministério de Fé e Política, que conseguiu eleger alguns vereadores e o prefeito da cidade de Dracena).

Percebendo que precisaria de um trabalho de mobilização dos carismáticos de São Paulo, desde 2009 a RCC/SP criou o Instituto Thomas More, entidade ligada ao MFP com o objetivo de fornecer profissionalização para o envolvimento político partidário da RCC nas eleições. O instituto é composto por advogados, professores, padres, juízes, cientistas políticos, empresários, marqueteiros e outros profissionais, e oferece subsídios financeiros, doutrinários e estratégias eleitorais para dar condições a seus indicados de se elegerem (REIS, 2011). Nas eleições de 2010 foi escolhido, naturalmente, Reinaldo Alguz para receber o apoio oficial, tendo sido eleito deputado estadual pelo Partido Verde; e o advogado Evandro Gussi, que ficou como suplente de deputado federal. Para ter poder de capilaridade em todas as cidades do estado de São Paulo, os grupos de oração tinham metas de votos a conseguir e todos os fiéis eram responsáveis por convencer 10 pessoas a votarem nos candidatos da RCC. Segundo um dos coordenadores do MFP de SP:

[...] Esse instituto, ele nasce com o projeto de uma forma de ensinar a trabalhar as pessoas da RCC, preparar as pessoas da RCC para o processo eleitoral né? A intenção dele é eleger pelo menos um representante da RCC em cada cidade do nosso estado, nós termos uma pessoa da RCC eleita. Com isso, depois nós podemos fazer outros movimentos né? Tipo: O Congresso Católico de Políticos Católicos ou Congresso Diocesano de Políticos Católicos e com isso a gente vai consolidando um trabalho político dentro das dioceses, dentro da RCC. Se isso vai favorecer o Reinaldo ou não aí só o tempo que vai dizer né? Porque a pessoa, o político que exerce o mandato, a que participa do processo eleitoral, ele precisa de apoios né o próprio partido político que é algo no país hoje que tem se discutido muito, o partido político cobra da pessoa que é eleita certo comprometimento né? Então na eleição, o partido pode querer usar aquele vereador que ele tem como uma captação de votos. Isso é bastante complicado a gente entrar nessa parte, a gente prever algo assim, mas o que o Reinaldo vai conseguir com isso é estruturar uma rede de pessoas que vão conhecer o trabalho dele⁷⁴.

Nas eleições de 2012, os trabalhos do Instituto foram mais expressivos. De acordo com Reis (2011), a RCC/SP conseguiu eleger 41 vereadores. As cidades escolhiam os

⁷⁴ Entrevista realizada no dia 07/09/2011 com um dos coordenadores do MFP/SP, nas dependências de sua casa na cidade de Piquete-SP. A entrevista foi financiada pelo projeto intitulado “Pentecostal and Charismatic Research Initiative” coordenado pelo Prof. Dr. Paul Freston.

candidatos e aplicavam as orientações ditadas pelo MFP. Os políticos eleitos nas eleições de 2014, conseqüentemente, foram Reinaldo Alguz (Deputado Estadual) e, Evandro Gussi (Deputado Federal, ambos pelo Partido Verde.

Durante a campanha, a identidade religiosa católica carismática foi explorada, pois no material de propaganda havia as seguintes informações: os candidatos eram contra o aborto, a liberalização das drogas, defendiam dos valores da família e eram contrários ao casamento *gay*. Outro dado interessante era que, nos santinhos, não se identificava o partido ao qual os candidatos eram filiados; e isso pode ser explicado pelo fato de que o PV, em seu regimento interno, defende pautas contrárias às defendidas pelo público católico. Portanto, a presença dos políticos, nesse partido, é apenas em busca de coligações para conseguirem eleger-se. Pode-se observar isso no material de propaganda mostrado na Figura 15:



Figura 15: Material de Campanha
Fonte: RCC SP

Porém, não foram em todas as regiões de São Paulo que os membros acataram o projeto do Instituto Thomas More. Regiões de Campinas e São Carlos decidiram pelo apoio ao Deputado Federal Salvador Zimbaldi (PROS/SP), Catanduva optou por não apoiar ninguém e São Paulo decidiu pela candidatura de Gabriel Chalita (nas eleições de 2010). Esse posicionamento pode ser observado no depoimento de uma das coordenadoras de grupo de oração da diocese de São Carlos:

Na verdade, não houve cooperação da liderança das outras R.E's, sabe? Dos coordenadores, porque tinha que arrumar lugar, tinha que trazer pessoas, era um encontro que tinha que fazer, né? E parece que as pessoas não se... sabe? Já cada cidade já tinha o seu candidato, já tinha, então as pessoas não estavam interessadas em conhecer aquilo que hoje o professor Felipe tá fazendo junto com outras pessoas. Eles estão fazendo uma escola pra desenvolver a noção certa da política pra poder gerar pessoas que possam trabalhar seriamente na política. Não essa política que ainda existe hoje⁷⁵.

A metodologia do Instituto Thomas More recebeu críticas por parte de outros políticos da RCC. Zimbaldi diz que essas diretrizes não conseguem aumentar a representação católica no Congresso Nacional e nas Câmaras de vereadores do estado de São Paulo porque as dioceses apoiariam apenas um candidato por região. De acordo com esse político, a RCC tem condições de eleger vários políticos por cidade e estado devido ao seu aparato midiático, número elevado de grupos de oração e apoio do clero, citando o exemplo da cidade de Campinas, que conseguiu eleger 4 vereadores em uma única campanha. Segundo o deputado:

Eu acredito que instituto como esses nós já iniciamos lá atrás e fazem um bem muito grande, porém, com uma pequena divergência que é o seguinte, uma coisa é você dar a formação, outra coisa é você definir como fazer uma eleição. Estrategicamente, se for uma estratégia política, eu digo o seguinte “Eu não quero mais, mais que saiam candidatos da RCC porque eu quero ser o único”, mas não, eu por exemplo, disputei com o Stangarlíni, eu disputei com o Evandro Gussi, eu disputei com o Chalita, eu disputei aqui de Jundiáí, que foi deputado federal uma vez, me esqueci o nome que é vereador inclusive, mas eu particularmente sobrevivi junto com o Chalita, Chalita foi um dos eleitos, foi muito bem votado, fui um dos que sobrevivi. Se fosse dentro dessa linha desse instituto, nós teríamos uma dificuldade muito grande porque? Porque poderia sair um único candidato, uma única candidatura, e nós entendemos que a igreja ela não pode se fechar, por exemplo, em uma questão partidária, ela não pode fechar em uma única candidatura, ela tem que ser ampla e o espaço de todos, e

⁷⁵ Entrevista realizada no dia 22/04/2013 com um coordenador de grupo de oração da cidade de São Carlos - SP.

de outro lado, eu acho que a escolha dos partidos, e se nós queremos transformar uma sociedade, nós temos que preocupar com a questão dos partidos, e eu particularmente na questão do Reinaldo Alguz e do Evandro Gussi, que procuram fazer um trabalho desses de instituir candidaturas únicas em cada uma das cidades, etc. [...].⁷⁶

Outro político conhecido pelo eleitorado carismático é Gabriel Chalita. Desde o início da sua carreira política sempre esteve próximo à comunidade Canção Nova (parte da chácara em que foi construída a sede nacional da Canção Nova foi doada pela sua família). Natural de Cachoeira Paulista, município onde foi vereador, tem parentes ocupando o cargo de prefeito e outros cargos públicos. Filiado ao PSDB foi secretário de educação na gestão do governo Serra, mas, com pouco espaço no PSDB, migrou para o PSB, no qual foi eleito deputado federal, em 2010. Logo em seguida, filiou-se ao PMDB para tentar, em 2012, a candidatura para a prefeitura de São Paulo, mas não conseguiu se eleger, tendo, então, se filiado ao PROS para ser vice-prefeito na chapa da reeleição do então prefeito petista Fernando Haddad (na gestão desse prefeito ele ocupa a secretaria de educação).

No estado do Paraná, a característica principal é a de que os políticos apoiados pela RCC são escolhidos pelos padres e bispos, isto é, com a intervenção do episcopado católico nas decisões políticas partidárias a autonomia de escolha dos representantes é anulada. Essa metodologia é comum naquele estado.

[...] Só que assim, quando Dom Moacir conversou com o Luiz César na Mitra de Curitiba, ele disse “Olha Luiz César, os focolares têm a economia de comunhão, os cursilhos de cristandade, têm os projetos de evangelização em hospitais, ambos os movimentos possuem pessoas que participam da política, inclusive secretários de estado”. Então o bispo começou a questionar a gente assim nesse sentido de pessoas na política. E o Dom Moacir disse “Eu indico o nome do Juraci Luciano para que a RCC o acompanhe nas eleições”. Dom Moacir já conhecia o Juraci, já tínhamos amizade com ele, o chamávamos de Jura, e eu disse “Olha Luiz Cesar, o Juraci participa da RCC, me parece muito fiel, não sei o que vocês acham dele, mais o pouco que observo e conheço eu acho que é um bom nome para ser acompanhado”. Então a primeira indicação foi do Juraci. Ele foi indicado pelo bispo como deputado federal. [...] Dom Laurindo chamou Luiz Cesar e disse “Olha, Luiz Cesar, eu sei que vocês estão fazendo esse trabalho de acompanhamento político, mais eu quero (na realidade em Foz do Iguaçu ele elegeram Gessani como vereador, então eles já tinham a experiência do acompanhamento de mandato) e acho justo a RCC acompanhar o Gessani. Eu particularmente gostaria que o nome dele fosse”. Isso foi uma solicitação da Igreja, dos bispos, se os outros bispos tivessem pedido, se Maringá tivesse

⁷⁶ Entrevista realizada no dia 25/05/2011 com o ex-Deputado Federal, Salvador Zimbaldi; Dra. Brenda Carranza e financiada pelo projeto intitulado “Pentecostal and Charismatic Research Initiative” coordenado pelo Prof. Dr. Paul Freston.

pedido, porque nós tínhamos o nome de Maringá, se Toledo tivesse pedido, tínhamos nome também, Jacarezinho tivesse pedido, tínhamos acatado. Como foi apenas o bispo de Foz que pediu acatamos⁷⁷.

Para conseguir eleger os dois deputados estaduais, a RCC/PR dividiu o estado em regiões nas quais cada candidato atua sem intervir na área do outro; além disso, há a ajuda de padres e bispos para tentar eleger os candidatos. Neste modelo, é comum que padres e bispos apareçam publicamente nas campanhas. Existe a tentativa de que o padre ou bispo consiga por meio da sua influência sobre os fiéis, captar votos. No discurso, o clero elenca as atribuições do candidato como honesto, trabalhador, fiel à igreja dando a certificação de que será um representante da comunidade católica (algo muito comum entre as Igrejas Pentecostais). Veja-se o exemplo da Figura 16:

⁷⁷ Entrevista realizada no dia 22/01/2013 com um coordenador de grupo de oração do estado do Paraná, no Encontro Nacional de Formação da RCC na cidade de Aparecida-SP.

CPJ/Candidato: 20.518.181.0001-06

PHS **DIEGO GARCIA 3131**
O candidato da Renovação

Coligação: Educação e Trabalho com Sustentabilidade
 PHS/PROS/PSDC/PEN/PTB/PMN

“É uma alegria enorme saber que o irmão Diego se apresenta como candidato a Deputado Federal, é uma alegria não humana, mas no espírito. É uma perspectiva segura para apoiar com nosso voto, nossa propaganda e com nossa força, eu o apoio firmemente porque sei que é um jovem que não tem medo de encarar este desafio, pois ele manifesta a parresia e a fortaleza do novo pentecostes, é um candidato excelente, bendito seja Deus”.

Dom Azcona
 (Bispo da prelazia de Marajó - Pará)

#EuApoioDiegoGarcia3131

Figura 16: Material de Campanha
 Fonte: RCC PR

Uma das ações desse parlamentar é implantar atividades da RCC dentro da Câmara dos Deputados. Assim iniciaram-se as atividades de um grupo de oração com o público-alvo constituído por políticos e servidores públicos daquela instituição, como mostra a notícia abaixo:

Quarta-feira, às 8h30. Esse é o dia e horário em que se reúne, na Câmara dos Deputados, em Brasília um novo Grupo de Oração. Denominado Beata Elena Guerra, a iniciativa é do deputado federal Diego Garcia, eleito pelo PHS do Paraná, em parceria com membros da Renovação Carismática Católica da capital e do Estado do Paraná, além de outros parlamentares. A implantação do primeiro Grupo de Oração na casa legislativa foi marcada por uma missa, presidida pelo bispo auxiliar da Arquidiocese de Brasília, Dom José Aparecido. A celebração

ocorreu na quarta-feira (27) e enviou em missão os servos que irão conduzir o novo grupo. Diego Garcia faz parte do Ministério de Pregação da RCC e conta que a iniciativa foi considerada ousada por muitas pessoas, entretanto, seu desejo é fazer do Congresso um lugar onde Deus habita, com ações pautadas pela fé: “Desde o início, este sonho esteve no meu coração e no coração dos membros do Ministério de Fé e Política”, destacou o parlamentar. Para o coordenador estadual do Ministério de Fé e Política da RCC do Paraná, Reinaldo Batista, o Grupo de Oração é um grande projeto de Deus. “Pedimos a oração de todas as pessoas ligadas ao movimento da RCC para que o Espírito Santo guie o nosso representante nessa missão”, frisou⁷⁸.

No estado do Rio de Janeiro, a posição adotada (não em todas as dioceses) é que a RCC não deve apoiar nenhum candidato. As razões pelo não envolvimento político devem-se ao fato de que, no passado, houve dissidências internas por se escolher um candidato e não o outro. Pode haver uma orientação do bispo para que os movimentos católicos não lancem candidatos ou haja problemas com políticos locais. Mas, mesmo perante a postura de não incentivo, carismáticos lançam-se ao pleito eleitoral por iniciativas pessoais, ou seja, cabe ao indivíduo toda a responsabilidade sobre a sua campanha, desde os recursos financeiros até as estratégias de marketing e a busca de apoiadores. Segundo um seminarista ligado à RCC/RJ:

[...] O bispo dá algumas orientações, mas eu ainda não tive muito contato com essa realidade, mas dentro da RCC percebo que em sua maioria são pessoas que querem mesmo a mudança, na minha diocese o candidato Ivan, concorre ao cargo de vereador, mas ao mesmo tempo ele não se utiliza da RCC para se candidatar ele se usa da sua própria imagem e suas atitudes para se candidatar, em nenhum momento ele pede para que o movimento o apoie, mas com a vivência dele ele mostra e cativa a todos que ele deve ser eleito, não chegou o dia, mas vai chegar o dia dele ganhar, quando chegara hora o espírito santo vai mostrar, na minha paróquia mesmo se fez uma corrente em torno de um candidato que não teve nem 800 votos, e acho que há outros meios de favorecer isso e a RCC com a consciência que os católicos devem se misturar na política não devem como eu poderia dizer, não podem transformar a igreja em um comício mas devem fazer valer seus princípios também nesse meio, para que haja um equilíbrio dentro da classe, e não uma classe favorecida e as outras estejam lá em baixo e que tenha uma comunhão entre os irmãos o que foi que Jesus tentou fazer⁷⁹.

No estado do Amapá não existe o MFP na região para se adotar o modelo de formações sobre a temática Fé e Política na formação político-partidária dos membros. Os

⁷⁸ Disponível em: <<http://www.rccbrasil.org.br/institucional/component/content/article/1-grupo-de-oracao/1049-grupo-de-oracao-e-implantado-na-camara-dos-deputados-em-brasilia.html>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

⁷⁹ Entrevista realizada no dia 22/01/2013 com seminarista ligado à RCC/RJ, no Encontro Nacional de Formação da RCC na cidade de Aparecida-SP.

encontros podem ser promovidos pela RCC ou pela própria diocese, pois essa modalidade é comum no estado. A Renovação Carismática Católica do estado do Amapá não institucionalizou o Ministério de Fé e Política. A visão das lideranças é similar à visão dos pentecostais dos anos 80, de que a política partidária é um espaço “demoníaco”. A política é dominada por “entidades malignas”, e nela não pode haver envolvimento direto das instituições religiosas. Segundo um dos coordenadores de grupo de oração da Diocese de Macapá:

[...] Olha, primeiro na minha visão, é uma questão dos líderes da renovação, das pessoas que estão à frente, eles veem, a percepção deles sobre a política é como a maioria das pessoas, é algo ruim, algo impuro até, é algo perigoso. A visão que eles têm é de que se meter, se relacionar com as questões políticas é algo que vai levar para o mal, é algo sedutor, é como um espaço muito sensível habitado por uma entidade mal até, então eles veem a religião na minha visão como algo ruim, algo distante da vida religiosa. E, por outros fatores também, acredito que pela cultura, não é muito comum, no nosso Estado, sujeitos religiosos ligados à igreja católica intensamente não só da renovação, mas voltado pra renovação, eles não são muito envolvidos em questão religiosa, o movimento, por exemplo, não apoia nenhum, nem nunca apoiou. E pelo que eu sei, e acho difícil apoiar aqui na nossa realidade, a orientação é esta, que o movimento, a instituição, o movimento Renovação Carismática Católica no Amapá, ela não apoia nenhum tipo de candidatura⁸⁰.

A política partidária é vista como algo que poderá contaminar e desvirtuar os objetivos de catequização da RCC/AP. Portanto, trabalhar com candidaturas oficiais, usar os grupos de oração como cabos eleitorais ou desenvolver estratégias de marketing e financeira em torno de campanhas políticas não é algo que condiz com a prática católica carismática amapaense. De acordo com Lobato (2013), a política partidária amapaense é caracterizada por práticas clientelísticas, corporativistas e personalistas. Historicamente, são políticos membros das famílias “Góes” ou “Capiberibe” ou parlamentares apadrinhados por essas famílias que se revezam à frente da administração do governo estadual e municipal de Macapá. E, para serem eleitos, eles utilizam-se da prática da compra de votos e da promessa de cargos públicos por meio de contrato sem processo seletivo. Para evitar problemas políticos e não associar sua imagem a essa realidade política local, as diretrizes da Diocese de Macapá acerca do envolvimento das entidades católicas na política partidária determinam que nenhuma expressão católica tenha vínculos

⁸⁰ Entrevista realizada no dia 04/07/2014 com o coordenador de grupo de oração, em sua residência, na cidade de Macapá-AP.

institucionais com candidatos ou partidos políticos. Portanto, diáconos e padres estão proibidos de apoiar, publicamente, qualquer político. De acordo com a visão do Diácono:

[...] agora o que eu percebo hoje é que a Igreja não quer um envolvimento direto com a política, assim receber benefícios isso eu percebo que o nosso Bispo não é a favor de beneficiado assim vamos dizer ele prefere que o político faça o bem para a sociedade aconteceu muito isso na RCC, de alguns candidatos eles favorecerem, assim se eu me eleger eu vou dar um terreno pra RCC, se eu me eleger eu vou conseguir isso pra RCC, isso já demonstravam que eles não estavam com boa intenção, porque nós queremos políticos que façam política para todos e não que vão beneficiar a RCC, não é esse o interesse e não deveria ser esse o interesse na RCC e da Igreja eleger políticos que vão trazer benefícios para a Igreja e para RCC, mas políticos que estejam comprometidos com valores cristãos que vão fazer leis justas essa é a visão que eu tenho e que é a visão de Dom Pedro inclusive, mas eu vejo como ele trouxe a escola de Fé e Política pra cá e que os leigos, eles se envolvessem mais com a política fossem mais conscientes e pudessem interferir mais no futuro do Estado⁸¹.

A determinação da proibição do envolvimento político-partidário institucional reflete a postura da RCC/AP acerca do seu envolvimento na arena política. Para evitar conflitos com o clero local, faz-se a opção por não apoiar ninguém e elaborar outras estratégias para eleger representantes. É adotado o modelo proposto pela Diocese de Macapá denominado “candidaturas avulsas”. Na visão de um coordenador de grupo de oração de Macapá:

[...] Ela se lance em nome de si própria, não em nome da igreja, não em nome de X movimento, não em nome da Renovação Carismática, mas de iniciativa própria, como cristão católico, pessoa que sente o desejo, o chamado de DEUS pra mudar, pra transformar a realidade, este sim. Inclusive tinha algum tempo, teve algum tempo essa Escola de Fé e Política, justamente pra preparar líderes para que tenham a vocação da política partidária se engajarem⁸².

De acordo com essa metodologia de trabalho, o sujeito, por atributos e prerrogativas próprias, participa do processo eleitoral. O envolvimento da igreja consistiria na formação política do indivíduo com a participação da Escola de Fé e Política promovida pela diocese. Teoricamente, a pessoa eleita conduziria o seu pleito pautado nos valores cristãos e representaria os interesses institucionais da Igreja Católica nas instâncias deliberativas. A partir dessa realidade, membros da RCC/AP participariam desses encontros de fé e política e se lançariam candidatos aos pleitos eleitorais. Caso conseguissem se eleger, a “formação”

⁸¹ Entrevista realizada no dia 08/07/2014, com um Diácono ligado a RCC/AP, em sua residência, na cidade de Macapá-AP.

⁸² Entrevista realizada no dia 25/08/2014, com um coordenador de grupo de oração ligado ao RCC/AP, em sua residência, na cidade de Macapá-AP.

obtida garantiria que os carismáticos amapaenses estivessem representados na arena política local:

[...] Houve algumas, nosso Bispo está há pouco tempo, mas o Bispo anterior Dom João Rifati, ele encorajou a fazermos com orientador espiritual da época um frei Cappuccino a fazer encontros para trabalhar a parte de política, inclusive nas épocas das eleições ele trazia os candidatos pra, expor os que queriam expor os seus projetos, de trabalho seus planos de trabalho e, agora, o Dom Pedro, ele instituiu na arquidiocese o curso de fé e política, ele trouxe pessoas de fora, ele trouxe os assessores da CNBB pra cá, pra dar aos leigos para o laicado geral não era direcionado especificamente para a RCC, o material que o Dom João mais dava pra gente era o material da CNBB, a cartilha que eles editavam, os documentos que eles davam e falavam de política era esse o material que a gente utilizava ele procurava também na homilias né,⁸³.

Ao mesmo tempo em que a RCC garante que seus membros disputem as eleições, a diocese de Macapá consegue controlar e instrumentalizar a participação política partidária da comunidade católica, ou seja, tanto os bispos como as lideranças da RCC acreditam que essa metodologia não divide a comunidade católica internamente em função das escolhas dos políticos a serem apoiados.

E, nesse contexto, surgem candidatos que nas eleições exploram suas identidades religiosas, como é o caso do candidato que, nas eleições de 2014, tentou vaga para a Assembleia Legislativa do estado do Amapá (Figura 17).

⁸³ Entrevista realizada no dia 08/07/2014, com um Diácono ligado ao RCC/AP, em sua residência, na cidade de Macapá-AP.



Figura 17: Material de Campanha
 Fonte: Arquivo do Candidato

O nome adotado por ele na campanha, “João de Deus”, indica que é uma pessoa preparada pelo “sagrado” para a vida política, o que equivale a dizer que possui características comuns para um cristão, tais como: honestidade, solidariedade, caridade, instrução educacional, trabalhador, ou seja, o fato de ele pertencer a Deus naturalmente lhe dá atributos do universo cristão. Adotar o nome popular “João” implica dizer que conhece bem os problemas socioeconômicos do povo amapaense, tendo sua origem nessa realidade.

O uso do bordão “Renovar é preciso” faz alusão à proposta da Renovação Carismática Católica que, da mesma forma, tem por objetivo “renovar” a catolicidade das pessoas. Portanto, o candidato leva para a política a ideia de que precisa mudar toda a realidade corrupta da política amapaense. Certamente, sua representação política será pautada pelos valores cristãos, na defesa dos interesses da Igreja Católica. O próprio destaque para as cores azul e amarelo fazem alusão a essa ideia. O candidato é a “luz” que resolveria os problemas políticos do estado do Amapá.

A foto da Figura 18 mostra um dos momentos da campanha eleitoral: uma reunião promovida pelo candidato com pessoas carentes no intuito de mostrar suas propostas e

pedir seus votos. O evento é iniciado com o momento de oração, característica das atividades carismáticas, e exploram-se gestos corporais como braços levantados, mãos dadas, palmas, músicas e orações espontâneas.



Figura 18: Campanha eleitoral
Fonte: Acervo do Candidato

A linguagem religiosa é utilizada para tentar angariar votos da comunidade católica carismática do estado do Amapá. Essa forma de fazer política não é representar uma “renovação” na maneira de conduzir a política partidária, mas sim reproduzir práticas clientelistas. Pode-se perceber isso pelo procedimento dos candidatos posicionarem representantes da comunidade religiosa a trabalharem pelos seus interesses em troca do voto (GRUMAN, 2005). E, nesse estilo de fazer política, padres acabam apoiando, publicamente, candidaturas católicas carismáticas e não, seguindo as diretrizes da Diocese de Macapá, como demonstra uma coordenadora de um grupo de oração ligado à RCC/AP:

[...] tem uma Missa aqui de quinta-feira, que na missa essa pessoa está sempre lá, ele é uma pessoa de caminhada dentro da Igreja Católica, assim ele tem espaço livre e tem um programa aqui que ele apresenta, e teve esse Padre que estava mais próximo dele deu toda a abertura, não na questão de pedir voto durante a

missa, não é isso, mas a questão de estar lá estar se identificando, não deixando claro, mas nas entrelinhas ele deixava claro o apoio dele⁸⁴.

Toda essa movimentação nas eleições revela uma tentativa dos católicos carismáticos de elegerem seus representantes. Com apoio institucional ou não, existe por parte das lideranças da RCC/AP o intuito de se fazerem presentes na política partidária, no sentido de garantir a presença e a influência católica nas questões deliberativas da vida pública do estado do Amapá. A Comunidade Católica Canção Nova sempre teve vínculos muitos estreitos com a política e, como já foi visto, sempre apoia candidatos em função dos interesses de expansão dos seus meios de comunicação e da busca de investimentos públicos para seus projetos sociais. Este apoio torna-se visível pela presença dos políticos como apresentadores em seus programas, com o objetivo de popularizarem suas imagens.

Com o intuito de aproximação, o governo petista implantou, em sua grade de programação, um programa comandado pelo então Ministro da Comunicação Social, Edinho Silva. O conteúdo do programa mostrava projetos sociais realizados pela Igreja Católica misturados com cânticos de inspiração carismática, sendo uma forma encontrada para aproximar o público, fazendo-o identificar-se com os fundamentos da teologia da libertação. Contudo, nas primeiras exibições do programa, os setores conservadores da própria emissora e do seu público fizeram um manifesto nas redes sociais e entre o clero para que o programa fosse tirado do ar, alegando que a TV Canção Nova estava passando por um processo de comunização. Em função da pressão, a direção da TV resolveu tirar da sua grade de programação todos os programas comandados por políticos:

A rede Canção Nova, emissora de TV e rádio ligada ao movimento católico Renovação Carismática, resolveu tirar do ar os programas comandados pelos deputados federais Gabriel Chalita (PMDB-SP) e Eros Biondini (PTB-MG), pelos estaduais Edinho Silva (PT-SP), Paulo Barbosa (PSDB-SP) e Myriam Rios (PDT-RJ), e pela primeira-dama paulista, Lu Alckmin, informa o “Painel”, editado por Renata Lo Prete e publicado na Folha desta segunda-feira. Embora a decisão tenha sido tomada no atacado, o elemento precipitador foram as reações negativas de fiéis e lideranças da igreja à recente incorporação de Edinho, presidente do diretório estadual petista, ao quadro de apresentadores da Canção Nova. Conexões “Justiça e Paz”, o programa de Edinho, estreou em 3 de novembro tendo como convidado Gilberto Carvalho. Principal mentor político do deputado petista, o secretário-geral da Presidência foi também articulador da aproximação entre a campanha de Dilma Rousseff e a Canção Nova no segundo

⁸⁴ Entrevista realizada no dia 20/03/2014 com o coordenador de grupo de oração ligado à RCC/AP, em sua residência na cidade Macapá-AP.

turno da eleição presidencial. Até então, a candidata vinha sendo duramente combatida por religiosos da Renovação Carismática⁸⁵.

Outra polêmica aconteceu no decorrer das eleições de 2010. Depois de ter organizado em sua sede, em Cachoeira Paulista, um debate com os presidentiáveis daquele ano, o Padre José Augusto, em uma de suas homilias, em missa transmitida ao vivo pediu para que os fiéis não votassem no PT. O padre alegava que o partido defendia valores não cristãos e obrigaria os padres a realizarem casamento entre pessoas do mesmo sexo; e, ainda, que dificultaria a liberdade de expressão das entidades religiosas. Tal vídeo estremeceu as relações com o PT, e a presidente Dilma Rousseff cogitou tirar a concessão da TV dessa ala carismática.

⁸⁵ Disponível em: <<http://blog.missadesempre.com/2011/11/cancao-nova-retira-todos-os-programas.html>>. Acesso em: 20 jan. 2016

Conclusão

Ao longo dos capítulos, pôde-se perceber que, a cada eleição, a Renovação Carismática Católica tem incentivado os seus membros a concorrerem a cargos nos poderes executivo e legislativo e, em alguns pleitos, vem obtendo votações expressivas.

Para que isso aconteça, a RCC busca apoiar candidaturas oficiais. Entende-se por candidaturas oficiais as daquelas pessoas que possuem o apoio institucional para algum cargo político no período das eleições. É natural que, nas dioceses, o conselho da RCC escolha o político e, a partir da escolha, inicie uma série de estratégias para conseguir sua eleição. Em geral, pede-se que os grupos de oração façam campanha nas redes sociais, visitas nas casas e mobilização nas igrejas para angariar votos e divulgar suas propostas. É natural que o candidato apareça em programas de rádio e televisão para divulgar suas ideias, ou mesmo participe de eventos da RCC, sempre comentando assuntos relacionados ao universo político.

Percebe-se que o clero se envolve na participação político-partidária dos carismáticos, e não são raros os momentos em que aparece apoiando candidatos escolhidos pelos carismáticos, mobilizando as pessoas para angariar votos e ainda, em eventos ou nos veículos de comunicação, criticando abertamente candidatos ou partidos que, no seu entendimento, vão contra os princípios católicos. O interessante é que o campo político da RCC está em processo de consolidação. Os estados estão se organizando, buscando profissionalização na gestão e adotando estratégias bem consolidadas para oferecer estrutura financeira, política e partidária visando eleger seus representantes.

Como visto no capítulo 1, percebe-se que esse fenômeno da participação dos grupos religiosos na arena política está relacionado ao processo de secularização

vivenciado em várias partes do mundo. As religiões modificam suas estruturas para se adequarem às novas realidades, cujas identidades são exercidas por seus atores com o intuito de influenciar os setores da sociedade. No Brasil, percebe-se esse processo; constata-se uma queda substancial do catolicismo no Brasil em número de adeptos e o surgimento de outros grupos religiosos que disputam espaços com a Igreja Católica, isto é, conclui-se que as religiões não desapareceram com o advento do Estado Laico, mas sim, que houve o surgimento de novos movimentos religiosos em função das necessidades do público-alvo. No primeiro capítulo também foram apresentados os dados do IBGE acerca do número de fiéis e como se dá a competição entre os grupos religiosos no Brasil.

No segundo capítulo, verificou-se que, na redemocratização, houve: (a) diminuição da censura; (b) volta do multipartidarismo; (c) garantia do exercício das diversas formas de liberdade em lei de tratamento isonômico para todos os grupos sociais; e, enfim, (d) conquista de direitos para o cidadão brasileiro, pois vários grupos sociais viam, na participação política partidária, uma maneira de garantir seus interesses na política e, assim, legitimar o seu grupo. Pode-se observar isto com os evangélicos, sobretudo os pentecostais, os quais foram obtendo expressivo e significativo crescimento no número de fiéis, em consequência da expansão de suas Igrejas, e combatendo a influência do catolicismo na esfera pública, tendo o sistema político como um meio para conseguir objetivos que privilegiem interesses relativos ao poder e dinheiro, esquecendo, muitas vezes, dos cristãos que deram os seus votos em busca de um ideal de vida melhor.

Paralelamente a isso, a Igreja Católica vem apoiando entidades ligadas a ela para lançar candidatos. Nesse contexto, a inserção dos carismáticos católicos na arena política brasileira teve início logo após a redemocratização e a formulação da Constituição de 1988, com a eleição do ex-Deputado Federal Osmânio Pereira (PSDB/MG). E, nas eleições subsequentes, o movimento conseguiu eleger vereadores, prefeitos e deputados estaduais e federais.

Nos capítulos 3 e 4, foram analisados o material de propaganda, as entrevistas e outros materiais pertinentes à participação política dos católicos carismáticos. Percebeu-se que, muitos dos discursos defendem projetos de lei que proíbem métodos abortivos, pornografia, eutanásia e pesquisa com células-tronco; coíbem a liberdade nos meios de

comunicação; combatem os direitos dos homossexuais; e combatem a violência. E, ainda, defendem projetos que tentam buscar benefícios sociais para as diversas entidades ligadas à Igreja Católica, a exemplo da Renovação Carismática Católica.

No período eleitoral, as candidaturas exploram ao máximo a identidade católico-carismática para serem eleitas. Sempre aparecem, nas fotografias, padres e bispos ao lado de lideranças católicas leigas, pois os candidatos recorrem a trabalhos midiáticos com o intuito de popularizar suas imagens para apresentarem-se em eventos de massa como homens preparados para o mundo da política e que “salvarão” as estruturas burocráticas dos inimigos da fé que são o secularismo, o paganismo, o comunismo e o ateísmo.

Percebeu-se nesta pesquisa que as candidaturas crescem, e há um aumento do número de parlamentares que defendem posturas conservadoras. Nesse contexto, é natural que católicos e evangélicos aproximem-se para trabalhar juntos em torno de algumas temáticas, sobretudo na tentativa de minar as candidaturas ligadas ao Partido dos Trabalhadores, alegando que estas defendem posições contrárias aos seus interesses.

Nesse sentido, a militância carismática nos organismos deliberativos da política brasileira faz com que a Igreja Católica tenha representação. Elegendo políticos, ela consegue articular para que os interesses institucionais do catolicismo no Brasil sejam mantidos ou até mesmo ampliados.

O que se percebeu ao longo da pesquisa é que a RCC busca um processo de profissionalização nas suas atividades político-partidárias. A cada eleição que passa são agregadas às estratégias eleitorais mais investimentos, um trabalho mais próximo aos partidos, e a incrementação do número de intelectuais para pensar a ação política, dentre eles advogados, médicos, administradores, filósofos, cientistas políticos e setores do clero. Percebeu-se também que os padres e bispos pouco interferem nas ações políticas dos carismáticos. Isto pode ser explicado pelo fato de a RCC ser uma organização autônoma da CNBB e organizada essencialmente por leigos. Logo, as iniciativas de envolvimento na arena política dão-se de modo individual pelo militante carismático ou pela própria coordenação paroquial, estadual ou nacional da RCC. Assim, o papel dos padres fica limitado ao apoio institucional por meio da sua imagem exposta no material de propaganda

ou por pronunciamentos oficiais em eventos católicos de massa advertindo o povo católico em quem votar e em quem não votar, e apontando quais pautas devem definir o voto.

Percebeu-se ainda que a ação política dos carismáticos está em processo de mutação. Com a queda do número de católicos o aumento do número de evangélicos e de sem religião e a maior diversificação no campo religioso, a Igreja Católica, por meio da RCC, busca um modelo de como agir politicamente. Assim que o campo religioso estabilizar-se nas próximas décadas tal “perfil” estará mais consolidado. *A priori*, o que se detecta é que cada estado possui uma forma específica de envolver-se na política. Algumas dioceses contam com apoios formais a determinados candidatos, outros estados contam com apoio a partir das iniciativas individuais e outros apenas proibem seus membros de participarem do processo.

Referências

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BARRETT, David; TODD, Johnson. The Catholic Charismatic Renewal, 1959-2025. In: PESARE, Oreste (Ed.). *Then Peter Stood Up...* Vatican City: Internacional Catholic Charismatic Renewal Services, 2000. p. 118-31.

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. *Cultura Política Brasileira, Práticas Pentecostais e Neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)*. 2007. São Bernardo do Campo. Tese de doutorado em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

BERGER, P. L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.

_____. A Dessecularização do Mundo: uma visão global. *Religião e Sociedade*, CER/ISER, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 1, p. 9-23, 2001.

BETTO, Frei. *O que é comunidade eclesial de base*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BORGES, Tiago Daher Padovezi. *Representação política e a presença dos evangélicos na política partidária*. 2007. Tese (mestrado). Universidade de São Paulo – Departamento de Ciência Política, São Paulo, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.

BURITY, J. A Religião e Política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Revista de Estudos da Religião*, n. 4, 2001.

BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores Campos (Org.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Ed. Massangana, 2006.

CANCIAN, Renato. *Igreja Católica e ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Nova Alexandria Claridade, 2011.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Os Novos Movimentos Religiosos no Brasil analisados a partir da perspectiva da teologia de Paul Tillich. *In: Revista Eletrônica Correlatio*. n. 3, 2003.

_____. De políticos de Cristo – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. *In: J. BURITY; M. D. Machado. Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Editora Massangana, 2006.

CAMPOS JR., Luiz de Castro. *Pentecostalismo: Sentidos da Palavra Divina*. São Paulo: Geográfica, 1995.

CAMURÇA, Marcelo. Renovação Carismática Católica: entre tradição e modernidade *Revista Rhema*, v. 7, n. 25, 2001.

CARLETTI, Ana. *O internacionalismo vaticano e a nova ordem mundial: a diplomacia pontifícia da Guerra Fria aos nossos dias*. Brasília: FUNAG, 2012.

CARRANZA, Brenda. *Renovação Carismática: origens, mudanças, tendências*. Aparecida: Editora Santuário, 2000.

CARRANZA, Brenda; CAMURÇA, Marcelo; MARIZ, Cecília. *Novas Comunidades Católicas: busca de espaços na pós-modernidade*. São Paulo: Editora Santuário, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASANOVA, José. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

_____. Dimensiones públicas de la religión en las modernas sociedades occidentales. *Iglesia Viva*, p. 178-179; 395-410, 1995.

CELAM. *Conclusões da Conferência de Medellín – Texto Oficial – Trinta anos Depois Medellín é ainda atual?* São Paulo: Paulinas, 1998.

_____. *Conclusões da Conferencia de Puebla – Texto Oficial*. São Paulo: Paulinas, 1979.

CHENUST, Andrew. *Competitive Spirits: Latin America New Religious Economy*. Oxford: Amazon, 2003.

CLEARY, Edward. *The Rice of Charismatic Catholicism in Latin America*. Florida: Amazon, 2011.

COSTA, Moab Cesar Carvalho; PANTOJA, Vanda. Faces do pentecostalismo brasileiro: a Assembleia de Deus no Norte e Nordeste. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 245-271, jul.-dez. 2013.

DELLA CAVA, Ralph. A Igreja e a Abertura, 1974-1985. In: KRISCHKE, Paulo J.; MAINWARING, Scott (Org.). *A Igreja nas bases em tempo de transição*. Porto Alegre: L&PM/CEDEC, 1986. p. 13-46.

DELLA CAVA, R.; MONTEIRO, P. *E o verbo se faz imagem: Igreja Católica e os meios de comunicação do Brasil*. São Paulo: Paulinas; 1992.

FIGUEIREDO FILHO, Valdemar. *Entre o palanque e o púlpito: mídia, religião e política*. São Paulo: Anablume, 2005.

FONSCECA, Alexandre Brasil Carvalho da. *Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil: um estudo sobre a participação dos principais atores evangélicos na política (1998-2001)*. 2002. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. *Relações de Privilégios Estados, Secularização e diversidade Religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos Editora, 2011.

_____. *Secularização, Pluralismo Religioso e Democracia no Brasil: Um estudo sobre evangélicos políticos nos 90*. 2002. Tese de Doutorado, Sociologia. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

FRESTON, P. As Duas Tradições futuras: católicos, protestantes e sociedade na América Latina. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 12, n. 12, p. 13-30, out. 2010.

_____. *Os Protestantes e a Política no Brasil*. Campinas/São Paulo. Tese Doutorado em Ciências Sociais. UNICAMP, 1993

GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

_____. *O Fim da Religião: Dilemas da Liberdade Religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar/PRONEX, 2002.

GRUMAN, Marcelo. O lugar da cidadania: Estado Moderno, pluralismo religioso e representação política. *Revista de Estudos da Religião – REVER*, n. 1, 2005.

HAGOPIAN, Frances (Org.). *Religious Pluralism, Democracy, and the Catholic Church in Latin America*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2009.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 7. ed. São Paulo: Editora DP&A, 2002.

HÉBRARD, M. *Os carismáticos*. Porto: Pronto Socorro, 1992.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. Representam os surtos emocionais contemporâneos o fim da secularização ou o fim da religião? *Religião e Sociedade*, v. 18, n. 1, p. 31-47, ago. 1997.

_____. *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

IBGE. Censo – 2010. Brasília: IBGE, 2012.

JURKEVICS, Vera Irene. RCC: Reencantamento do mundo. *Revista História: Questões & Debates*, Curitiba, 2004.

KINZO, M. D'Alva. *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer, 1993.

_____. *Oposição e autoritarismo*. Gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Idesp/Vértice, 1988.

LOBATO, Sidney Silva. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e Pentecostais: Adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: ANPOCS, 1996.

_____. Existe um estilo evangélico de fazer política? In: BIRMAN, Patrícia (Org.). *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar Editorial, 2003.

_____. *Política e Religião - A participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, p. 25-54, jan.-abr. 2012.

MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecilia Loreto. Conflitos religiosos na arena política: o caso do Rio de Janeiro. *Ciências Sociais y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 6, n. 6, out. 2004.

MAFRA, Clara. Números e Narrativas. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 13-25, jul.-dez. 2013.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostalismo: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola; 1999.

_____. Efeitos da secularização do Estado do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. *Civitas*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, jun. 2003.

_____. Pentecostais e política no Brasil. *Com Ciência - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, v. 65, maio 2005. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/13.shtml>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

_____. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.

_____. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 119-137, jul.-dez. 2013.

MARIANO, Ricardo; PEIRUCCI, Flávio. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos*, n. 34, nov. 1992.

MARIZ, Cecília L. Pentecostalismo, Renovação Carismática e Comunidade de Base: uma análise comparada. *Cadernos do Ceris*. v. 1, n. 2, p. 11-42; 69-73, 2001.

MARRAMAO, G. *Poder e secularização*. As categorias do tempo. Trad. de G. A. Gomez de Andrade. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

MARTIN, David. *A general theory of secularization*. Oxford: Basil Blackwell, 1978.

MAINWARING, S. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. As atribuições de um doutor eclesiástico na Amazônia na passagem do século XIX ou como a política mexe com a igreja católica. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (Org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFGA, 1998. p. 139-152.

_____. A Renovação Carismática e a “cura” de um espaço comunitário. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 8, v. 15, n. 1, p. 79-98, 2004.

MAUÉS, Raymundo Herald; PANTOJA, Vanda. O Círio de Nazaré na Constituição da Identidade Regional Amazônica. *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, n. 24, p. 57-68, jul.-dez. 2008.

MIRANDA, J. *Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso no político*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

NASCIMENTO, Marizete Martins. *Fé e Política*. São Paulo: RCC, 2006.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Intervenção. In: MOREIRA, Alberto; ZICMAN, Renée (Org.). *Misticismo e novas religiões*. Petrópolis: Vozes/USF/FAN, 1994. p. 130-135.

_____. Pluralismo e Multiplicidades religiosas no Brasil Contemporâneo. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 23, n. 2, p. 261-279, maio/ago. 2008 .

NICOLAU, J. M. *Multipartidarismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

NOVAES, Regina. Jovens sem religião: sinais de outros tempos. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). *Religiões em movimento: o Censo de 2010*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

ORO, Ari Pedro. *Avanço Pentecostal e Reação Católica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

ORO, Ari Pedro; MARIANO, Ricardo. Eleições 2010: Religião e Política no Rio Grande do Sul e no Brasil. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 11, n. 18, 2010.

OZAÍ, Silva. Memória e História da Renovação Carismática Católica em Maringá (PR). *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá: UEM, ano 8, 2007.

PARKER GUMUCIO, Cristián. Education and Increasing Religious Pluralism in Latin America: The Case of Chile. In: HAGOPIAN, Frances (Org.). *Religious Pluralism, Democracy, and the Catholic Church in Latin America*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2009. p. 131-181.

PASSOS, João Décio. *Pentecostais: origens e começos*. São Paulo: Paulinas, 2005.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira, *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 37, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200003&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 30 abr. 2016.

PRANDI, Reginaldo. *Um sopro do espírito*. São Paulo: Edusp, 1996.

PRANDI, Reginaldo; SOUZA, André Ricardo. A carismática despolitização da Igreja Católica. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PROCOPIO, Carlos Eduardo Pinto. Carismáticos Católicos e eleições no Brasil. *Revista Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 14, 2012.

RCC BRASIL – Site oficial. *Estrutura da Renovação Carismática do Brasil*. Disponível em: <<http://www.rccbrasil.org.br/interna.php?paginas=40>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

REIS, Marcos Vinicius Freitas. *Política e religião: o envolvimento dos católicos carismáticos na política brasileira*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

RODRIGUES, Elisa. A Emergência dos Novos Movimentos Religiosos e suas Repercussões no Campo Religioso Brasileiro. *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1 e 2, p. 45-58, 2009.

SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHMITT, C. *Teologia política*. Trad. de E. Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2001.

SENNA, J. T. Terços, “Santinhos” e Versículos: a relação entre Católicos Carismáticos e a Política. *In: Rever*, São Paulo, ano 08, p. 54-74, 2008.

SILVEIRA, E. J. S. *Catolicismo, Mídia e Consumo: experiências e reflexões*. 1. ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

_____. *Corpo, emoção e rito: antropologia dos carismáticos católicos*. 1. ed. Porto Alegre: Armazém Digital, 2008.

SILVEIRA, E. J. S.; AVELLAR, Luís Valter de. *Espiritualidade e Sagrado no mundo cibernético: questões de método e vivências em Ciências da Religião*. 1. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2014.

SILVEIRA, José. Terços, “Santinhos” e Versículos: A relação entre Católicos Carismáticos e a Política. *Revista de Estudos da Religião – REVER*, São Paulo: PUC/SP, ano 08, 2008.

SOFIATI, F. M. *Tendências católicas: perspectivas do cristianismo da libertação*. *Estudos de Sociologia*, v. 14, p. 121-140, 2009.

SOUZA, André Ricardo de. *Igreja in concert: padres cantores, mídia e marketing*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

_____. Pluralismo Cristão Brasileiro. *Caminhos*, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 129-141, jan.-jun. 2012.

SOUZA, Ronaldo José de. *Carisma e Instituição: relações de poder na Renovação Carismática Católica*. Aparecida: Santuário, 2005.

TEXEIRA, Faustino. MENEZES, Renata. *Religiões em movimento: o censo de 2010*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1996.

ZAVARES, Sérgio Carlos. "Histórico". In: _____. *Fé e Política*. Ed. RCC BR, 2014.

ANEXO

MINISTÉRIO DE
FÉ E POLÍTICA

Fé e Política

SÉRGIO CARLOS ZAVARIS
COORDENADOR NACIONAL



Renovação Carismática Católica
Brasil

“Tudo que o mal precisa para triunfar é
que os homens de bem não façam nada.”
EDMUND BURKE.

O presente trabalho tem por objetivo reforçar diretrizes e alinhar as ações do Ministério de Fé e Política da RCC-Brasil. Trata-se de resposta didática aos anseios por orientações relacionadas ao tema.

Seu caráter nacional revela complexidades de dimensões continentais, remetendo a abordagem a um enfoque generalista visando alcançar o tamanho dos desafios que o Brasil enfrenta e, ao mesmo tempo, pragmático para subsidiar e orientar a RCC nas reflexões que se fazem necessárias e urgentes. Neste sentido, uma sintética introdução resgata as inspirações que impulsionam o movimento, seguido de um breve histórico que expõe o panorama do ministério dentro da Renovação Carismática Católica do Brasil, além de orientações com exemplos práticos, em anexo.

INTRODUÇÃO

**“Levantemos nossa pátria de seu abatimento e lutemos por nosso povo e nossa religião.”
I Macabeus 3, 43.**

A inspiração de I Macabeus 3, 43, em 2006, para a RCC-Brasil, resgata a responsabilidade que pesa sobre os ombros da liderança da RCC para cuidar de nossa pátria, na dimensão que nos é mais própria: a **FÉ**.

É preciso ressaltar que os valores que nutrem a vocação da RCC para participar da política são o amor e a fé. O amor a Deus sobre todas as coisas, o qual se revela na manifestação sublime de amor ao próximo e que, neste particular, se caracteriza pelo amor a quem nem se conhece e muitas vezes só eventualmente alguém que se dedique a praticá-lo, poderá testemunhar qualquer gratidão. Ou seja, efetivamente significa amar alguém sem olhar a quem. Amar sem esperar retorno ou reconhecimento. Amar como uma exigência de máxima doação e saber que ao final, talvez ainda não seja o suficiente. É aí que se percebe que tal expressão de amor somente encontra seu apogeu quando sustentado pela fé.

“Todo o que crê que Jesus é o Cristo, nasceu de Deus; e todo o que ama aquele que o gerou, ama também aquele que dele foi gerado. Nisto conhecemos que amamos os filhos de Deus: se amamos a Deus e guardamos os seus mandamentos. Eis o amor de Deus: que guardemos seus mandamentos. E seus mandamentos não são penosos, porque todo o que nasceu de Deus vence o mundo. E esta é a vitória que vence o mundo: a nossa fé.” (1 Jo 5, 1-4).

Num mundo marcado pelo individualismo, no qual as soluções orientam-se, cada vez mais, pelo incentivo à competitividade e por uma teologia da prosperidade, permeada por um volume de informações e conhecimentos (nem sempre relevantes) muito superior à capacidade de abstração humana, as pessoas perdem o sentido de sua verdadeira vocação, que é o amor, e abraçam o pecado do egoísmo,

às vezes, sem perceber. Neste particular, buscar a política como solução dos problemas individuais se revela contrário ao clamor de Deus presente no coração humano e que quer aflorar como a noção mais autêntica da nossa vocação aqui na terra: o amor ao próximo.

“Vós, irmãos, fostes chamados à liberdade. Não abuseis, porém, da liberdade como pretexto [...]. Pelo contrário, fazei-vos servos uns dos outros pela caridade, porque toda a lei se encerra num só preceito: Amarás o teu próximo como a ti mesmo (Lev 19, 18). Mas, se vos mordeis e vos devorais, vede que não acabeis por vos destruídes uns aos outros” (Gal 5, 13-15). Portanto, a política deve ser inspiração para o amor e não para divisões.

Embora pareça o óbvio, quantas vezes o desafio da cruz de Cristo representou para cada um de nós uma verdade desconcertante, quase incompreensível. Tão refigurada que foi pelo nosso imaginário, que até remete a um “Jesus” pregado na cruz, adormecido e sem vida, quando a verdadeira escultura de Jesus deveria retratar um rosto de dor. Uma dor que Ele aceitou sofrer somente por amor a todos nós e em favor do plano de Salvação do Pai para a humanidade.

Ora, quantos de nós estamos dispostos a cumprir o plano do Pai de amor pelo próximo, apesar do sofrimento e da decepção? Então, como imaginar que a política possa servir de canal para dividir o movimento e desunir as pessoas? Não será por causa de nosso pouco amor misericordioso, o qual acaba por abrir portas para o inimigo, fazendo com que o ressentimento e a decepção criem mágoas e desânimos profundos nos corações das pessoas?

Para permanecer na caminhada da fé é preciso muito mais do que a empolgação inicial da conversão por Jesus. É preciso uma opção radical, apesar dos desafios que surgem

no caminho, para que também nós possamos responder como os apóstolos a Jesus: "A quem iremos Senhor? Só tu tens palavras de vida eterna!" (Jo 6, 68). Por isso, não podemos nos cansar de dizer: "... eu e minha casa serviremos ao Senhor!" e "Nada nos afastará do amor de Deus". Nem a exigência de amar o próximo, nem as decepções, nem a política!

Em 2006, a moção da RCC para todos os seus membros: "Assumi os vossos postos", adquiriu um significado que ao longo dos anos veio ganhando um sentido profético – "Ai de mim se eu não anunciar o Evangelho!" (I Coríntios 9, 16) – para todos os Carismáticos do Brasil. Suas consequências ultrapassam os limites territoriais dos grupos de oração e as fronteiras de um ministério em particular, pois se referem ao mandato que Deus mesmo confiou ao movimento para alcançar a pessoa humana, na sua dimensão não apenas individual, mas também comunitária e social.

Nesse contexto, uma nação configurada pelo estado de direito, com suas leis e suas instituições, tem como objetivo buscar organizar a vida em comum, tendo nas autoridades políticas a configuração mais efetiva da exigência profética de assumir os postos com um zelo redobrado: anunciar o evangelho em palavras e ações – "... e eu te mostrarei a minha fé pelas minhas obras" (Tiago 2, 18). Revelando, assim, o maior desafio para quem entende o chamado de Deus: "Não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação do vosso espírito, para que possais discernir qual é a vontade de Deus, o que é bom, o que lhe agrada e o que é perfeito" (Romanos 12, 2). Por isso, é tão importante rezarmos por todos os políticos, tanto pela conversão dos não que não creem, quanto pela manutenção da fé dos que conhecem a Deus, para que não se percam em suas missões.

O Compêndio da Doutrina Social da Igreja, em seu art. 394, declara que: "A autoridade política deve garantir a vida ordenada e reta da comunidade, sem tomar o lugar da livre atividade dos indivíduos e dos grupos, mas disciplinando-a e orientando-a, no respeito e na tutela da independência dos sujeitos individuais e sociais, para a realização do bem comum. A autoridade política é o instrumento de coordenação e direção, mediante o qual os indivíduos e os corpos intermédios se devem orientar para uma ordem cujas relações, instituições e procedimentos estejam ao serviço do crescimento humano integral" (DSI-394, p. 223).

Neste sentido, o exercício da autoridade política, com efeito, "seja na comunidade como tal, seja nos órgãos representativos do Estado, deve sempre ser realizado dentro dos limites da ordem moral, em vistas do bem comum - considerado dinamicamente - segundo a ordem jurídica legitimamente instituída ou por instituir. Então, os cidadãos estão obrigados em consciência a obedecer" (cf. Concílio Vaticano II, Cost. Past. *Gaudium et spes*, 74). Assim, a autoridade política é necessária em função das tarefas que lhe são atribuídas e deve ser uma componente positiva e insubstituível da convivência civil.

É preciso lembrar que a autoridade política é reconhecida por Jesus como um dom de Deus, mas que também pressupõe maior responsabilidade por parte de quem a exerce, ao mesmo tempo em que não subverte o Senhorio de Deus e o desígnio de Salvação para toda a humanidade, inclusive para o próprio político: "Tu não terias poder algum sobre mim, se não te fosse dado do alto" (Jo 19, 11).

Jesus, o Messias prometido, combateu e desbaratou a tentação de um messianismo político, caracterizado pelo domínio sobre as nações (conf. Mt 4, 8-11; Lc 4, 5-8). Ele é o Filho do Homem que veio "para servir e entregar a própria vida" (Mc 10, 45; cf. Mt 20, 24-28; Lc 22, 24-27). Aos discípulos que discutem sobre qual é o maior, Jesus ensina a fazer-se último e a servir a todos (cf. Mc 9, 33-35), indicando aos filhos de Zebedeu, Tiago e João, que ambicionavam sentar-se à Sua direita, o caminho da cruz (cf. Mc 10, 35-40; Mt 20, 20-23) [DSI-379, p. 216]. Tal entendimento ainda precisa ser plenamente compreendido como uma exigência de todo cristão leigo que é chamado a assumir um posto, o qual pressupõe ser exercido com competência, responsabilidade, doação, coragem e cruz, e que no âmbito da fé e da política, significa abraçar a função de servidor público, eleito ou não, pelo amor a Jesus Cristo e na fé em Deus.

Daí, não se trata de abordar um tema

que diz respeito a um pequeno grupo de pessoas interessadas em participar da vida pública de nosso país, como os candidatos aos cargos políticos, mas sim exaltar a importância de reafirmar: "Jesus Cristo é o Senhor!" (Filipenses 2, 11) e com isso fazer ecoar a Palavra de Deus em todo lugar, especialmente no meio público, mas principalmente em nossa própria consciência e através de nosso testemunho de vida. De sorte que é preciso reafirmar a importância do missionário perseguir uma atitude profética e autêntica – e não a busca por cargos ou poder. Aliás, a tentação do exercício do poder alcança os políticos, mas também alcança, da mesma forma, os profissionais no mercado, os servidores públicos, os membros de uma família, os leigos em geral, os membros da Renovação Carismática Católica e até o próprio clero, quando na verdade "... o comportamento de Deus no governo do mundo, que demonstra tão grande consideração pela liberdade humana, deveria inspirar a sabedoria dos que governam as comunidades humanas. Estes devem comportar-se como ministros da providência divina" (cf. DSI-383, p. 218).

"A autoridade, pois, deve deixar-se guiar pela lei moral: toda a sua dignidade deriva do desenrolar-se no âmbito da ordem moral, 'a qual tem a Deus como princípio e fim'." (cf. DSI-396, p. 224), ou seja, a busca de Deus é fundamental para o exercício do poder, especialmente para que não se prescindia da própria Salvação, além da correta inspiração para as decisões que se toma.

Neste particular, a Igreja sabiamente propôs para todos os Católicos: "Quero ver Jesus!", com a intenção de alimentar o desejo por uma genuína busca de um encontro verdadeiro com Ele: "A todos nos toca recomeçar a partir de Cristo, reconhecendo que não se começa a ser cristão por uma decisão ética ou uma grande ideia, mas pelo encontro com um acontecimento, com uma Pessoa, que dá um novo horizonte à vida e, com isso, uma orientação decisiva" (Documento de Aparecida¹, 12).

Não obstante o fato de que nem a Igreja, nem a RCC têm a intenção de fiar-se em qualquer partido político, tampouco o propósito de assumir as trincheiras da política partidária numa visão que tenta reduzir o mundo a uma perspectiva maniqueísta (no confronto dos bons contra os maus), ou simplificar a solução propondo uma panaceia (que represente o remédio para todos os males), não se pode permitir que a omissão seja a resposta final para essa questão.

"A igreja não pode nem deve tomar nas suas próprias mãos a batalha política para realizar a sociedade mais justa possível. Não pode nem deve colocar-se no lugar do Estado. Mas também não pode, nem deve ficar à margem na luta pela justiça." [...] Pois, "é próprio dos fiéis leigos, os quais, como cidadãos do Estado, são chamados a participar pessoalmente na vida pública." (Conf. 28 e 29, Carta Encíclica: *Deus Caritas Est*, Bento XVI).

Por isso, é preciso proclamar para todos os que exercem um posto, políticos ou não, que: "Não pode haver, na sua vida, dois caminhos paralelos: de um lado, a chamada vida 'espiritual', com os seus valores e exigências, e, do outro, a chamada vida 'secular', com a vida do mundo do trabalho, em família, das relações sociais, do empenho político e da cultura" (Nota Doutrinal² - Congregação para a doutrina da fé).

De fato, vivemos um tempo verdadeiramente apocalíptico, sem que isso signifique que o mundo vai acabar, tampouco o óbvio, de que o mundo está passando por mudanças. Mas a dificuldade se manifesta no comprometimento com as relações estabelecidas, que já não se revelam apenas no caráter materialista dos anseios humanos, mas também na busca pelo poder, fama, reconhecimento e atenção. Tal realidade apresenta-se potencialmente perigosa no âmbito da política, face à extraordinária dimensão das consequências que ela tem na sociedade. Talvez, por isso, a tentação e o pecado estejam tão intimamente ligados à política, pois seguramente o inimigo de Deus sabe que a

¹ V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe. Aparecida/SP, maio de 2007.

² Nota doutrinal sobre algumas questões relativas ao compromisso e a conduta dos católicos na vida política. JOSEPH CARD. RATZINGER, Prefeito da Congregação para a doutrina da Fé. Aprovado pelo Santíssimo Pontífice João Paulo II, na audiência de 21 de novembro de 2002.

que diz respeito a um pequeno grupo de pessoas interessadas em participar da vida pública de nosso país, como os candidatos aos cargos políticos, mas sim exaltar a importância de reafirmar: "Jesus Cristo é o Senhor!" (Filipenses 2, 11) e com isso fazer ecoar a Palavra de Deus em todo lugar, especialmente no meio público, mas principalmente em nossa própria consciência e através de nosso testemunho de vida. De sorte que é preciso reafirmar a importância do missionário perseguir uma atitude profética e autêntica – e não a busca por cargos ou poder. Aliás, a tentação do exercício do poder alcança os políticos, mas também alcança, da mesma forma, os profissionais no mercado, os servidores públicos, os membros de uma família, os leigos em geral, os membros da Renovação Carismática Católica e até o próprio clero, quando na verdade "... o comportamento de Deus no governo do mundo, que demonstra tão grande consideração pela liberdade humana, deveria inspirar a sabedoria dos que governam as comunidades humanas. Estes devem comportar-se como ministros da providência divina" (cf. DSI-383, p. 218).

"A autoridade, pois, deve deixar-se guiar pela lei moral: toda a sua dignidade deriva do desenrolar-se no âmbito da ordem moral, 'a qual tem a Deus como princípio e fim'." (cf. DSI-396, p. 224), ou seja, a busca de Deus é fundamental para o exercício do poder, especialmente para que não se prescindia da própria Salvação, além da correta inspiração para as decisões que se toma.

Neste particular, a Igreja sabiamente propôs para todos os Católicos: "Quero ver Jesus!", com a intenção de alimentar o desejo por uma genuína busca de um encontro verdadeiro com Ele: "A todos nos toca recomeçar a partir de Cristo, reconhecendo que não se começa a ser cristão por uma decisão ética ou uma grande ideia, mas pelo encontro com um acontecimento, com uma Pessoa, que dá um novo horizonte à vida e, com isso, uma orientação decisiva" (Documento de Aparecida¹, 12).

Não obstante o fato de que nem a Igreja, nem a RCC têm a intenção de fiar-se em qualquer partido político, tampouco o propósito de assumir as trincheiras da política partidária numa visão que tenta reduzir o mundo a uma perspectiva maniqueísta (no confronto dos bons contra os maus), ou simplificar a solução propondo uma panaceia (que represente o remédio para todos os males), não se pode permitir que a omissão seja a resposta final para essa questão.

"A igreja não pode nem deve tomar nas suas próprias mãos a batalha política para realizar a sociedade mais justa possível. Não pode nem deve colocar-se no lugar do Estado. Mas também não pode, nem deve ficar à margem na luta pela justiça." [...] Pois, "é próprio dos fiéis leigos, os quais, como cidadãos do Estado, são chamados a participar pessoalmente na vida pública." (Conf. 28 e 29, Carta Encíclica: *Deus Caritas Est*, Bento XVI).

Por isso, é preciso proclamar para todos os que exercem um posto, políticos ou não, que: "Não pode haver, na sua vida, dois caminhos paralelos: de um lado, a chamada vida 'espiritual', com os seus valores e exigências, e, do outro, a chamada vida 'secular', com a vida do mundo do trabalho, em família, das relações sociais, do empenho político e da cultura" (Nota Doutrinal² - Congregação para a doutrina da fé).

De fato, vivemos um tempo verdadeiramente apocalíptico, sem que isso signifique que o mundo vai acabar, tampouco o óbvio, de que o mundo está passando por mudanças. Mas a dificuldade se manifesta no comprometimento com as relações estabelecidas, que já não se revelam apenas no caráter materialista dos anseios humanos, mas também na busca pelo poder, fama, reconhecimento e atenção. Tal realidade apresenta-se potencialmente perigosa no âmbito da política, face à extraordinária dimensão das consequências que ela tem na sociedade. Talvez, por isso, a tentação e o pecado estejam tão intimamente ligados à política, pois seguramente o inimigo de Deus sabe que a

¹ V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe. Aparecida/SP, maio de 2007.

² Nota doutrinal sobre algumas questões relativas ao compromisso e a conduta dos católicos na vida política. JOSEPH CARD. RATZINGER, Prefeito da Congregação para a doutrina da Fé. Aprovado pelo Santíssimo Pontífice João Paulo II, na audiência de 21 de novembro de 2002.

política representa uma das principais portas de acesso à **Cultura de Pentecostes** e ao estabelecimento definitivo da **Civilização do Amor**.

Diante disso, é urgente o resgate dos valores Cristãos. Resgate de tudo aquilo que é mais caro ao povo brasileiro, sob pena de uma transformação social irreversível para um quadro caótico de uma sociedade mergulhada no egoísmo: "Uma democracia sem valores [...] torna-se facilmente ditadura e termina traindo o povo" (Documento de Aparecida, §74, pág.43).

Portanto, o papel do Ministério de Fé & Política não é somente ou propriamente falar de política, mas sim falar daquilo que alimenta nossa vida carismática: a fé em Cristo Jesus, nosso único Salvador e Redentor; e falar do amor que Ele nos ensinou - única inspiração capaz de sustentar o coração daqueles que decidem doar a vida em favor dos outros, inclusive através da política.

"Se morremos com ele, com ele viveremos, Se soubermos perseverar, com ele reinaremos. Se, porém, o renegarmos, ele nos renegará" (II TIM 2, 11b-13a). Tu, porém, permaneces firme naquilo que aprendeste e creste. Sabes de quem aprendeste. E desde a infância conheces as Sagradas Escrituras e sabes que elas têm o condão de te proporcionar a sabedoria que conduz à salvação, pela fé em Jesus Cristo. Toda a Escritura é inspirada por Deus, e útil para ensinar, para repreender, para corrigir e para formar na justiça. "Por ela, o homem de Deus se torna perfeito, capacitado para toda boa obra" (II TIM 3, 14-17).

Assim, a exemplo de São Paulo, que não esteve pessoalmente com Jesus, mas que a partir de uma experiência profunda com Ele convenceu-se de que Jesus era realmente o Messias; que Deus visitou a humanidade; que a mensagem da cruz supera toda lei humana e que a vocação implica numa inserção ainda maior na comunidade à qual se pertence e que não existem obstáculos para o seu exercício; também cada um de nós deve ter o coragem de ser profeta, apesar dos sofrimentos inerentes a esse encargo. "Referi-vos estas coisas para que tenhais a paz em mim. No mundo haveis de ter aflições. Coragem! Eu venci o mundo" (Jo 16, 33).

HISTÓRICO

O ministério de Fé e Política na RCC vem, desde os anos 80, sedimentando sua existência dentro do movimento da Renovação Carismática da Igreja Católica. Inicialmente era identificado como uma frente de participantes de boa vontade, recebendo o nome de "Movimento de Fé e Compromisso Político". Experimentou diversas iniciativas, desde a criação de um partido político que teria a intenção de pertencer à RCC para apoiar de forma explícita a candidatura de políticos do movimento, até a tácita proibição de falar do assunto.

Posteriormente, quando a própria RCC passou a contar com os serviços de Secretarias para melhorar a qualidade de suas ações, foi criada a SECRETARIA MATIAS, tendo inclusive editado uma publicação em conjunto com a SECRETARIA MARTHA, através da ESCOLA PAULO APOSTOLO, para abordar o tema **Doutrina Social da Igreja Católica**. Neste interim, várias encontros eram patrocinadas por ambas as secretarias como forma de congregar o grupo de pessoas que estavam interessadas em temas tão afins.

Apesar disso, pouco se avançou quanto à efetiva participação da RCC na política e muito se retrocedeu quando irmãos dedicados ao trabalho de evangelização do movimento se lançaram na política partidária e a RCC colheu como fruto amargo as brigas, as contendas e as divisões, que deram margem às decepções, feridas e até rancores entre os irmãos. Talvez pela lógica presente na vala comum da atividade política e seus desdobramentos nada ortodoxos no debate eleitoral, que possivelmente não soubemos, ou não estávamos preparados para superar e enfrentar com a devida altivez.

Isto fez com que muitos participantes dos grupos de oração dessem as costas para as questões políticas, dando margem a um período de descansa, misturado com um preconceito muito grande em relação à política e a todos aqueles que com ela se envolvesse. Sem perceber, estávamos fazendo exatamente o que o inimigo de Deus pretendia para não se fazer coisa alguma.

De qualquer forma, assim como em toda a Igreja Católica, tais ações muito diretas na intenção de resolver os graves problemas Brasilei-

ros, em meio a uma caótica política partidária, trouxeram muitas lições, entre elas, a clara percepção de que a Igreja, como fiel esposa de Cristo Jesus, está muito acima das disputas políticas. Embora não deva nem queira se omitir do debate político sobre os temas que lhe são caros, tem clareza da sua missão evangelizadora e de resgate da pessoa humana.

Nesse mesmo diapasão, a RCC, como porta-voz da boa nova do Espírito Santo, entende sua responsabilidade na participação do debate político como uma via de construção da civilização do amor e não o contrário. Ou seja, nosso objetivo é Cristo e levar as pessoas a encontrá-Lo. Qualquer incursão na política demanda muita cautela, responsabilidade e zelo pelo movimento, para que a política não seja fator desagregador a dividir os grupos, especialmente o grupo de oração, e a separar as pessoas uma das outras.

Colocar dessa maneira para o meio político pode parecer ingênuo e até utópico, mas não será desproporcional ao desafio da cruz anunciado por Jesus Cristo quando falou a seus discípulos sobre a verdade da **Salvação e do Reino de Deus. Então por que o medo de enfrentar os leões? Se nós já conhecemos o Seu conselho: "Tomaí, portanto, a armadura de Deus, para que possais resistir nos dias maus e manter-vos inabaláveis no cumprimento do vosso dever. Ficai alerta, à cintura cingidas com a verdade, o corpo vestido com a couraça da justiça, e os pés calçados de prontidão para anunciar o Evangelho da Paz" (Ef. 6, 13-15).**

Isto faz toda a diferença, porque pode significar, principalmente para aqueles que advogam que Jesus foi um grande político, morrer para si mesmo e aceitar virar o cordeiro imolado no plano supremo do Criador em favor de muitos. Talvez, saindo como perdedor e aparentemente derrotado no campo político, mas sempre cumprindo a missão primeira que a Igreja chamou para ser **testemunho vivo da fé** em Jesus Cristo, portanto, não transgredindo com os valores morais e éticos – **E isto sim, por si só, revela a missão mais importante de atuação na política.**

Ministério de Fé e Política

estadual e nacional. Para tanto, é preciso fomentar, dentro dos espaços de reuniões e eventos da RCC, o debate sobre o tema, bem como as consequências deste na vida de todos nós, através da análise de conjunturas, das realidades sociais e sua pertinência com os valores católicos e cristãos. Evidentemente, este debate deve ser sempre fundamentado no conhecimento do Magistério da Igreja, para desenhar um panorama que permita melhor compreender as propostas dos partidos e seus candidatos.

Por isso, uma das principais preocupações do Ministério de Fé e Política, em cada instância, concentra-se em assessorar o seu respectivo conselho para uma adequada e conveniente definição de seus posicionamentos, através do discernimento no Espírito Santo.

Neste sentido, para melhor organizar os acompanhamentos, vale lembrar que há dois tipos possíveis durante às eleições:

a) Apoio aos candidatos:

Com base na **Instrução Normativa nº 001/2009**, cada Conselho da RCC deverá declarar o seu posicionamento com respeito à supervisão do pleito eleitoral daquele ano. Para isso, é necessário que o Conselho adote discernimento sobre tal colocação. Caso seja discernido o apoio a candidatos, será preciso criar um **projeto** de uma **metodologia** para monitorar o processo de **acompanhamento do PLEITO ELEITORAL**, de sorte que o Ministério de Fé e Política possa utilizá-lo nessa intenção. Do contrário, caso o apoio a candidatos seja discernido como inapropriado, tal postura deverá ser registrada em ata e nenhum candidato poderá dizer que recebe apoio do movimento.

Resalta-se o fato de que, por suas dimensões continentais, há no Brasil uma realidade muito diferente para cada região, e que, portanto, é preciso respeitar a fase de amadurecimento para enfrentar essas questões e que somente o conselho envolvido naquele pleito pode mais adequadamente responder a essas indagações. Colocando de outra maneira, precisamos da **inspiração do Espírito Santo** para saber **quando calar, quando falar e o quê falar**. Deus há de nos inspirar com Sua sabedoria

b) Acompanhamento do Mandato Parlamentar:

Além disso, é possível estabelecer outras formas de participação no processo cívico e democrático das eleições. Entre eles, podem-se citar os seguintes exemplos:

- ▶ Criação de **Comissão de Mandato**, para acompanhar os trabalhos dos políticos.
- ▶ Apoio, incentivo e/ou participação dos trabalhos já desenvolvidos pelos Grupos de Acompanhamento aos trabalhos do Legislativo – GAL's.

De qualquer forma, para todas as situações possíveis de serem discernidas pelos conselhos, a **Instrução Normativa nº. 001/2009** também orienta quanto às posturas que devem ser adotadas em relação aos candidatos durante o período das eleições.

A seguir, apresentam-se respostas para algumas das perguntas mais recorrentes sobre o entendimento da **Instrução Normativa nº 001/2009** e as eleições:

01. Por estar em campanha um candidato pode continuar pregando e cantando em nosso grupo de oração e nos locais onde ele tem compromissos agendados anteriores à campanha eleitoral?

Sim. Ele pode continuar pregando e cantando, mas apenas isso. A menos que o arcebispo oriente o contrário, o exercício dessas atividades não está proibido. Contudo, é importante ressaltar que a própria legislação eleitoral impõe um rigor maior.

De acordo com a Lei 9.504/97 e o artigo 13 da resolução 22.718/2008, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a propaganda eleitoral é proibida em bens públicos ou de uso comum (locais de acesso da população em geral, como igrejas, clubes, shopping, etc.), seja ela feita através de meio impresso ou verbal. A desobediência a essa determinação pode resultar em multa, a qual poderá recair sobre o candidato e/ou sobre a instituição religiosa.

Além disso, a partir da Lei 11.300/06, o candidato passou a ser solidariamente responsável

com o coordenador ou comitê de campanha, independente de conhecer ou ter assinado tal compromisso. Assim, nenhum candidato pode alegar desconhecimento desses fatos e tentar fazer uso de suas atividades litúrgicas e/ou carismáticas (pregação ou canto) para propaganda eleitoral, visto que um não é compatível com o outro. Mas é claro que esta incompatibilidade não os torna excludentes da vida do cidadão. Se o candidato for convidado para pregar, que pregue. Se for convidado a cantar, que cante. Mas se está em campanha, respeite a lei e os limites por ela impostos. Isto é possível!

02. Em caso de eventos da RCC, que condutas podem ser adotadas?

Respeitar a lei é a regra principal, como já exposto acima. Nesses casos, um pregador ou um cantor que tenha sido chamado, pode perfeitamente desempenhar sua função. Mas ele não deve usar do microfone para fazer sua campanha. Tampouco se pode permitir a distribuição de material gráfico da campanha dentro do ambiente religioso.

Por outro lado, nada impede que o candidato trabalhe sua campanha na via pública, conforme a lei permite, e divulgue seu material de campanha e/ou faça o trabalho de corpo a corpo. Além disso, é possível permitir às ações da coordenação do evento ou do Ministério de Fé e Política no tocante a conscientização do povo sobre o voto responsável, conforme orienta o próprio Tribunal Eleitoral. E como se está dentro do ambiente religioso pode-se exortar o povo a rezar pelos políticos, pelas eleições e pela nação brasileira, inclusive com a presença das mesmas.

03. A partir de que data o candidato precisa se afastar, na circunstância de estar a frente de um ou mais ministérios (especialmente de pregação e/ou música)?

Somente membros da RCC que ocupem cargos de gestão ou coordenação devem se afastar de suas funções. Neste caso, o Art. 8º da INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/09 estipula: “Qualquer membro da RCC, que desempenhe posição de coordenação na RCC e seja candidato em eleições vinculadas ao TRE/TSE, deverá apresentar sua renúncia até cento e oitenta dias antes da data da eleição.” A perspectiva aqui assumida iden-

tifica que a gestão de cargos de coordenação na RCC, na maioria dos casos, não é compatível com a gestão de uma campanha eleitoral.

Mas completa no § 2º: “A renúncia de que trata este artigo não inclui os trabalhos de pregação e congêneres, quando solicitados por algum evento ou grupo de oração.” Assim, os demais membros não precisam deixar suas atividades litúrgicas por causa de sua candidatura. Afinal não há lei que obrigue alguém a deixar de ser católico, ir à missa, frequentar os lugares santos ou participar de evento religioso em razão de sua candidatura em um pleito de eleições.

04. Quais orientações o coordenador, em obediência a RCC, deve repassar para o candidato?

É recomendado que se encaminhe a Instrução Normativa nº 001/2009 e se oriente quanto ao conhecimento da Legislação Eleitoral.

É importante lembrar aos candidatos que a participação de uma pessoa na Igreja não é avaliada com base nos meses que antecedem as eleições, mas sim por toda a trajetória de vida que se constrói durante a própria história na comunidade.

Também é importante que o candidato apresente propostas consistentes para o seu mandato. E isto pode e deve ser feito por escrito, além de divulgado adequadamente nos espaços apropriados para tal.

“Ninguém comete erro maior do que não fazer nada porque só pode fazer um pouco”.

EDMUND BURKE.

REFERÊNCIAS PARA LEITURA COMPLEMENTAR:

1. **Documentos do Papa:** "Deus Caritas Est" e "Caritas in Veritate".
• Cartas Encíclicas do Santo Padre Bento XVI
2. **Documentos da Igreja:** 11, 82 e 91. Editora: PAULINAS.
• CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
3. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja:** Pontifício Conselho "Justiça e Paz".
Editora: PAULINAS.
• CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
4. **Doutrina Social da Igreja:** abordagem histórica. Editora: EDIÇÕES LOYOLA.
• Idelfonso Camacho
5. **Direito Fundamentais à Vida.** Editora: QUARTIER LATIN.
• Ives Gandra da Silva Martins (coordenação)
6. **A Moral Católica:** e os dez mandamentos. Editora: CLÉOFAS.
• Prof. Felipe Aquino
7. **O líder de fé.** Editora: PALAVRA & PRECE.
• Frei Elias Vella, OFMConv.
8. **Teoria do Estado de Solidariedade:** Da dignidade da pessoa humana aos seus princípios corolários. Editora: CAMPUS.
• Wambert Gomes Di Lorenzo
9. **Fé & Política:** Noções Gerais e Propostas para estruturação do MFP nas dioceses do Brasil. Editora: RCCBRASIL.
• Marizete Martins Nunes do Nascimento
• Ivan Rubio Lacerda
• Loiva Teresinha Soares de Menezes
• Sérgio C. Zavaris
• Tânia Mara R. Araújo
• Vera Lúcia de Mouro
10. **Doutrina Social.** Módulo Básico – Apostila 8. Editora: RCCBRASIL.

- Marizete Martins Nunes do Nascimento
- Sônia Maria Costa

11. **A Dimensão Social da RCC** – Conclusões do 1º Fórum Nacional. Coleção Paulo Apóstolo. Título 24. 1999. Editora: Santuário e Centro de Pastoral Popular.

**CARTA DO MINISTÉRIO
DE FÉ E POLÍTICA**

Pelotas/RS, 01 de agosto de 2012.

Amados irmãos em Cristo:

Mais uma vez somos chamados, como cidadãos, a celebrar nas urnas a vitória da democracia em nosso país. A partir do dia 06 de julho de 2012, já convivemos oficialmente com a propaganda eleitoral, que segundo o código eleitoral, em seu Art. 38º estabelece:

"Independente da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do partido, coligação ou candidato."

Contudo, é importante ressaltar que a própria legislação eleitoral exerce rigor sobre esta questão. A lei eleitoral proíbe qualquer tipo de propaganda em espaços privados de uso comum, categoria em que se enquadram os templos e propriedades das igrejas, como o pátio, prédios anexos, salas de secretaria, berçários ou espaços de estudos.

De acordo com a Lei 9.504/97 e o artigo 13 da resolução 22.718/2008, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a propaganda eleitoral é proibida nos templos religiosos, seja ela feita através de meio impresso ou verbal. A desobediência a essa determinação pode resultar em multa, a qual poderá recair sobre o candidato e/ou sobre a instituição religiosa.

Atentos a essas determinações legais, o Ministério de Fé e Política Nacional orienta os Conselhos Estaduais e Diocesanos para que exortem responsabilmente à conscientização cívica sobre o nosso dever de votar e roguem a Deus que abençoe as vocações políticas, pedindo ao Espírito Santo que inspire a luta em defesa da vida e a implantação da civilização do amor.

"Não te deixes vencer pelo mal, mas vence o mal pelo bem." (Rm 12,21)

Abraços fraternos,

Sérgio C. Zavaris
Coordenador Nacional do
Ministério de Fé e Política
RCCBRASIL

**CARTA ABERTA AOS MEMBROS
DO MOVIMENTO RCC**

Lorena/SP, 25 de janeiro de 2012.

Amados irmãos em Cristo:

Com vistas ao constante aprimoramento das ações que norteiam os trabalhos desenvolvidos pelo Ministério de Fé & Política, em razão da complexidade dos problemas enfrentados em nosso país continental e face ao zelo para com as diretrizes estabelecidas por este Conselho, cumpre reafirmarmos a necessidade de rigorosa observância da Instrução Normativa nº 01/2009 para o pleito eleitoral em 2012.

Em especial, no que se refere aos prazos instituídos para o acompanhamento do processo eleitoral, salienta-se o que estabelece o artigo 4º: *"Até o final do ano que antecede o ano de eleições, cada Conselho, através de discernimento, manifestará sua decisão para o período eleitoral seguinte. Tal decisão deverá ser registrada em ata assinada pelos conselheiros que estiverem presentes ao discernimento."*

Neste sentido, o conselho que não cumpriu tal determinação ainda em 2011 não poderá encaminhar processo de acompanhamento do pleito eleitoral, sob pena de comprometer os princípios fundamentais norteadores da ação do movimento: unidade, identidade e missão, conforme o I Fórum da RCC e traduzidos no artigo 6º da Instrução Normativa acima referida:

"Em conformidade com a vocação da RCC e todas as orientações estabelecidas no seio do Movimento, recomenda-se que as decisões tomadas em Conselho não sejam objetos tão somente de vontade humana, mas sim o resultado de oração, jejum, adoração, escuta e discernimento."

§ 1º *Acima de tudo, recomenda-se prudência e responsabilidade para iniciar uma atuação no campo do apoio político."*

Reunião do Conselho Nacional
SÉRGIO C. ZAVARIS
Coordenador Nacional do Ministério de Fé e Política
RCCBRASIL

CARTA DO MINISTÉRIO DE FÉ E POLÍTICA

CONSELHO NACIONAL DA RCCBRASIL

INSTRUÇÃO N.º 01/2009, DE 11 DE OUTUBRO DE 2009.

Dispõe sobre Normas e Diretrizes para regulamentar a ação e os limites de atuação do Ministério de Fé e Política, durante o período das eleições.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA DO BRASIL, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO:

- I. a carta encíclica *DEUS CARITAS EST*, do Sumo Pontífice Bento XVI, que estabelece ser próprio dos fiéis leigos os quais, como cidadãos do Estado, são chamados a participar pessoalmente na vida pública, para promover o bem comum;
- II. a Renovação Carismática Católica (RCC), enquanto Igreja, "não pode ignorar a política, não apenas enquanto instrumento necessário de organização da vida social, mas sobretudo enquanto expressão de opções e valores que definem os destinos do povo e a concepção do homem (Doc. 40, CNBB)";
- III. o objetivo geral do projeto do MFP: "Evangelizar, formar e exortar a RCC a participar, com coragem e discernimento, da atividade política para gravar a lei divina na cidade terrestre" (Doc. 1, MFP);
- IV. a necessidade de implementar medidas institucionais de orientação ao acompanhamento da política partidária, principalmente relativas ao período eleitoral e a forma como se estabelecem as relações entre a instituição RCC e o mundo político;
- V. a necessidade de definir o escopo e os limites de ação do MFP, através de uma regulamentação dos direitos e deveres, no âmbito desta instituição, para atuação na política;
- VI. a responsabilidade da RCC que deve, contínua e permanentemente, estimular e valorizar a participação cívica de seus membros na política, como ato de responsabilidade civil e amor à nação brasileira;
- VII. a decisão do Conselho Nacional da RCCBRASIL que resolveu estabelecer estas diretrizes.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

Dos objetivos gerais, recomendações e conceitos

Art. 1º Esta instrução tem por objetivo reger os aspectos relacionados com acompanhamento do período eleitoral e a forma como se estabelecem as relações entre a instituição RCC e os vocacionados à vida pública.

§ 1º A presente instrução destina-se a todos os atos e ações da Renovação Carismática Católica através de seus organismos de conselhos: nacional, estadual, arquidiocesano e diocesano.

§ 2º Para os efeitos desta Instrução, entende-se por "acompanhamento do processo eleitoral" a postura adotada pela RCC ou que venha a ser adotada pelos conselhos das várias instâncias da RCC, com relação ao período de eleições e os candidatos ao pleito regido pelo Tribunal Eleitoral.

§ 3º Lembra que as ações conduzidas para implementar o objeto da presente instrução, devem ser feitas em unidade com o episcopado.

- I. Para tanto, é estimulado o diálogo permanente com o bispo local, inclusive, comunicando e

buscando autorização, ainda que verbal e informalmente, antes do desenvolvimento das ações de acompanhamento do processo eleitoral naquela instância eclesial;

§ 4º Para melhor entendimento e unificação de terminologias, devem ser considerados os seguintes termos:

I. **METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL** – refere-se ao sistema ou conjunto de regras e meios, dispostos convenientemente, de forma organizada e sistemática, para estabelecer uma maneira de fazer e o modo de proceder no tocante aos apoios (ou sua negativa) às candidaturas durante o período das eleições;

II. **PROJETO DE METODOLOGIA** – refere-se ao documento escrito que registra a metodologia a ser adotada para um dado pleito eleitoral numa determinada região.

III. **ESTÁGIO DE ACOMPANHAMENTO** – refere-se ao grau de maturidade para acompanhamento do processo eleitoral. Trata-se da etapa na qual aquele determinado conselho discerne sobre sua realidade, condições, experiência e estado de organização, naquele momento, para definir ações e realizar trabalhos.

IV. **CRONOGRAMA DE AÇÃO** – refere-se ao planejamento das etapas de envolvimento de determinado conselho em cada pleito eleitoral. Um cronograma configura-se por uma tabela que disponha, em suas colunas, a relação de atividades e, em sua linha de cabeçalho, as datas de execução das mesmas atividades.

CAPÍTULO II

Das responsabilidades e competências

Art. 2º É responsabilidade de cada conselho, definido a seguir, discernir sobre a sua participação, ou não, para acompanhar o pleito eleitoral de sua competência, conforme se segue.

- I. **CONSELHO NACIONAL** – Presidente da República e Senadores;
- II. **CONSELHO ESTADUAL** – Governadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais.
- III. **CONSELHO DIOCESANO** – Prefeitos e Vereadores.

§ 1º Embora não se exima da responsabilidade de acompanhamento e supervisão, as instâncias superiores devem respeitar a autonomia de discernimento e gestão da instância subordinada, guardando o direito de intervenções para orientar e corrigir.

§ 2º Da mesma forma, as instâncias subordinadas devem procurar informar e fazer valer seus conhecimentos da realidade local nas instâncias superiores, através de seus representantes nestes conselhos.

I. Traduz-se isto como uma ajuda para que o conselho em questão possa ter elementos que sirvam de base para os discernimentos sobre o pleito eleitoral de sua competência, contudo, não será permitida a participação destes mesmos representantes ou participantes durante o discernimento do conselho, momento este exclusivo do mesmo;

II. Membros de um conselho superior serão sempre considerados membros natos dos conselhos subordinados, podendo neste caso se fazerem presentes durante suas seções;

CAPÍTULO III

Da metodologia de acompanhamento do processo eleitoral

Art. 3º Cada instância de conselho, em sua esfera de atuação, tem a liberdade de definir a metodologia a ser adotada para o próximo pleito eleitoral.

§ 1º Esta instrução não impõe qualquer modelo de metodologia para acompanhamento do processo eleitoral.

§ 2º A RCC, através do MFP, poderá oferecer modelos de metodologias que poderão servir como exemplos.

Art. 4º Até o final do ano que antecede o ano de eleições, cada conselho, através de discernimento, manifestará sua decisão para o período eleitoral seguinte. Tal decisão deverá ser registrada e constar em ata assinada por todos os conselheiros.

§ 1º Compete ao próprio conselho em questão identificar o melhor momento para atuar neste campo.

§ 2º Todo conselho que optar por aprovar uma metodologia de acompanhamento do processo eleitoral deverá:

I. Apresentar, por escrito, um Projeto de Metodologia que servirá de base para a implementação da metodologia pelo Ministério de Fé e Política, ligado a esse conselho;

II. Aprovar este Projeto de Metodologia em reunião do conselho, registrando-o em ata;

III. Anexar o Projeto de Metodologia à ata de reunião do conselho que tratou do assunto.

Tal projeto deverá também ser assinado pelos membros do conselho atestando sua aprovação;

CAPÍTULO IV

Da evolução da metodologia ao longo do tempo e Da necessidade de um planejamento

Art. 5º É importante ressaltar que a decisão do conselho, quanto a sua participação, ou não, no acompanhamento do processo eleitoral, bem como a metodologia a ser adotada, deve ser objeto de atualização periódica, isto é, a cada nova eleição.

Parágrafo único: Sugere-se como boa prática de gestão, a elaboração de um planejamento, no qual conste a construção de um cronograma que estabeleça o estágio de acompanhamento em que aquele conselho se encontra e os futuros estágios que serão perseguidos como etapas de um processo de amadurecimento do envolvimento político da RCC naquela região.

CAPÍTULO V

Do Estímulo ao discernimento do conselho

Art. 6º Em conformidade com a vocação da RCC e todas as orientações estabelecidas no seio do movimento, recomenda-se que as decisões tomadas em conselho não sejam objetos de vontade humana, mas sim o resultado de oração, jejum, adoração, escuta e discernimento.

§ 1º Acima de tudo, recomenda-se prudência e responsabilidade para iniciar uma atuação no campo do apoio político.

§ 2º Muitas vezes, a antecipação de etapas ou desconsideração da vontade popular representa frustrações e desentendimentos irreparáveis, podendo levar a RCC local a retroceder na sua caminhada de maturidade política.

Art. 7º Qualquer que seja a decisão do conselho, deve-se ter em mente:

§ 1º Resguardar a autonomia do conselho;

§ 2º Observar a responsabilidade de contribuir para o bem comum;

§ 3º Respeitar o momento de amadurecimento e vocação daquela região.

CAPÍTULO VI

Do afastamento dos serviços na RCC

Art. 8º Qualquer membro da RCC, que desempenhe posição de coordenação na RCC e seja candidato em eleições vinculadas ao TRE/TSE, deverá apresentar sua renúncia até cento e oitenta dias antes da eleição.

§ 1º A incompatibilidade do exercício de uma coordenação na RCC e a condução dos tra-

balhos de campanha é o critério principal que norteia a orientação para afastamento de que trata este artigo.

§ 2º A renúncia de que trata este artigo não inclui os trabalhos de pregação, quando solicitados por algum evento ou grupo de oração.

§ 3º Por outro lado, passadas as eleições, independente do seu resultado, não haverá nenhum impedimento na participação deste membro em serviços e atribuições na RCC, desde que seja resultado de novo discernimento.

Art. 9º Convites para assumir cargos de confiança, ainda que de caráter político, não configuram impedimentos para o exercício das atividades ou posições na RCC.

CAPÍTULO VII

Das Leis, candidaturas e mandatos políticos

Art. 10º Todos os conselheiros e/ou membros do movimento devem observar a legislação eleitoral em vigor e as leis do direito brasileiro, estando as mesmas acima de qualquer determinação interna da RCC.

Art. 11º A RCC, desde que respeitada a legislação em vigor, poderá constituir um **Conselho de Mandato** para acompanhar as ações e os trabalhos conduzidos pelo mandatário.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 12º Conforme estabelecido no I Fórum da Renovação Carismática Católica, a unidade, a identidade e a missão devem ser priorizadas em todas as ações do movimento, em especial no campo da política.

Art. 13º Os casos omissos serão dirimidos, em caráter de emergência, pelo Presidente do Conselho Nacional da Renovação Carismática Católica no Brasil, ouvido o coordenador nacional do Ministério de Fé e Política.

Art. 14º Havendo tempo hábil o caso deverá ser levado oportunamente à apreciação do conselho nacional que deverá se pronunciar oficialmente a respeito do mesmo.

Art. 15º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Reunião do Conselho Nacional
Fortaleza/CE, 11 de outubro de 2009.

MARCOS DIONE UGOSKI VOLCAN
Presidente do Conselho Nacional da RCCBRASIL



Renovação Carismática Católica
Brasil

WWW.RCCBRASIL.ORG.BR